

crônos

ISSN 1982-5560

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 23 n. 1
jan./jun. 2022



Dossiê
**LITERATURA DE
AUTORIA FEMININA**

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

SUMÁRIO

v. 23, n. 1 (2022 – Janeiro/Junho)

DOSSIÊ LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

EDITORIAL	5-6
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ	7-8
APRESENTAÇÃO DA CAPA DA EDIÇÃO	9

DOSSIÊ

LIRISMO E FEMINISMO NA OBRA POÉTICA DE ANNA FACÓ <i>LYRISM AND FEMINISM IN ANNA FACÓ'S POETRY WORK</i> Carla Pereira Castro	10-18
LÚCIA MIGUEL PEREIRA: OLHAR FEMININO OU FEMINISTA <i>LÚCIA MIGUEL PEREIRA: FEMININE OR FEMINIST PERSPECTIVE?</i> Edwirgens Aparecida Ribeiro Lopes de Almeida	19-29
A REPRESENTAÇÃO DA MULHER VELHA EM CONTOS DE CLARICE LISPECTOR <i>THE REPRESENTATION OF THE OLD WOMAN IN SHORT STORIES</i> <i>BY CLARICE LISPECTOR</i> Maria do Rosário A. Pereira	30-42
INSURGÊNCIAS FEMININAS NA POESIA DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DOS ANOS 1970 <i>FEMALE UPRISES IN PORTUGUESE POETRY SINCE THE 1970s</i> Conceição Flores Ilane Ferreira Cavalcante	43-59
AJEB - ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL: UM LUGAR NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA DA ESCRITA FEMININA <i>ASSOCIATION OF JOURNALISTS AND WRITERS OF BRAZIL (AJEB): A PLACE IN THE HISTORY AND MEMORY OF WOMEN'S WRITING</i> Renata Marques de Avellar Dal-Bó	60-73

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM A ESCRITORA CONCEIÇÃO EVARISTO: UMA OBRA COMPROMETIDA COM A NEGRITUDE

Constância Lima Duarte

74-81

ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

COVID-19 E AÇÕES EDUCATIVAS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN: ESTUDO DE CASO *COVID-19 AND ENVIRONMENTAL EDUCATIVE ACTIONS IN THE COUNTY OF NATAL/RN: CASE STUDY*

Christel Angelina Ribes

Rosângela Gondim D'Oliveira

Kadydja Karla Nascimento Chagas

Geovane de Souza Almeida

83-101

MST, LUTA DE CLASSES E IDENTIDADE NACIONAL NA QUESTÃO AGRÁRIA *MST, CLASS STRUGGLE AND NATIONAL IDENTITY ON THE AGRICULTURAL QUESTION*

Tiago Tavares e Silva

102-120

POIESIS

POEMAS

Conceição Evaristo

121-128

RESENHAS

O RACISMO ESTRUTURAL SEGUNDO O PENSAMENTO DE SILVIO ALMEIDA *THE STRUCTURAL RACISM ACCORDING TO THE THOUGHT OF SILVIO ALMEIDA*

Paulo Dourian Pereira de Carvalho

130-134

SOBRE A INVENÇÃO DA TERRA *ABOUT THE EARTH INVENTION*

Tarcísio Bezerra de Lima Júnior

Ozaias Antônio Batista

135-139

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE

140-141

EDITORIAL

O volume da Revista Cronos ora publicado apresenta um dossiê sobre Literatura de autoria feminina, organizado pela Profa. Dra. Constância Lima Duarte, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trata-se de tema atualíssimo e ousado, adentrando uma área que tem sido quase monopólio dos homens durante milênios. Não se pode esquecer que até o início do século dezenove (na verdade, até muito depois), as mulheres que se aventuravam a escrever literatura deparavam-se com uma reação hostil, além de obstáculos de toda a ordem, materiais e simbólicos. As barreiras foram sendo vencidas aos poucos e não se pode dizer que essa guerra tenha terminado. É bom que se diga: não se trata de um jogo de soma zero. Quanto mais mulheres escreverem (boas) obras de ficção, mais se enriquecerá a grande literatura e, também, toda a grei humana: os homens e mulheres – nesse caso, literatos e não literatos, intelectuais de outras extrações e pessoas humanas de todas as condições, para as quais a literatura vem contribuir para adensar suas experiências de vida e dar complexidade ao seu arcabouço subjetivo.

A Profa. Constância Duarte, com a sua reconhecida competência, reuniu um conjunto de artigos altamente expressivo, que certamente vai despertar o interesse do leitor e alargar seus horizontes, fazendo uma apresentação para informar o público acerca do conteúdo dos textos constantes do Dossiê. Ademais, foi de sua iniciativa a estimulante entrevista, publicada nesta edição, com a escritora Conceição Evaristo, detentora do Prêmio Jabuti de 2015.

Na sequência, temos dois artigos de temática livre. O primeiro, “COVID -19 e ações educativas ambientais do município de Natal/RN: estudo de caso”, dos autores Christel Angelina Ribes, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Uso Sustentável dos Recursos Naturais, do IFRN; Rosângela Gondim D’ Oliveira, bióloga, Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, docente do Departamento de Botânica e Zoologia, CB/UFRN; Kadydja Karla Nascimento Chagas, Professora com pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Minho – UMINHO, Braga – Portugal; doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN; e Geovane de Souza Almeida, doutorando em Planejamento Urbano e Regional e Dinâmicas Socioambientais (UFRN), mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRN), MBA com especialização em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental. O artigo “tem como objetivo principal investigar as práticas socioambientais que foram desenvolvidas no Setor de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), antes e durante a pandemia da covid-19”.

O segundo artigo intitula-se “MST, luta de classes e identidade nacional na questão agrária”, de autoria de Tiago Tavares, historiador lotado na UFRN e professor da rede pública de ensino do Estado do RN, doutor em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRN. O texto analisa “o caráter *nacional* do MST a partir das diferentes visões de classe”.

Completam o volume, uma seção de Poiesis, com poemas da já referida escritora Conceição Evaristo e duas resenhas de autoria de Paulo Dourian Pereira de Carvalho, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, sobre o livro de Sílvio Almeida, *Racismo estrutural*, editado em 2019; e a outra, de autoria de Tarcísio Bezerra de Lima Júnior e Ozaias Antônio Batista, acerca do livro de Franco Farinelli, *A invenção da terra*.

Dando continuidade à tradição da Cronos de publicar capas que já são uma característica que singulariza a identidade da revista, temos, nesta edição, mais uma obra de autoria do multiartista Gigio Almeida, nosso colaborador habitual, que nos presenteou com um belíssimo quadro que enobrece a nossa edição, despertando e provocando nossa sensibilidade estética.

OS EDITORES

APRESENTAÇÃO

Em outros tempos, talvez até causasse estranheza a presença de um dossiê destacando a literatura de autoria feminina em uma revista de Ciências Sociais. Mas, felizmente, as coisas mudaram (bem lentamente) e as mulheres (finalmente!) começam a ser respeitadas como cidadãs, e a ocupar espaços até recentemente reservados apenas aos homens. Durante séculos, a literatura brasileira parecia constituída apenas pela produção masculina, apesar de também mulheres terem se manifestado literariamente, criando jornais, expressando suas ideias, em uma inédita superação de preconceitos e da reclusão em que viviam. Ocorre que, mesmo as que se destacaram naqueles tempos foram vítimas de memoricídio, e sistematicamente apagadas da historiografia oficial, elaborada a partir de valores do patriarcado. Foram, portanto, razões ideológicas as responsáveis por jogar no esquecimento as primeiras produções intelectuais das brasileiras, bem como a história de sua participação nas lutas sociais.

Apenas a partir das décadas de 1980 e 1990, pesquisadoras inconformadas com tais distorções deram início ao questionamento do cânone literário hegemônico. Foi necessário realizar verdadeiro trabalho de arqueologia para trazer à luz centenas de obras escritas a partir da experiência e da perspectiva femininas, que permaneciam perdidas em velhos acervos. Em paralelo, teve início um crescimento exponencial da produção de autoria feminina, que cada vez mais ocupa o protagonismo na cena literária do país.

Dito isso, apresento a motivação do presente dossiê: reunir artigos de especialistas tratando de questões de história, gênero, raça e sexualidade, presentes no multifacetado universo da literatura de autoria feminina. O primeiro – “Escravidão e patriarcado na ficção de Maria Firmina dos Reis”, de Eduardo de Assis Duarte – destaca o pioneirismo da escritora maranhense em realizar em sua obra a articulação entre gênero e etnicidade, e nos revelar, assim, quão íntimos eram o patriarcado e a escravidão.

O segundo artigo – “Lirismo e feminismo na obra poética de Anna Facó”, assinado por Carla Pereira de Castro – resgata a memória e a trajetória literária da escritora e dramaturga cearense, que participou ativamente de movimentos abolicionistas e de defesa dos direitos das mulheres. O texto apresenta estudos críticos sobre a literatura cearense e também sobre os percalços enfrentados pela mulher no mundo das letras e na sociedade misógina.

O seguinte – “Lúcia Miguel Pereira – olhar feminino ou feminista?”, de Edwirgens A. Ribeiro Lopes de Almeida – apresenta uma escritora que, apesar do reconhecimento que obteve em seu trabalho como crítica literária, nas primeiras décadas do século XX, viu sua obra ficcional ser ignorada. O artigo aponta para certa contradição vivida pelas protagonistas em apoiar ou não o ideário feminista.

Em “A representação da mulher velha em contos de Clarice Lispector”, de Maria do Rosário A. Pereira, temos uma oportuna reflexão sobre a autora e como ela abordou o tema do envelhecimento feminino. A partir da leitura arguta de contos representativos – “Ruído

de passos”, “Feliz aniversário” e “Mas vai chover” – a ensaísta revela o olhar da escritora para a solidão da idosa, presente nas relações sociais e familiares.

O artigo que se segue – “Insurgências femininas na poesia de Língua Portuguesa a partir dos anos 1970”, assinado por Conceição Flores e Ilane Ferreira Cavalcante – amplia o leque de abordagens com o estudo de obras surgidas concomitantemente no Brasil, em Portugal e Moçambique, na década de 1970, que confrontaram o cânone de seus países. Nos poemas selecionados, encontra-se a reverberação de uma voz feminina tratando de temas ainda tabus, como corpo, erotismo e desejo.

Por fim, “AJEB – Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil: um lugar na História e na memória da escrita feminina”, de Renata Marques de Avellar Dal-Bó, envereda por outros caminhos. O texto revela, por um lado, a estratégia usada por mulheres para criar espaços públicos em que pudessem se sentir acolhidas e valorizadas em seu trabalho intelectual. Por outro, revela quão importantes foram esses espaços para o fortalecimento da tradição literária feminina e para romper o ciclo de invisibilidade.

Para completar, o Dossiê contém ainda uma entrevista com Conceição Evaristo, uma das mais relevantes escritoras brasileiras da atualidade.

Constância Lima Duarte

APRESENTAÇÃO DA CAPA

Gigio Almeida, renomado multiartista de nosso tempo, surpreende mais uma vez com sua mais recente obra intitulada *Mulheres Nadando em Letras e Palavras*. Essa magistral criação é o destaque da capa da mais recente edição de uma revista de literatura feminina, dedicada ao empoderamento e à emancipação das mulheres a partir da força das palavras. Nessa obra singular, Gigio Almeida mergulha no universo feminino, explorando as camadas profundas das vivências, dos sonhos e desafios enfrentados pelas mulheres em nossa sociedade. Com uma paleta de cores vibrantes e traços expressivos, o artista retrata a jornada dessas mulheres, que se lançam ao mar de letras e palavras para reivindicar seu espaço, suas vozes e seus direitos. A capa da revista é um convite à reflexão e à ação. Mostra mulheres mergulhando em um oceano de letras, simbolizando a busca por conhecimento, o desejo de se expressar e a coragem de enfrentar os desafios impostos pela sociedade. Cada palavra que flutua ao redor delas representa uma ferramenta poderosa para o seu empoderamento. Com sua arte, Gigio Almeida captura a essência da literatura feminina, que transcende estereótipos e rompe barreiras, revelando histórias autênticas e experiências únicas. Seu talento inato de articular temas sociais e emocionais por meio de imagens proporciona ao espectador uma experiência sensorial profunda, fazendo com que se conectem visceralmente com a mensagem da obra. *Mulheres Nadando em Letras e Palavras* é uma celebração da força feminina, um tributo às escritoras e poetas que enfrentaram adversidades para compartilhar suas histórias e perspectivas. Essa obra icônica e a revista que a apresenta se tornam, assim, uma plataforma para amplificar vozes femininas e inspirar outras mulheres a se expressarem sem medo, a abraçarem sua individualidade e a lutar por seus direitos e desejos. Gigio Almeida, com sua inconfundível maestria artística, presenteia o mundo com uma obra que ultrapassa o papel da arte, tornando-se uma voz poderosa na jornada contínua rumo à igualdade e ao reconhecimento pleno do papel das mulheres na sociedade. Que *Mulheres Nadando em Letras e Palavras* inspire gerações presentes e futuras a continuar a nadar contra a corrente, fazendo-se ouvir e transformando as palavras em uma poderosa arma de mudança.

OS EDITORES

LIRISMO E FEMINISMO NA OBRA POÉTICA DE ANNA FACÓ

LYRISM AND FEMINISM IN ANNA FACÓ'S POETRY WORK

Carla Pereira de Castro (UFC)¹
<http://orcid.org/0000-0002-8593-0172>



RESUMO

O estudo *Poesias: lirismo e feminismo na obra poética de Anna Facó* resgata a memória e a trajetória literária de Anna Facó, escritora, poeta, professora e dramaturga, que atuou participativamente nos movimentos abolicionistas e em defesa da equidade de direitos entre homens e mulheres. Ainda no século XIX, questionava o papel de subjugação da mulher na sociedade patriarcal da época. A pesquisa objetiva analisar os estudos teóricos sobre a literatura cearense e sobre a trajetória e a afirmação da mulher no mundo das letras e na sociedade misógina. Nessa perspectiva, importa dar destaque neste estudo aos seguintes autores: Guilherme Studart, Abelardo F. Montenegro, Constância Lima Duarte e Heloísa Buarque de Hollanda.

Palavras-chave: Anna Facó. Poesia. Feminismo. Memória. Lirismo

ABSTRACT

The study *Poesias: lyricism and feminism in the poetic work of Anna Facó*, rescues the memory and literary trajectory of Anna Facó, writer, poet, teacher and playwright, participated in the abolitionist movements and in defense of equal rights between men and women. Even in the 19th century, he questioned the role of subjugation of women in the patriarchal society of the time. The research will be guided by theoretical studies on Ceará literature and on the trajectory and affirmation of women in the world of letters and in the misogynist society. From this perspective, it is important to highlight the following authors: Guilherme Studart, Abelardo F. Montenegro, Constância Lima Duarte and Heloísa Buarque de Hollanda.

Keywords: Anna Facó. Poetry. Feminism. Memory. Lyricism

¹ Carla Pereira de Castro; Mestra em Literatura Comparada pela UFC – Universidade Federal do Ceará. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, possui graduação em Pedagogia, Letras-Português e Direito. Em 2010 publicou o livro de poemas *A Vida em Versos* e em 2019 *Resquílios de Memórias dicionário biobibliográfico de escritoras e ilustres cearenses do século XIX*. Participa de diversas antologias locais e nacionais. Atualmente desenvolve pesquisas sobre a literatura de autoria feminina cearense do século XIX. - **E-mail:** professoracarlacastro@gmail.com

A mulher não é igual, nem inferior, nem superior ao homem; é-lhe equivalente. Ramalho Ortigão.

Paulo Freire (1929, p. 14).

O estudo ora apresentado tem como objetivo resgatar a memória e a trajetória literária de Anna Facó, poeta, escritora, dramaturga e professora, nascida em Beberibe, no litoral leste do Ceará, no dia 10 de abril de 1855. Filha de Francisco Baltasar Ferreira Facó e Maria Adelaide de Queirós Facó. Esse casal contraiu matrimônio no dia 25 de fevereiro de 1843 e formou uma numerosa família.

Para conceituar a terminologia *memória*, buscamos a definição do estudioso médico e cientista Iván Izquierdo, referência no assunto. Segundo o autor, memória significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações. Partindo desse conceito, iremos conservar e evocar informações que fizeram parte da história de vida e da produção poética da escritora. A fim de resgatar a memória ou a conservação do passado, como sugere Éclea Bosi (1994), buscamos a descrição dos fatos ocorridos nos periódicos da época, que noticiavam informações sobre a política, a literatura e a sociedade do século XIX.

No Jornal *O Cearense* do dia 02 de março de 1882, é noticiado o casamento de uma das irmãs de Anna Facó, Maria da Penha Ferreira Facó e Thomaz Ferreira Filho. Na ocasião, os irmãos Facó decidem libertar todos os escravos que mantinham em posse, dois anos antes da libertação dos escravos no Ceará, realizada em 25 de março de 1884, declarada por Sátiro Dias, Presidente da Província, e seis anos antes do restante do Brasil, que só viria a declarar a abolição dos escravos em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Transcreveremos a notícia a seguir.

Manumissão – escrevem-nos de Cascavel, em data de 26 de fevereiro:

<<No dia 25 do mez passado, por ocasião de celebrar-se o casamento do Sr. João Thomaz Ferreira Filho com a Exma. Sra. D. Maria da Penha Ferreira Facó, na igreja de Beberibe, município do Cascavel, o Dr. J. Facó e seus dignos irmãos conferiram aos últimos escravos que possuíam a carta de libertação que segue:

CARTA

Imperio do Brazil – Provincia do Ceará – Município de Cascavel.

Por nossa espontânea vontade e independente de qualquer ônus, conferimos carta de libertação aos últimos escravos, que, havidos por herança, ainda possuíamos, e são: Maria, preta, de idade de 42 annos, e seus filhos – Rufino, preto, de idade de 18 annos, Miguel, cabra, de idade de 14 annos, e Archanjo, cabra de idade de 12 annos, matriculados na collectoria deste município sob os nos. 656,659, 661 e 662; e o fazemos para commemorar o anniversario do feliz consorcio de nossos virtuosos Paes – Capitão Francisco Balthazar Ferreira Facó e D. Maria Adelaide de Queiroz Facó, celebrado a 25 de Fevereiro de 1843. E para constar passou-se a presente carta, que por uma só via servirá para todos, e em que nos assignamos.

Igreja do Beberibe, 25 de Fevereiro de 1882.

José Balthazar Ferreira Facó. Gustavo Francisco de Queiroz Facó. Francisco Balthazar Ferreira Facó. Maria Francisca Ferreira Facó. João Balthazar Ferreira Facó. Raimundo Facó. Anna

Facó. Catharina Facó. José Aristides Ferreira Facó. Maria da Penha Ferreira Facó. Pedro Facó. Balthazar Facó.

Antonio Facó.

A interessante noiva fez a entrega da carta aos libertos, proferindo as seguintes palavras, que fizeram palpar o coração de todos os circunstantes:

<<No momento mais feliz de minha vida cabe-me o prazer de vos entregar a carta de liberdade, que eu e meus bons irmãos vos concedemos, para comemorar o dia de hoje, aniversário do feliz consorcio de nossos virtuosos pais. Praza aos ceos que tenhaes uma vida de alegrias iguaes as que neste momento são a corôa de minha felicidade, e as primícias do meu futuro.>>

Os libertos, enternecidos, agradecerão com lagrimas de contentamento e gratidão o beneficio da liberdade.>> É tão eloqüente a exposição feita por nosso illustre correspondente, que não temos nada a acrescentar – ficamos enleados e saudamos cordialmente aos philantropicos abolicionistas.

(O Cearense, 1882, p. 1).

Segundo Guilherme Studart (1980), em seu *Dicionário biobibliográfico cearense*, Anna Facó foi iniciada nas primeiras letras e na leitura pelo seu irmão mais velho José Baltazar. Até os doze anos, ela não podia se dedicar a atividades que exigissem o esforço da leitura, pois sofria continuamente dos olhos. Em 1869, frequentou, durante quatro meses, a escola da professora de instrução pública de Cascavel (CE), Maria Carolina Pereira Ibiapina. Aos dezesseis anos, após perder os pais, seguiu para Fortaleza com o intuito de estudar na escola Normal.

Antes de colar grau, foi convidada para lecionar no Ginásio Cearense, em 1886. No ano seguinte, ela se formou na Escola Normal. No ano de 1890, foi anunciado no jornal *O Libertador* do dia 17 de janeiro, na terceira página, a inauguração da Escola Facó, dirigida por Anna Facó. No cenário educacional do final do século XIX e início do século XX, Anna Facó teve destaque reconhecido, além de, muito jovem, ter iniciado a prática de lecionar, dedicando toda a sua vida ao magistério. A educadora desenvolveu uma metodologia e elaborou textos próprios para ser utilizados na educação de crianças. No *Jornal do Ceará* do dia 03 de maio de 1907, na primeira página, encontramos um conto para crianças; e no *Jornal do Ceará* do dia 06 de agosto de 1907, na primeira página, encontramos o texto *Canto Gymnastico*, que trabalhava, por meio da música, a oralidade, o conhecimento numérico, o corpo humano e o desenvolvimento motor através dos movimentos.

O nome de Anna Facó está incluso na obra *Escritoras brasileiras do século XIX*, organizado pela escritora Zahide Lupinacci Muzart. O estudo sobre Anna Facó foi realizado pela pesquisadora Constância Lima Duarte, que descreve alguns aspectos da biografia da educadora e discute a importância de suas obras.

A mulher concorre como o homem para o imposto publico; ella tem, pois, como o homem, o direito de pedir contas aos que administram. Olympia de Gourges.

Paulo Freire (1929, p. 46).

Os romances *Rapto Jocosos* e *Nuvens* chegaram ao público em folhetins no *Jornal do Ceará*, sob o pseudônimo de Nitia-Abá, que, em tupi-guarani, significa “ninguém”. Outras escritoras cearenses também utilizaram pseudônimos para publicar seus textos: Maria Rodrigues Peixe assinava como Alba Valdez; Francisca Clotilde adotou o nome de Jane Day; e Rachel de Queiroz o de Rita de Queluz.

A obra literária de Anna Facó, constante de seis volumes, foi publicada postumamente por seu irmão, entre 1937 e 1938. Os volumes são: o romance *Nuvens*; o romance *Rapto Jocosos*; o livro de contos *Minha Palmatória*; o inventário de peças teatrais: *Comédias e Cançonetas*; um volume de *Poesias*; e ainda um caderno de reflexões e reminiscências: *Páginas Íntimas*. Em *Páginas Íntimas*, a escritora fala sobre as suas memórias, sua vida, sua família, as lembranças da infância, o trabalho, os estudos e a condição feminina da época. A esse respeito, Nora (1993), em seu estudo *Entre história e memória*, esclarece a diferença entre esses termos: a memória está relacionada às nossas lembranças; enquanto a história é uma representação do passado.

Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções (NORA, 1993, p. 3).

O livro *Poesias*, obra póstuma publicada em 1937, também por iniciativa de seu irmão Antônio Carlos de Queiroz Facó, contém 37 textos divididos em duas partes: a primeira, intitulada *Alnira*, apresenta três poemas, a saber: “O lar”; “No jardim” e “Mãe e filha”; a segunda, intitulada *Campesinas*, possui 34 poemas: “O inverno”; “A Flor de Espuma”; “Minha Mãe”; “A Mulher”; “Lamentos”; “A Nenen”; “Idyllio”; “Protesto”; “Um Cartão Postal”; “Lembrança”; “A Alzira”; “Num Bonde”; “Um Estro”; “Medo”; “Descrença”; Transportes; A ilusão; Innocencia; A Visão; O Botão; Amanhã; Prece; Tu És...; Metamorphose; Deus; Um Sonho; O Século XIX; Aranha; Hei de Cantar; Acrósticos; Um Barbarismo; Meus Cantos; Amor Perfeito; Um Incêndio. Transcreveremos o poema *A Mulher* em que a autora questiona a submissão e a opressão às quais a mulher era submetida.

A MULHER

Emancipam-se os escravos
E a mulher escrava jaz,
Sem que seja discutida
Sua escravidão mantida
Por quem della mui se apraz,
Qual não crendo que haver possa
Mulher livre e doce paz.

Diz-nos a Santa Escripura
Que Deus do limo creara
O homem; e delle tirara
Uma costella e formara
A mulher, e os contemplou.
E viu que eram bons e logo
Adão e Eva os chamou.

Levou-os ao mui formoso
Paraíso terreal,
Só vestidos de innocencia,
Desconhecendo a sciencia
Que distingue o bem do mal.
“-Aqui vivereis” - lhes disse
Com ternura paternal.

E continuou com blandícia:
“Amae-vos com effusão,
Sêde bons, multiplicae-vos
Sempre amigos. Respeitae-vos
Mutuamente. Distincção
Só busqueis em vossos feitos,
Guiados pela razão.

Só tereis prazer e goso
No vosso viver sem fim;
Não tereis magoas nem dores,
Não murcharão vossas flores
Neste selecto jardim.
Sede sempre obedientes,
Em tudo pensae em mim.

Tudo é vosso, salvo aquella
Grande arvore do saber.
Si lhe tocardes no fruto,
Vereis transmudar-se em luto
Vosso edênico viver.
Morrereis e só na morte
Funda o vosso padecer.

Saiu Deus. Adão e Eva
Dão-se os braços, lá se vão,
Trocando ledos sorrisos,
Percorrer o paraíso,
Ébrios de satisfação,
Sentindo prazer immenso
Encher-lhes o coração.

Era intérrima a ventura,
Sem nuvens e sem pesar.
Passava o tempo. Não viam,
Tanto, tanto se queriam.
Tinham o mesmo pensar,
A mesma vontade em tudo.
Que feliz e bello par!

Um dia Adão se afastara,
Eva sozinha ficou.
Sentiu-se então attrahida
Pela arvore prohibida.
Para lá se encaminhou.
No tronco serpe enroscada
Deste modo lhe falou:

-Eis o fruto da sciencia,
Fonte de todo saber.
- Mas é o fruto prohibido,
-Para ser appetecido.
Deus sabe tudo fazer!
Queria ver si tentavam
O bem e o mal conhecer.

Si pela serpe tentada
Peccou Eva e distinguiu
O bem do mal, com bondade,
Deu provas de lealdade.
Com o esposo dividiu
A sciencia, que preclara
De altos dons a revestiu.

Qual foi então seu desejo,
No praticar desta acção?
Foi tender para egualdade
E mostrar com amenidade
Que seu grande coração
Dava amor e amor pedia
Com egual dedicação.

Mas ai! Um dia disputam,
Trocam doestos. Venceu
O homem que era mais forte,
Silencio impoz à consorte,
Que de susto obedeceu.
E curvada a seu domínio
Desde ahi permaneceu.

Já vem, pois, dos primos tempos
Que tu, oh! Homem, senhor
Pela força te tornaste.
A mulher escravizaste
A teu julgo sem pudor.
E que te dou Ella em paga?
Ternos carinhos e amor.

Negas-lhe toda a sciencia,
E até seu próprio dever
Não lhe ensinas. Mas si um dia
Cede ingênua, sem porfia,
Às seducções do teu ser,
No lamaçal da miséria
Sacudida vae gemer.

E por quem? Por ti, oh! homem,
De seus erros mero autor.
Não evitas as torpezas,
Como por entre as devesas
Vae ceifando o cegador,
Ceifas della a innocencia
Sôfrego sem pundonor

(FACÓ, 1937, p. 80-83)

O escritor Abelardo F. Montenegro, em *Interpretação do Ceará*, dedica um capítulo para tratar do tema feminismo. Destacaremos um trecho em que o autor fala sobre Anna Facó.

O feminismo sempre enfrentou forças conservadoras, tradicionalistas e misoneístas. Eis por que, nos dias atuais, para atingir as suas reais finalidades, tem que se situar dentro de uma revolução mais ampla, que vise à eliminação da opressão de qualquer espécie que pese sobre a mulher.

2. Pode-se apreciar a evolução da mentalidade feminina, da consciência feminista no Ceará, através da romancista cearense. Ana Facó, na segunda metade do século XIX, mostra-se perplexa diante da desigualdade dos sexos. O homem é útil e a mulher é fútil. A moça que queira trabalhar, terá que enveredar, forçosamente, pelo magistério (MONTENEGRO, 2001. p. 194).

Quando Deus extraiu um osso de Adão para com elle formar a companheira do homem, não o extraiu da cabeça para que ella *não fosse superior ao homem*, não o extraiu dos pés, para que não lhe fosse inferior; extraiu-lh'o exactamente do meio do corpo, isto é, do peito, para que lhe fosse igual. Santo Agostinho (FREIRE, 1929, p. 85).

No poema “Hei de Cantar”, Anna Facó (1937) retrata a experiência de viver seu amadurecimento de maneira sábia, sem conflitos, mas com o conhecimento. Para a sociedade da época, a mulher tinha dois destinos: casar e procriar, ou ingressar em um convento. Anna Facó não se sujeitou a qualquer desses caminhos e trilhou o seu próprio destino.

HEI DE CANTAR

Sou mulher; inda que jovem
Cinco lustros conto já;
E não m'envergonha a idade
Nem pranteio a mocidade
Que depressa passará.
Que todos digam: - é velha!
Nenhum desgosto me dá.

Velha ou moça...que m'importa
Já isso ou aquillo ser?
Si no cer'bro, tenho idéas,
No coração, epopéas,
N'alma, notas de soffrer,
Não me embaraçam idades
Quando a voz tentar erguer.

Bem alto vive a sciencia
Em seu império de luz,
Tendo no lábio a verdade,
No olhar a immensidade,
Na destra, que ao gênio induz,
O grande livro das coisas
Que a natureza produz.

.....

Si não tenho canto livre,
Para meu canto soltar,
Si nem me é dada a sciencia
Mas hei livre a consciência!
Que me pôde embaraçar?
Sou mulher, mas em meu ninho
Ergo a voz, hei de cantar!

(FACÓ, 1937, p. 127-129)

Anna Facó participou efetivamente do cenário literário e pedagógico, no final do século XIX e início do século XX, em Fortaleza, publicando seus romances e poesias no *Jornal do Ceará*. Em paralelo, assumiu a direção de escolas, praticando uma metodologia inovadora a partir de textos e didáticas voltadas para a educação infantil, e valorizando o Ser como criança.

Em uma análise de seus poemas, podemos perceber marcas temporais de uma sociedade conservadora, patriarcal, cristã. Apesar de pertencer a uma família abastada, a escritora buscou, com sua escrita, questionar o papel da mulher nessa sociedade.

Seu falecimento ocorreu em Fortaleza, em 22 de junho de 1926. Graças também ao funcionamento da Escola de Ensino Médio Ana Facó, situada na praça da cidade de Beberibe no Ceará, cujo projeto foi idealizado por seu irmão, que também doou o terreno, a autora permanece viva na memória da cidade em que nasceu.

Sobre o acervo pessoal da escritora Anna Facó, só foram encontrados dois exemplares raros de suas obras no Instituto Histórico de Fortaleza: *Minha palmatória: contos aos meus alunos*, obra póstuma (1938) no setor de restauração; e *Poesias: obra posthuma* (1937) disponível para consulta local. Durante esta pesquisa, foi realizado contato com o sobrinho neto da poetisa, o Senhor Edmar Facó, que reside no Rio de Janeiro, no entanto, não foi possível localizar qualquer arquivo pessoal da escritora.

A conservação da memória da vida e obra da escritora é importante porque registra a participação da mulher na sociedade na condição de escritora, teatróloga, poetisa e formadora intelectual, em uma época marcada pelo patriarcalismo. A esse respeito, Pierre Nora destaca a importância da memória de uma minoria que sequer tem o poder de fala.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada, sobre focos privilegiados, e enciumadamente guardados, nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p. 7).

A pesquisadora Constância Lima Duarte, no livro *Pensamento feminista brasileiro formação e contexto*, organizado por Heloísa Buarque de Hollanda (2019, p. 24), expressa em uma frase – “Se a história do feminismo é pouco conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada” – a urgência de trazeremos a temática do feminismo para os estudos e para os debates. Com isso, Duarte buscar refazer a historiografia literária de autoria feminina, resgatando autoras e obras que tiverem destaque em um momento histórico e que hoje são esquecidas e invisibilizadas nos estudos literários.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Carla. **Resquícios de Memórias**: dicionário biobibliográfico de escritoras e ilustres cearenses do século XIX. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.
- FACÓ, Anna. **Poesias**. Fortaleza: Livraria Humberto, 1937.
- FREIRE, Paulo. **Feminal**. 2. ed. São Paulo: Casa Garraux, 1929.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. São Paulo: Bazar do tempo, 2019.
- MONTENEGRO, Abelardo. **Interpretação do Ceará**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 2001.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. (Antologia, v. I).
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: [HTTPS://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763](https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763). Acesso em: 20 jun. 2019.
- STUDART, Guilherme. **Dicionário biobibliográfico cearense**. Fortaleza: Tipogresso, 1980. v. 1.

LÚCIA MIGUEL PEREIRA: OLHAR FEMININO OU FEMINISTA¹?

LÚCIA MIGUEL PEREIRA: FEMININE OR FEMINIST PERSPECTIVE?

Edwrigens A. Ribeiro Lopes de Almeida (Unimontes)²
<http://orcid.org/0000-0002-2297-6800>



RESUMO

Lúcia Miguel Pereira é uma escritora conhecida por sua atuação no mundo das letras. Porém, o reconhecimento se deu por seu trabalho como crítica literária nas primeiras décadas do século XX, sendo que, além de crítica, ela possui um acervo significativo de quatro romances e quatro contos infantis, bem como alguns textos biográficos. O pensamento exposto nos primeiros trabalhos evidencia uma visão conservadora, espiritualista, a partir da qual é possível perceber ideias que caminham em uma direção de extrema-direita, atuante nos anos 1930. Assim, ainda que seja frequente o questionamento sobre o lugar social da mulher naquele contexto, em sua prosa de ficção, notamos certa contradição ao colocar em discussão o movimento feminista, incipiente naqueles tempos.

Palavras-chave: mulher; feminismo; crítica; década de 1930.

ABSTRACT

Lúcia Miguel Pereira is a famous writer known for her work in the world of letters. However, she had recognition as a literary critic in the first decades of the twentieth century and in addition to that, she has a significant collection of four novels, four children's short stories as well as some biographical texts. The thinking exposed in her first works shows a conservative, spiritualist vision where ideas that lead to the right-wing extremist direction active in the 1930s can be perceived. Although she frequently questions the woman's social role in that context in her fictional prose, we can notice a certain contradiction when discussing the feminist movement which was incipient at that time.

Keywords: Woman; Feminism; Criticism; 1930's.

¹ Para uma leitura mais criteriosa sobre a ficção de Lúcia Miguel Pereira, ver este texto completo em ALMEIDA, Edwrigens A. Ribeiro Lopes de. *O legado ficcional de Lúcia Miguel Pereira – escritos da tradição*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011.

² Doutorado em Literatura/UNB e em Literatura espanhola e hispano-americana/USP. Pós-doutorado em Literatura Brasileira/UFGM. Docente do Departamento de Comunicação e Letras e do PPGL/Unimontes. E-mail: edwrigensletras@gmail.com.

Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o proscênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência (SEVCENKO, 2003)

O século XX é conhecido como o período em que as mulheres se empenham em movimentos organizados contra as formas hierárquicas e excludentes impostas pelo domínio do homem. As primeiras décadas foram marcadas por algumas transformações importantes que apontam o surgimento de uma cultura urbana, calcada em uma incipiente classe média e, ainda, uma também nascente classe operária.

Com o desaparecimento do Partido Republicano Feminino nos últimos anos da primeira década do século XX, Bertha Lutz³ começa a organizar o embrião da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que viria a se transformar na maior expressão do feminismo da época. Ao lado de Jerônima Mesquita, Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Maria Eugênia Celso, Bertha Lutz leva adiante a mais importante e conhecida organização em defesa dos direitos da mulher do período. Interessante assinalar, conforme Céli Regina Jardim Pinto, que “Bertha lutava pelos direitos negados pelo Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante desse mesmo Estado em conferências internacionais” (PINTO, 2003, p. 23). Sob os respaldos de serem integrantes da elite, esse grupo chamado de núcleo duro da FBPF, desafiou os moldes da época escrevendo, publicando e lutando por direitos políticos por meio da pressão junto aos poderes constituídos, no caso deputados e senadores. O movimento se organizou e não diminuiu suas atividades até que, com o golpe de 1937, perdeu completamente seu espaço e calou toda a movimentação.

A luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, era, em suma, “um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais” (PINTO, 2003, p. 26). Tendo em vista esse lugar de destaque de algumas mulheres, vimos emergir nesse cenário de embates acerca do lugar social feminino a crítica e ficcionista Lúcia Miguel Pereira. Integrante de uma elite burguesa e intelectual, embora autodidata, Lúcia Miguel teve grande destaque no mundo das letras nos primeiros cinquenta anos do século XX. Crítica literária, biógrafa, romancista, tradutora e autora de livros infantis, alcançou reconhecimento em seu trabalho crítico ficando sua produção literária legada ao esquecimento. Nos

³ “Bertha Lutz, filha de um dos mais importantes cientistas brasileiros de seu tempo, Adolfo Lutz, teve uma condição muito específica, que definiu sua trajetória: a de pertencer a duas elites ao mesmo tempo, a econômica e a intelectual. Estudou em Paris, no Brasil, passou em concurso público para bióloga no Museu Nacional. Em 1934, forma-se em direito, tendo grande atuação também nessa área. Temos aqui três condições excepcionais e fundamentais na construção dessa liderança: condições econômicas – só os mais abastados poderiam sustentar uma filha em Paris – condições culturais dos pais – que permitiram essa trajetória tão rara a uma mulher brasileira – e finalmente a atuação profissional, também rara, de uma cientista no serviço público da época” (PINTO, 2003, p. 21-22).

romances *Maria Luiza* (1933), *Em surdina* (1933), *Amanhecer* (1938) e *Cabra-cega* (1954), tem o mérito de retratar a complexidade da psicologia humana e a batalha da mulher na conquista da própria liberdade (PEREIRA, 2006). Nos contos infantis, enveredou-se pelo universo mágico quando escreveu, entre 1939 e 1943, *A fada menina*, *Na floresta mágica*, *Maria e seus bonecos* e *A filha do Rio Verde*. Neles, além de se centrar nas problemáticas do mundo das crianças, podemos notar preocupação com a educação destinada aos pequenos, sobretudo em se tratando da menina/mulher.

Escrevendo para importantes jornais e revistas, por volta da década de 1930, temos a expressão de uma intelectual católica, espiritualista, de algum modo, contrária a uma abordagem materialista. Nos quatro romances, é entrevista uma relevante representação intimista da reação feminina contra a dominação e exclusão que marcou a trajetória da mulher no Brasil. Contatamos ainda, nos seus escritos, com os relatos de anseios e ambições femininas sem perder de vista certo conservadorismo. Tomando de empréstimo o termo de Sandra Harding (1993), algumas personagens de Lúcia Miguel demonstram “consciência domesticada” emanada das prescrições patriarcais em que se viram formadas nas quais se sobrepõem o medo, a preocupação de não lesar os direitos já conquistados pela mulher.

Sob tal perspectiva, as narrativas são, exclusivamente, protagonizadas por mulheres que buscam a realização pessoal refletindo sobre o seu lugar em uma perspectiva tanto tradicional quanto moderna. Procedendo dessa forma, essa reflexão existencial das personagens acarreta uma angústia feminina diante de transformações no cotidiano da mulher, aspectos que as levam a negociarem com seus parceiros ou com a sociedade, de modo geral, a sua liberdade, a sua realização pessoal.

Reconhecendo que o momento de concepção da obra de Lúcia Miguel Pereira é marcado pela supremacia do discurso masculino e que a atuação das mulheres na vida pública é bastante restrita, Patrícia da Silva Cardoso (2006) esclarece que o discurso ora contraditório da autora surpreende por transpor e evidenciar barreiras, sobretudo ideológicas. Em suas narrativas, a romancista constrói o cenário em que imaginação e realidade ficcional revelam a tênue ligação entre tradição literária e história social. Essas personagens femininas, em uma relação de alteridade com a própria autora, ora destoam ou se aproximam do discurso pessoal da escritora; ora se apresentam inseridas em diferentes grupos sociais dotados de uma ideologia tradicional que as reduzem a um ser marginal revelando certo conservadorismo; ora se revelam instigadas pelo sentimento de transformação e de luta. Mesmo trazendo para os seus escritos as marcas da tradição, Lúcia Miguel Pereira revela o anseio de transformação instaurado no papel social da ficção, o que nos faz perceber seu olhar atento sobre o feminino e, sobretudo, sobre o movimento feminista.

Nesse sentido, Lúcia Miguel se nega feminista, mas manifesta em sua prosa de ficção essa tendência do “feminismo bem-comportado”, termo utilizado por Céli Regina Jardim Pinto. Como comenta Márcia Cavendish Wanderley, a escritora, negando a caracterização de feminista, vê o feminismo como “um movimento que deveria incentivar o cumprimento de deveres que, inevitavelmente, são responsabilidade da mulher diante da sociedade”

(WANDERLEY, 1999, p. 78). Em artigo escrito para a revista *Anhembi*, já na década de 1950, a autora vem ratificar o seu posicionamento sobre o movimento:

Não sou feminista, nunca o fui, e já agora nem caberia sê-lo, que não resta muito a reivindicar, mas força é reconhecer que tinha razão Virgínia Woolf, quando em *A room of one's own*, reputava o mundo da cultura um mundo masculino, do qual se viam excluídas as mulheres (PEREIRA, 1954, p. 24).

Interessante observar que, no trecho acima, Lúcia Miguel admite os distintos tratamentos atribuídos ao homem e à mulher quando se refere às observações da feminista inglesa Virgínia Woolf (1985) no ensaio publicado em outubro de 1929. Nesse texto, em uma tradução possível comercializada no Brasil, intitulada *Um teto todo seu*, Woolf disserta sobre as condições que a mulher enfrenta no mundo da escrita, refletindo sobre elas serem reféns de um sistema de aprisionamento ao mesmo tempo que, vencendo sérias dificuldades, gestam novos escritos, novos romances, novas gerações. Nessa perspectiva, Woolf (1985) empreende um olhar sinuoso sobre como seria diferente se essas mulheres tivessem apoio e liberdade em suas vidas tanto pessoais quanto sociais, o que estimula muitas mulheres de seu tempo a rever posturas e posicionamentos, sobretudo no universo das letras.

No caso do pensamento de Lúcia Miguel Pereira, é sabido que ela mantém um posicionamento bastante conservador, muitas vezes, portador de discurso falocêntrico, tanto em seus primeiros escritos críticos quanto nos de ficção, o que justifica a afirmação acima de “não restar muito a reivindicar”. Também vale ressaltar que Lúcia era integrante de uma elite culta que, de certo modo, possuía alguns privilégios como o de estudar, ter uma profissão, atuar no espaço público. Para Cristina Ferreira Pinto (1990), esse feminismo praticado pela elite não reivindicava muitas mudanças nas relações familiares. Para elas, o voto e o título universitário não impediriam que uma mulher realizasse seus deveres do lar. É com margem nesse pensamento que segue o de Lúcia Miguel em seus artigos e, curiosamente, nos romances de ficção em que a preocupação da desestabilização nas relações de gêneros parece desembocar nas relações de classe.

Esclarecendo as variações e as pluralidades do termo feminismo, Michelle Perrot explica que “em sentido muito amplo, ‘feminismo, feministas’ designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos” (PERROT, 2007, p. 154). A partir das explicações de Perrot, pode-se entender que é coerente a negação de ser feminista dada por Lúcia Miguel Pereira, já que, no plano da ficção, embora suas personagens femininas aspirem algumas mudanças em seus cotidianos, não finalizam as narrativas completamente realizadas como mulheres. Tendo em vista ainda o discurso conservador em que foram construídos os romances de Lúcia, é possível nos reportar ao seguimento da questão levantada por Michelle Perrot quando define, “o feminismo nem sempre goza de boa reputação. Muitas mulheres se defendem, como se esse fosse uma ruga no rosto: ‘Eu não sou feminista, mas’” (PERROT, 2007, p. 153).

No contexto da década de 1930 em que foram escritas as três primeiras obras, nós nos deparamos com uma política centralizadora que censurava e perseguia movimentos como o feminismo, o anarquismo e o comunismo, mormente porque esses dois últimos eram de esquerda. Ademais, vimos reiterando o quão é condizente com o discurso predominante os escritos de Lúcia Miguel Pereira, por apresentar mulheres que almejam mudanças, no seu íntimo, mas não são capazes de grandes transformações, daí ser bem coerente a negação de ser feminista dessa escritora. Em função da própria condição social imposta à mulher em uma sociedade semipatriarcal, os romances apresentam algumas contradições ou críticas como a negação da educação religiosa, do casamento como forma de subordinação e a preferência pelas relações livres.

A movimentação feminina em favor da liberdade de expressão e de informação deparava-se com o argumento de que a mulher, sem possuir independência econômica em relação ao marido, não podia formar sua própria opinião. Em decorrência desse pensamento é que a mãe da protagonista de *Amanhecer* mantém relações de aparência, de restrição e de recato no âmbito feminino, conservando seu casamento apenas por dependências econômicas em relação ao marido, sendo, pois, uma situação bastante criticada e repudiada por Maria Aparecida. Nessa e nas outras tramas, a autora Lúcia Miguel Pereira pinta esse espírito da época; ao passo que acolhe certas transformações, demonstra receio da perda de alguns valores tradicionais.

Assim, compondo um limitado e estrito grupo de mulheres, sobretudo de uma classe média urbana e culta que, muitas vezes foi vítima de vários tipos de preconceitos, essas mulheres atuantes no mundo das letras fizeram da escrita a forma de propagação de seus ideais. Foi nos jornais, na literatura, na crítica que conclamaram a formação de uma opinião pública a seu favor. No caso de Lúcia Miguel Pereira, ingressando no ambiente literário e intelectual, permite ao público o contato com a escrita nessas várias vertentes. É como crítica que recebe maior reconhecimento do público, sobretudo escrevendo para jornais e revistas católicas, locais em que podemos notar a maior parte de suas manifestações da tradição.

Para *A Ordem*, em 1933, no artigo intitulado “O perigo do Feminismo” registra que restrições devem ser feitas a esse tipo de luta, salvaguardando as áreas intocáveis do universo feminino, “que a autora deseja ver preservadas em nome de um objetivo mais alto: a preservação da harmonia e da ordem sociais”, assegura Márcia Cavendish (WANDERLEY, 1999, p. 76). Nas quatro narrativas de ficção, Lúcia Miguel deixa entrever que essa ordem social, de ares tradicionais, pode, muitas vezes, ser mantida valendo-se inclusive da aparência, da hipocrisia no trato com as condutas estabelecidas pelas normas patriarcais, mormente religiosas. Esse mecanismo adotado pela mulher para preservar alguns privilégios é observado na obra *Maria Luísa*, na qual a protagonista homônima percebe a necessidade da preservação de valores religiosos, mesmo sem muita crença neles.

No texto citado acima, Wanderley observa que, embora festejando a conquista política feminina do direito ao voto – que, para Lúcia, “implica em deveres aos quais não fugirá a mulher, pois possui a clara e simples compreensão de sua missão forjada em séculos de

dedicação, de paciência, de humildes labores e ignorados heroísmos” –, Pereira parece mais interessada em enfatizar as características da mulher. Wanderley destaca ainda o trecho em que Lúcia Pereira elege como atributos definidores da mulher a ingenuidade e a pureza, fatores que, ao ver da crítica e ficcionista, são elementos capazes de nutrir a ordem na nação. São palavras de Lúcia Miguel Pereira, selecionadas por Márcia C. Wanderley:

Basta voltar os olhos para trás, olhar para a nossa história, não a história dos compêndios, mas a história sem histórias, a lenta formação da nacionalidade para ver de que são capazes as mulheres. Foram elas, foi a sua fé um pouco ingênua, foi a sua ingenuidade, a sua honestidade pura, que deram ao Brasil o único cunho realmente forte que tem – a sua robusta organização familiar (WANDERLEY, 1999, p. 76).

Para Wanderley, a autora idealiza os conceitos de mulher, família e pátria. Ademais, vai

[...] mais longe em seus equívocos ao desenvolver a ideia de que a violência é atributo masculino e de que a predominância de sua ação no campo social é a única responsável pela existência dos conflitos nessa área, e de que apenas a entrada da mulher neste cenário contribuirá para que se atenuem os conflitos... (WANDERLEY, 1999, p. 76).

Pelo exposto acima, vê-se a acentuada religiosidade, seja pela criticidade, seja pelo seguimento às regras que sustentam seus textos críticos e ainda, enreda suas narrativas de ficção. Nos romances escritos na década de 1930, *Maria Luísa*, *Em Surdina* e *Amanhecer*, fica patente tal preocupação com os valores positivistas no que se refere à construção das personalidades femininas, principalmente nos dois primeiros, escritos em 1933. Essa influência católica sobre os escritos de ficção vai se dissipando muito sutilmente, sem que ela os perca totalmente de vista até a concepção de *Cabra-Cega*, já nos anos 1950.

Reforçando a tese de que as transformações ocorridas no espírito feminino são a verdadeira origem dos conflitos atravessados pela época, Lúcia condena o aproveitamento do sexo feminino no serviço militar e, ao ver de Márcia Wanderley, transforma a mulher de doce e promotora da paz em monstro primitivo dotado da violência, um defeito humano. Destaca Márcia Wanderley a explanação de Lúcia Miguel:

Aproveitar a mulher para preparar a guerra, embora como enfermeira, é desvirtuar o seu papel. Que se preste quando se desencadeia a tormenta, nada mais natural. Mas em paz, educá-la para a guerra, familiarizá-la com essa perspectiva, é quase um crime. Pelo menos uma imprudência de incalculáveis consequências. Nada corrompe e desmoraliza como o hábito. Por isso é mister conservar carinhosamente o seu horror às armas. Mais primitiva que o homem, porque menos intelectualizada, ela será um monstro no dia em que se lhes despertarem os apetites de violência. Convulsionará ainda mais o mundo (WANDERLEY, 1999, p. 77).

O longo trecho revela o quão paradoxal e complexo se torna o estudo das ideologias que enredam o tecido ficcional dessa autora. Investida das funções de crítica e ficcionista, ela, de certo modo, questiona as ações da mulher fora do ambiente doméstico. Nesse

sentido, algumas proposições serão encontradas em seus textos que compactuam com o pensamento do movimento feminista. Assim, a partir de uma irônica postura, suas personagens criticam, em grande medida, as ideias e as práticas falocêntricas e patriarcais. Pode-se ver, em uma leitura de suas obras de ficção, exceto em *Amanhecer*, que os homens – como maridos, pais e irmãos – temem essa liberdade feminina, o pertencimento da mulher a um espaço e práticas antes permitidas apenas aos homens.

De acordo com Céli Regina Jardim Pinto, havia outras condições que sopravam muitas mulheres em direções contrárias àquelas pretendidas pelo movimento feminista: “o mundo agrário e reacionário dos homens, a quase clausura das mulheres envolvidas com trabalhos caseiros no mundo do privado, a alta religiosidade das pessoas, principalmente das mulheres” (PINTO, 2003, p. 33). Embora vivesse inserida no ambiente culto, urbano, conhecedora e praticante das letras, possivelmente, a orientação religiosa da autora, nesses primeiros registros, faz brotar a tensão decorrente da necessidade de mudanças *versus* a preservação de determinados privilégios. A partir da leitura de sua crítica, nota-se também que, porventura, o alimento de sua prosa advém da aceitação ou negação das ideologias do contexto, mantendo amplo diálogo com aquela.

Se a revolução sexual impulsionada pela doutrina freudiana fomentou marcas evidentes na sociedade da época, convém reiterar que tal desagregação proporcionada salta às páginas da ficção intimista pereiriana, decantando-se em um processo que beira às inquietações do movimento feminista. Os argumentos freudianos parecem aparecer de maneira mais intensa nos livros de Lúcia Miguel, principalmente quando exprimem, incisivamente, que uma mulher traz as marcas de sua educação. Com base na visão de Freud, o narcisismo, a passividade, a falta de criatividade, a sociabilidade inferior, a vaidade, a fraqueza moral feminina, tudo são resultados necessários de sua formação como mulher.

Ainda a partir de Freud, as mulheres são inferiores e essa inferioridade se manifesta no físico, no ideológico e nas práticas sociais de modo a justificar a servidão e a submissão ao homem. Ora, o cotidiano das personagens femininas que transitam pela trama romanesca pereiriana é recheado pela incongruência entre o juízo levantado e o compromisso da prática subserviente. A grande inquietação da personagem Maria Luísa reside em acreditar-se capaz, mas não poder mudar seus costumes em virtude do bom funcionamento da família. Já na obra *Em Surdina*, Cecília, assim como Maria Luísa, abdica de cuidar de sua vida pessoal para cuidar da vida do pai e da sobrinha. Assim, veremos que, no discurso ficcional, a mulher é força a ceder ao poder limitador do homem e aos ditames da tradição. Nesse sentido, elas são convidadas mais à renúncia que à ação.

Sem negar o pertencimento a uma classe, Lúcia Miguel surge como pioneira no exercício da crítica feita por mulheres no Brasil e inscreve, em suas personagens, personalidades de elite burguesa e intelectual, próprias da vida urbana de sua contemporaneidade. Com exceção da figura principal de *Amanhecer*, Maria Aparecida, que reside em um povoado no interior, todas as mulheres das narrativas buscam superar as circunstâncias do mundo urbano e burguês.

Com isso em vista, percebe-se que o eixo central do legado romanesco abraça as questões, as ideologias dos “ismos” de seu tempo, mas revela um discurso paradoxal quando materializa o confronto entre a mudança e a permanência. Discutindo as tensões sociais do Brasil urbano na *Belle Époque*, Nicolau Sevcenko (2003), em trecho citado na epígrafe desta discussão, atesta que a literatura moderna deve traduzir mais um anseio de mudança do que de permanência. Contraditoriamente, o que emana dos romances em estudo é a aflição feminina decorrente desse momento de transição, bem como das ideologias que os faz surgir, e exhibe, de certo modo, o anseio da transformação. A mulher pretende a mudança e, quando chega a concretizá-la, nem sempre alcança a sua plena realização, muitas vezes, mantendo a sua sujeição ao homem.

Não podemos afirmar que Lúcia Miguel Pereira seja feminista, sobretudo porque sua ficção apresenta um viés bastante conservador dos princípios patriarcais vigentes nos tempos de sua composição, evidenciando as desagregações decorrentes dos movimentos do final do século XIX e princípio do XX, bem como o mal-estar moral por que passa a sociedade. Porém, pode-se notar que possui traços de comum acordo com a chamada versão bem-comportada do movimento, ao passo que algumas de suas criações buscam, sem mexer com a posição do homem ou com os privilégios burgueses, ser incluídas como cidadãs, visando ao bom andamento da sociedade. Maria Luísa vive a sua posição de elite econômica e intelectual, sem afrontar os poderes, mas ao buscar neles apoio, revela uma mulher que, apesar de dirigir sua própria vida, ainda está inserida no processo de tal forma que sua conclusão é deixar seus desejos em função da coletividade da família.

Se as marcas dos vários “ismos” no legado de Lúcia Miguel se dão de forma bem sutil, vale citar também como, com a mesma suavidade, a autora passeia pelos ideários anarquistas. Procurando, a bem da verdade, demonstrar a nocividade da bandeira desse movimento, destruidor dos lares que se preocupa, em especial, com a emancipação feminina, o amor livre, o fim do casamento monogâmico e contratual, o divórcio, o direito à maternidade consciente. Para Margareth Rago (2007, p. 46-47), “a questão da emancipação das mulheres através de sua libertação econômica e cultural foi reforçada no amplo debate que os anarquistas travaram, ao criticar as instituições burguesas e patriarcais”. Essa crítica às instituições burguesas e patriarcais, principalmente ao casamento, ao amor livre, é que Lúcia vai desafiando ao longo dos romances literários.

Sobre o anarquismo, continua Margareth Rago (2007, p. 47), “a luta pela independência feminina era, nesse registro, primeiramente uma questão moral: trata-se de libertar-se da imposição do modelo burguês de feminilidade e de construir uma nova figura de mulher”. Enredando na problemática familiar, Pereira põe em cena, nas obras *Em Surdina* e *Amanhecer*, o receio do pai tradicional pela inserção da mulher nas relações de trabalho, portanto, na esfera pública. Em *Amanhecer*, é posto em relevo o espanto da interiorana Maria Aparecida diante do aborto e dos amores livres de Sônia. Nas quatro narrativas, a mulher luta consigo mesma e com a família a fim de se revestir de uma nova roupagem, seja pelo trabalho, seja pela leitura, mas não sem sofrer censuras e restrições.

Sem negar a influência desses na vida social e na produção intelectual do momento, depreende-se do acervo literário de Lúcia Miguel certa resistência aos movimentos feminista e anarquista: este se constituía como um movimento libertário; já aquele, vale anotar que, nesse primeiro momento, o propósito almejado era fazer ouvir as mulheres de modo que alcançassem alguns direitos sem desestruturar o modelo burguês de família. Houve, assim, dificuldade em aceitar que a dominação da mulher fosse distinta do problema da dominação de classe.

Nessa direção, Margareth Rago chama a atenção para a resistência de uma das mais importantes líderes e intelectuais anarquistas brasileiras, Luci Fabbri, em relação ao feminismo. Para Fabbri, a mulher possuía dotes particulares para gerir a família. Inclusive, em 1933, já afirmava que a mulher, por administrar o lar, estar em contato com a gestão interna da família, estava mais em contato com a realidade do que os homens. A autora comenta, em trecho destacado por Rago:

As mulheres têm algo de seu para dar, algo de gênero, uma experiência única não competitiva: a economia doméstica, em que as crianças têm precedência, em que os velhos estão assistidos porque são velhos, em que cada qual são o que pode e consome o que necessita, isto é a economia doméstica. Nos últimos tempos, tenho pensado que vale a pena ocupar-se do problema da mulher sobretudo nesse sentido (RAGO, 2007, p. 315).

Nessa sequência, pode-se notar que, desde as primeiras décadas do século XX, as reivindicações anarquistas reconhecem a função doméstica da mulher e subordinam a questão sexual à questão social. Se as restrições do gênero se associam ao problema da classe, convém destacar que, também nos romances de Lúcia Miguel Pereira, a autora, teoricamente, investe contra os princípios desse movimento, porém, ao constituir a teia da vida familiar, permite que suas personagens burguesas, como é o caso de Maria Luísa, transitem da virtude ao vício e retornem à virtude. O oposto ocorre com Lola, personagem da mesma obra que, por não ser descendente de uma família nobre, recebe críticas sobre o casamento com um homem de classe superior e sobre seus relacionamentos após a viuvez. Na mesma direção, temos em *Amanhecer*, a protagonista Maria Aparecida que, a nosso ver, não consegue sua realização plena por meio do casamento nos moldes burgueses e do trabalho, porque tais aspirações parecem ser inconcebíveis para uma moça na sua condição.

Na prática de sua escrita de ficção, fica clara a pretensão da autora de trabalhar os pequenos informes da dinâmica do espírito ideológico desse tempo como elemento imanente do texto. Para isso, ressuscita desejos recalcados femininos que vão se agregar ou negar a filosofia desses pensamentos vigentes. Por conseguinte, partilhando com Antonio Candido (2000) a opinião sobre a gênese do texto literário, torna-se imprescindível destacar a correspondência entre a literatura e a vida social, uma vez que cabem na ficção as intencionalidades do criador e é nessa direção que vai o abastecimento dos romances de Lúcia Miguel Pereira. Sustentada pelas contradições e inquietações sociais, a autora põe em destaque a problemática das relações familiares, tematizando as conquistas e os

medos. Como comenta Terry Eagleton (2006), se considerarmos que o tempo histórico, as ideologias, as práticas sociais e a recepção do leitor são fundamentais para engendrar o texto, vê-se que a definição de conceitos e a interpretação se submetem ao modo da leitura e à natureza do lido, por isso, pelo olhar atento e provocador de Lúcia Miguel Pereira sobre a condição da mulher, notamos uma perspectiva ora de teor feminino, ora de teor feminista.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; 2000; Publifolha, 2000.

CARDOSO, Patrícia da Silva. Os nomes e o nome da mulher (Posfácio). *In*: PEREIRA, Lúcia Miguel. **Ficção reunida**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2006. p. 497-507.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], ano 6, n. 1, p. 7-31, 1993.

PEREIRA, Lúcia Miguel. O perigo do Feminismo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, 1933.

PEREIRA, Lúcia Miguel. As mulheres na literatura brasileira. **Revista Anhembi**, São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 1954.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Ficção reunida**. Curitiba: UFPR, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção história do povo brasileiro).

PINTO, Cristina Ferreira. **O bildungsroman feminino**: quatro exemplos brasileiros. São Paulo: Perspectiva, 1990.

RAGO, Margareth. **Anarquismo e feminismo no Brasil**: audácia de sonhar. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. Lúcia Miguel Pereira: do conservadorismo ao liberalismo. *In*: RAMALHO, Christina (org.). **Literatura e feminismo**. Propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1999. p. 73-84.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER VELHA EM CONTOS DE CLARICE LISPECTOR

THE REPRESENTATION OF THE OLD WOMAN IN SHORT STORIES BY CLARICE LISPECTOR

Maria do Rosário A. Pereira (CEFET-MG)¹
<http://orcid.org/0000-0002-4797-5724>

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar como se dá a representação das mulheres velhas em alguns contos de Clarice Lispector, a saber: “Ruído de passos”, “Feliz aniversário” e “Mas vai chover”. Aspecto pouco explorado na literatura brasileira, o envelhecimento é um tabu social, principalmente no que se refere ao envelhecimento feminino, uma vez que as mulheres, no sistema capitalista, são vistas como corpos erotizados e potenciais consumidoras de produtos de beleza e afins. Já nos anos 1950, Clarice Lispector debruçou-se sobre o tema, em contos e crônicas, e o olhar da escritora aponta para o lugar-comum da solidão em meio às relações sociais e também nos relacionamentos interpessoais, já que a mulher velha ocupa um lugar de menos valia social, inclusive no que diz respeito ao modo como sua sexualidade é vista. Tendo parte de sua literatura calcada em uma crítica às relações familiares patriarcais, como na coletânea *Os laços de família*, Lispector evidencia como o envelhecimento feminino é um *topos* a reiterar a falência desse modelo. Desse modo, os contos da escritora demonstram o fato de a velhice ser uma construção social e cultural, e não apenas um fator biológico, como bem destacou Simone de Beauvoir em seu clássico *A velhice*.

Palavras-chave: literatura brasileira; Clarice Lispector; envelhecimento feminino.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present how old women are represented in some short stories by Clarice Lispector: “Ruído de passos”, “Feliz aniversário” and “Mas vai chover”. Little explored in Brazilian literature, the aging is a social taboo, especially female aging,

¹ Doutora em Literatura Brasileira pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Edição no CEFET-MG, e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Publicou *Linhas cruzadas: literatura, arte, gênero e etnicidade* (em coautoria com Maria Inês de Moraes Marreco, 2011); *Entre a lembrança e o esquecimento: a memória nos contos de Lygia Fagundes Telles* (2018) e *Mário de Andrade e os mineiros: a carta como exercício crítico* (2021); *A escritura no feminino: aproximações* (2011); *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo* (2016); e *Prezada editora – mulheres no mercado editorial brasileiro* (2021). E-mail: mariadorosario58@gmail.com.

because women are seen as eroticized bodies and potential consumers of beauty products and something like that in the capitalist system. In the 1950s, Clarice Lispector worked with this theme, in short stories and chronicles, and the writer's point of view indicates to the commonplace of loneliness in the social relationships and also in interpersonal relationships, since the old women occupies a place of social worthlessness, including their sexuality. As part of Clarice Lispector's literature is based on a critique of patriarchal family relationships, *Os laços de família* is an example, the writer demonstrates that female aging is a *topos* to reiterate the failure of this model. Therefore, the short stories show that old age is a social and cultural construction, and not just a biological factor, as Simone de Beauvoir pointed out in her classic book *A velhice*.

Keywords: Brazilian Literature; Clarice Lispector; female aging.

COMO A CRÍTICA LEU A OBRA DE CLARICE LISPECTOR – VISÃO PANORÂMICA

Muitos são os trabalhos acerca da obra de Clarice Lispector. Diversos, também, são os enfoques, as leituras que perpassam sua obra, sobretudo as de caráter filosófico. De Benedito Nunes² até estudos recentes, como aqueles que vieram à luz por ocasião do centenário de nascimento da escritora³, muito se tem discutido sobre o nojo, a alegria, as experiências existencialistas em sua obra, bem como os famosos momentos epifânicos por parte de suas personagens – ou momentos em que “a tensão conflitiva se declara subitamente e estabelece uma ruptura do personagem com o mundo”, nas palavras de Nunes (1973, p. 79). Ainda que a recepção crítica do primeiro romance da escritora – *Perto do coração selvagem* (1944) – mostre a estupefação com a qual ela foi recebida no meio literário⁴, com o decorrer do tempo, suas inovações e qualidades literárias foram sedimentadas e, sobretudo a partir dos anos 1970, inicia-se um *boom* de estudos acadêmicos sobre a obra da autora.

No que se refere às questões de gênero, Solange Ribeiro de Oliveira destaca que a experiência da mulher na obra de Clarice é a da mulher ocidental e de classe média, e ainda, as mulheres que aparecem nessa obra são inquietas. Ela assevera: “Se a ‘heroína’ de Clarice tem um traço típico – além da onipresente busca da realidade última, cristalizada na imanência – ele é o da perpétua e angustiosa busca da própria identidade, nunca restrita

² Deste autor, destacam-se, dentre outros, *O mundo de Clarice Lispector* (1966, publicado com alterações em 1969 em *O dorso do tigre*) e *Uma leitura de Clarice Lispector* (1973, incluído posteriormente em *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*, de 1989).

³ É o caso da coletânea organizada por Júlio Diniz, *Quanto ao futuro, Clarice* (2021), com textos de diversos especialistas, como Evando Nascimento, Florencia Garramuño, Beatriz Damasceno, Nádia Battella Gotlib, Silviano Santiago, Veronica Stigger, entre outros. A obra conta ainda com uma seção de depoimentos acerca da obra de Clarice, por Marina Colasanti, Nélida Piñon e Maria Bethânia. Destaquem-se também as seguintes publicações: *A vertical das emoções: as crônicas de Clarice Lispector* (Relicário, 2021), de Georges Didi-Huberman, e *Um século de Clarice Lispector: ensaios críticos*, organizado por Yudith Rosenbaum e Cleusa Rios P. Passos (Fósforo Editora, 2021).

⁴ As primeiras críticas deste romance, mormente as de Sérgio Milliet, Antonio Candido e Álvaro Lins, apontam que eles tinham certa consciência de estarem diante de algo novo na literatura brasileira. No entanto, isso não implica necessariamente uma compreensão das realizações e dos processos realizados pela escritora com sua linguagem. Álvaro Lins, por exemplo, afirma que a obra não estava plenamente realizada, “que estava incompleta e inacabada a sua estrutura como obra de ficção” (LINS, 1946, p. 111).

aos papéis sociais” (OLIVEIRA, 1989, p. 96). Com a intensificação do movimento feminista nas duas últimas décadas, esse aspecto parece ter chamado mais a atenção de pesquisadoras e pesquisadores. A imbricação entre questões de gênero e relações familiares também é aspecto a ser destacado, como se lê em *Os difíceis laços de família*, de Nádya Battella Gotlib (1994). Apesar de, como o próprio título indica, o texto concentrar-se na tessitura das relações familiares, muitas vezes impessoais ou meramente formais, cumprindo o ritual das aparências sociais, a autora investiga personagens femininas que são mães em três contos da escritora: “Amor”, “Os laços de família” e “Feliz aniversário”.

No que se refere ao primeiro conto, Gotlib (1994, p. 97) destaca a dubiedade a que a personagem se vê colocada a partir do estar ou não estar com a família – “a da domesticação pela obediência à lei e à ordem e, ao contrário, a da desobediência com o ingresso no mundo do caos e do acaso a-histórico”. Quanto ao segundo, destaca-se a linhagem materna e sua herança, ao partir de um incômodo, de um mal-estar no início entre mãe e filha que não sabiam o que se dizer, até o segundo momento da narrativa, em que a filha, que também já é mãe, foge “dos limites impostos pela figura paterna”, como aponta Gotlib (1994, p. 97). Em “Feliz aniversário”, no entanto, o conflito, por assim dizer, esfacela-se entre muitas figuras de uma mesma família, reunida em torno da matriarca que estava fazendo 89 anos. Finalmente, chegamos ao que nos interessa neste trabalho: a construção de mulheres velhas⁵ em alguns contos de Clarice Lispector.

A VELHICE NA LITERATURA

Primeiramente, façamos algumas considerações acerca da velhice: trata-se de tema tabu em nossa sociedade, sobretudo a velhice feminina. Basta observarmos como o velho/a velha são tratados no que se refere à ausência de direitos ou ao cumprimento de leis, ou mesmo no que se refere ao respeito a eles conferido. Quando o olhar se volta para a literatura, esta reitera esse lócus social: de acordo com Dalcastagnè (2010) em *Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo*, a maior parte das personagens femininas na literatura brasileira é jovem e dona de casa. Isso dá mostras de que, quando a mulher é representada como protagonista na literatura *tout court*, isto é, na literatura produzida por homens brancos, isso ocorre sempre sob os mesmos moldes, a saber, também brancas, em sua grande maioria jovens ou adultas, e tendo como principal qualidade a beleza: “Há poucas descrições de seu corpo, mas quando elas aparecem, identificam a mulher brasileira presente nas narrativas como relativamente magra, loira e com cabelos mais longos” (DALCASTAGNÈ, 2010, p. 59).

⁵ Neste trabalho, opta-se pelo termo “velha” por considerarmos que termos correlatos tentam escamotear o modo como essa parcela da população é vista socialmente. Nas palavras de Figueiredo (2020, p. 242): “Para ocultar o horror que a palavra provoca, nossa sociedade criou eufemismos para designar a velhice, terceira idade e até, suprema ironia, melhor idade, quando se sabe que ninguém, em sã consciência, pensa nisso”.

Além disso, o lugar de subserviência e de coadjuvante social para a mulher também é reiterado, uma vez que boa parte das personagens femininas na literatura nacional é dona de casa – índice precário de profissionalização e escolaridade, pois, de acordo com Dalcastagnè (2010, p. 59), “ocupam menos a posição de intelectuais e dependem mais dos homens financeiramente”. No que se refere à autoria feminina, as escritoras representam as mulheres em faixas etárias mais variáveis, o que se reflete também em experiências de vida mais complexas. Nos contos de Lispector selecionados para este trabalho, tal complexidade se faz visível, ainda que a nota dominante, nas representações de mulheres velhas, seja o abandono ou a solidão. Em dois dos contos selecionados, fica patente o aspecto da sexualidade, dos anseios e desejos quase nunca reconhecidos como válidos pela sociedade; em outro deles, é o abandono familiar que se destaca; e em outro ainda, o abandono social.

Em *A velhice* (2018), Simone de Beauvoir salienta justamente este último ponto, o descaso social em relação ao idoso. Para a intelectual francesa, o problema da velhice se dá no cerne das classes privilegiadas, uma vez que o velho pobre não existe – no sentido de, além de não ser reconhecido, não ser retratado literariamente, por exemplo –, e, como “objeto de especulação”, o problema gira em torno dos homens, ainda que, obviamente, tanto homens como mulheres envelheçam e ainda que elas vivam mais tempo. Facilmente se percebe a validade de tal afirmação: basta uma rápida olhada pelos comerciais de TV ou ainda um flerte com o Instagram para perceber o quanto nossa sociedade é focada em apelos à manutenção de um corpo belo e magro e no quanto é notório o movimento de toda uma indústria – de alimentos, de cosméticos, de cirurgias plásticas etc. – para convencer as pessoas da importância de se manterem jovens.

De acordo com Naomi Wolf⁶, é a partir dos anos 1830, com o acúmulo de fotografias, que modelos de beleza começaram a ser imputados mais fortemente sobre a sociedade, criando verdadeiras “ficções sociais”:

Pela primeira vez, novas tecnologias tinham condição de reproduzir – em figurinos, daguerreótipos, ferrotípias e rotogravuras – imagens de como deveria ser a aparência das mulheres. [...] Anúncios com imagens de “belas” mulheres apareceram pela primeira vez em meados do século (WOLF, 2018, p. 32).

Sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os discursos em voga direcionavam-se para a importância de as mulheres abandonarem o trabalho fabril a fim de auxiliarem os homens que voltavam da Guerra e a fim de reorganizar o espaço familiar e doméstico. Desse modo, o sistema apropriou-se da divisão tradicional de papéis para alimentar o consumo feminino como forma de perpetuar o controle social: já que a mulher permanecia circunscrita ao espaço doméstico, recorria-se enfaticamente à divulgação e à venda de produtos para o lar.

⁶ Ainda que o trabalho de Naomi Wolf apresente limitações tanto históricas quanto contextuais – trata-se de obra publicada em 1991 e que não leva em conta especificidades no que se refere às mulheres, tomadas como um grupo único e coeso –, tomamo-lo como referência porque a obra apresenta a forma como o sistema capitalista atualiza seus padrões para manter o *status quo* e continuar subjugando as mulheres. Desse modo, a autora empreende uma discussão relevante que nos permite agregar elementos ao que aqui se propõe.

No entanto, com o fim da chamada “mística feminina”,⁷ a partir sobretudo dos anos de 1960, o mercado publicitário percebeu que as antigas donas de casa adentravam o mercado de trabalho nos Estados Unidos e começou a bombardeá-las com propagandas que incentivavam o consumo de bens que lhes assegurassem a beleza física e a elegância, bandeiras apregoadas como fundamentais para o êxito pessoal e profissional. Daí a venda de produtos de fácil consumo e logística, como os batons, um tipo de “neurose portátil”, nas palavras de Wolf. Aparecem, então, novos cerceadores do espaço intelectual das mulheres, como o discurso das dietas, a indústria de cosméticos e a das cirurgias plásticas. Assim, “a modelo jovem e esquelética tomou o lugar da feliz dona de casa como parâmetro da feminilidade bem-sucedida” (WOLF, 2018, p. 27). Com o passar do tempo, isso acaba por gerar uma competição entre as próprias mulheres, e, conseqüentemente, o envelhecimento passa a ser rechaçado com todas as forças.

Também a imprensa e mais especificamente as revistas voltadas para o público feminino atuavam como “tecnologias de gênero”⁸, para usar expressão consagrada de Teresa de Lauretis, devido ao fato de impulsionarem a competição entre as mulheres e referendarem padrões de beleza muitas vezes inalcançáveis. Assim, um corpo consumidor, que atende às demandas do capital, é bem-visto; diferentemente do que muitas vezes se pensa, não é a estética o que está em jogo, mas, sim, o modo como as mulheres devem se portar: “O mito da beleza de fato sempre determina o comportamento, não a aparência” (WOLF, 2018, p. 31, grifo do autor).

A MULHER VELHA NOS CONTOS DE LISPECTOR

Tais considerações deixam à mostra o problema de inserção da mulher velha. No que se refere à literatura, essa mesma questão reverbera. Elódia Xavier pontua, a partir de Showalter, que, em um primeiro momento, a produção literária das mulheres ainda permanecia presa a moldes tradicionais, isto é, aos moldes masculinos. De acordo com a pesquisadora brasileira, é a partir da obra de Clarice Lispector, sobretudo com a coletânea *Os laços de família* (1960), que questões efetivamente de gênero ganham relevância na literatura produzida por mulheres no Brasil⁹. É claro que, no século XIX e nas primeiras décadas do XX, houve uma série de escritoras – aliás, a literatura nasce em jornais, espaço dos folhetins, das crônicas, dos artigos de opinião, nos quais se advogavam direitos básicos, como o da educação para as mulheres. Esse processo de conscientização que já

⁷ Cf. Betty Friedan.

⁸ Lauretis (2019, p. 123) propõe-se a pensar gênero não mais atrelado a diferença sexual, mas dentro da perspectiva foucaultiana de tecnologia sexual: “[...] seria possível propor que também o gênero, como representação e como autorrepresentação, fosse produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas culturais institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana”.

⁹ Em outro texto, *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*, Xavier aponta com precisão o modo como o modelo familiar patriarcal é questionado nos textos de Lispector: “Clarice Lispector questiona, com muita ironia, este modelo familiar onde a mulher, condenada à imanência, fica reduzida ao espaço privado” (XAVIER, 1998, p. 27).

estava historicamente em curso ganha relevo, no Brasil, sobretudo nos anos 1950 e 1960, e é referendado pela publicação de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir – publicado na França, em 1949. Estima-se que, no Brasil, sua primeira edição tenha vindo à tona em 1960¹⁰. Questionavam-se papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, como as tarefas maternas, de esposa e do lar, e havia uma busca por uma maior escolarização – ao ingressarem em carreiras acadêmicas – e por outras ocupações no mercado de trabalho.

Na literatura, também reverberavam os ecos dessas mudanças: testemunham essa afirmação as produções de Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon e da própria Clarice Lispector, entre outras. O tédio e a frustração femininas em uma sociedade rigidamente estruturada, por exemplo, começam a ser destacados, uma vez que uma das tônicas da literatura produzida por mulheres nesse período é justamente o questionamento à estrutura familiar patriarcal. É assim que protagonistas homens são retratados com uma personalidade pouco robusta, e pais e maridos ausentes ou com pouco poder decisório ganham o texto. Ao contrário, as protagonistas mulheres, para além de dominarem a cena de muitas das escritoras do período, são retratadas com cores fortes, imersas em meio aos desafios de seu próprio tempo.

Luiz Lopes já destacara que a solidão, assim como o esquecimento, é elemento estruturante na obra de Lispector, de modo congruente com o que assevera boa parte da crítica. Ele destaca algumas personagens de Lispector, como Martim e G.H., para quem a solidão atua como

[...] uma força plástica que pode ajudar o homem na construção de si mesmo, no encontro consigo e na afirmação da vida. À medida que essas personagens se afastam do ordinário e dos outros, podem ter um embate consigo mesmas, com o lado menos vulgar de si mesmas (LOPES, 2020, p. 158-159).

No que se refere às protagonistas dos contos em xeque neste artigo, no entanto, em vez de a solidão proporcionar esse autodescobrimento, ela parece reiterar o lugar de menos valia ocupado socialmente pela mulher velha. Passemos aos contos de Lispector: o tema da velhice feminina neles reverbera, mesmo quando as protagonistas não são mulheres velhas. É o caso do conto “Os laços de família”, já mencionado. No início do texto, o leitor depara-se com uma mãe que havia visitado a filha casada e seu neto, retornando para sua cidade. A incomunicabilidade destaca-se logo nas primeiras linhas do conto: mãe e filha não sabem o que dizer à despedida ou mesmo como se portar após o solavanco sofrido no táxi, o que jogou o corpo de uma contra o da outra.

Catarina olhava a mãe, e a mãe olhava a filha, e também a Catarina acontecera um desastre? seus olhos piscaram surpreendidos, ela ajeitava depressa as malas, a bolsa, procurando o mais rapidamente possível remediar a catástrofe. Porque de fato sucedera alguma coisa, seria inútil

¹⁰ De acordo com Joana Vieira Borges, não se pode precisar a data de publicação exata desta primeira edição no Brasil, já que essa data não consta no depósito legal da Biblioteca Nacional, tampouco no banco de dados da editora Nova Fronteira, detentora dos direitos da obra. Contudo, a pesquisadora aponta como data provável o ano de 1960, devido a questões contextuais (Cf. BORGES, 2013).

esconder: Catarina fora lançada contra Severina, numa intimidade de corpo há muito esquecida, vinda do tempo em que se tem pai e mãe. Apesar de que nunca se haviam realmente abraçado ou beijado. [...]. Mas depois do choque no táxi e depois de se ajeitarem, não tinham o que falar – por que não chegavam logo à Estação? (LISPECTOR, 2016, p. 172-173).

Severina é uma mulher velha e já é avó, mas, nesse conto, o foco não é esse, e, sim, as conturbadas relações familiares, já que os sentimentos existentes entre as personagens são dúbios – “Ninguém mais pode te amar senão eu, pensou a mulher rindo pelos olhos; e o peso da responsabilidade deu-lhe à boca um gosto de sangue. Como se ‘mãe e filha’ fosse vida e repugnância. Não, não se podia dizer que amava sua mãe. Sua mãe lhe doía, era isso” (LISPECTOR, 2016, p. 174). Laços que jamais podem ser quebrados, esses de mãe e filha, ainda que atração e repulsa sejam faces de uma mesma moeda. Nas palavras de Xavier (1998, p. 28): “O caráter institucional da família impede um autêntico relacionamento; as normas sociais são as responsáveis pela distorção dos laços afetivos”.

Já em “Feliz aniversário”¹¹, o motivo central gira em torno de uma mulher velha, e a própria passagem da vida é posta em xeque. Nesse conto, tem-se a “farsa burlesca”, nas palavras de Xavier (1998, p. 29), em que as personagens agem como se estivessem em um palco, apenas cumprindo uma mera formalidade social, a saber, parentes que há muito não se viam comparecem à comemoração dos 89 anos da matriarca da família.

A desumanização da protagonista é fato a ser assinalado, pois parecia um bibelô, um objeto a ornamentar a própria festa, em uma “angústia muda”, conforme descrito no início do conto: “Estava era posta à cabeceira. Tratava-se de uma velha grande, magra, imponente e morena. Parecia oca” (LISPECTOR, 2016, p. 143).

Cristiane Felipe Côrtes aponta as dificuldades que as personagens de Clarice Lispector têm para se comunicar: “Essa dificuldade possui dimensões diferentes que variam desde a tagarelice despropositada até a mudez nauseabunda” (CÔRTEZ, 2020, p. 74-75). Tal afirmação parece encaixar-se perfeitamente no conto em questão. O quase total emudecimento da personagem central é contraponto à tagarelice da família: como não se viam há um bom tempo, cumprimentavam-se em balbúrdia e, animados, comiam os primeiros sanduíches de presunto, “mais como prova de animação que por apetite” (LISPECTOR, 2016, p. 144).

Quanto à personagem principal, “a velha não se manifestava”, frase repetida ao longo do conto que destaca a impassibilidade da protagonista, até o momento em que é cantado o parabéns e, pela voz do narrador, é possível perceber o que se passa no interior da personagem: “E de súbito a velha pegou na faca. E sem hesitação, como se hesitando um momento ela toda caísse para a frente, deu a primeira talhada com punho de assassina” (LISPECTOR, 2016, p. 145). “Como se a primeira pá de terra tivesse sido lançada”, em uma figuração da morte da própria família, o bolo é então distribuído e, na sequência, a velha reflete sobre a debilidade dos membros daquele grupo familiar, o que culmina em uma cusparada no chão que deixa Zilda, a filha com quem vivia, morta de vergonha. Tal gesto

¹¹ Em artigo publicado anteriormente, fiz uma breve leitura deste conto com viés comparativo e de modo a destacar o silenciamento do corpo feminino (Cf. PEREIRA, 2019).

certamente seria interpretado pela família como falta de educação da velha, mas uma leitura atenta permite perceber que se trata, na verdade, da revolta escamoteada ao longo do conto, de todo um processo de invisibilidade vivido pela protagonista.

Em um relance, somente Cordélia percebe a verdade: a de que, se não tivesse coragem suficiente para romper com os laços que a prendiam àquele sistema, estaria condenada àquele mesmo desfecho. Nas entrelinhas do texto literário, fica patente o lugar de descarte e desprezo social conferido à mulher velha, como se este fosse o destino de todas: após cumprirem a função materna, e não tendo mais qualquer serventia para o sistema, restariam o desprezo e o abandono afetivo, em uma espera passiva pela morte.

É interessante notar que, ao retratar a velhice feminina sob enfoques variados, Clarice Lispector parece pôr em relevo o aspecto da solidão. Em “Ruído de passos”, a protagonista é dona Cândida Raposo, uma senhora de 81 anos que tinha a “vertigem de viver” (LISPECTOR, 2016, p. 450). Em contato com a natureza e com a música, esse sentimento fazia-se presente, sentimento este manifesto pelo “desejo de prazer que não passava”. Envergonhada pela situação, procura um ginecologista, que afirma não haver remédio para o problema, a menos que ela se “arranjasse sozinha”, o que fora sugerido pela própria senhora. Em pequenos trechos de discurso indireto livre – “A vida era isso, então? essa falta de vergonha?” –, fica perceptível a presença de um corpo disciplinado, “cuja característica básica é a carência garantida pela disciplina”, como lembra Xavier a partir de uma tipologia dos corpos extraída do sociólogo Arthur Frank. Daí a previsibilidade desse corpo, sempre afeito às regras do sistema, sempre “dócil”, para usar expressão de Michel Foucault. É um corpo adestrado, enfim, por normas e ideologias vigentes.

Trata-se da mesma perspectiva apresentada no conto “Senhor Diretor”, de Lygia Fagundes Telles, publicado na coletânea *Seminário dos ratos* (1977), em que Maria Emília, uma senhora de 62 anos, “professora aposentada, paulista e solteira”, na autodescrição expressa no texto, escreve uma carta mental ao “diretor” de um jornal sobre as mazelas que vêm sendo expostas nas capas. Na verdade, ao longo do conto, o leitor percebe que a suposta carta nada mais é do que um subterfúgio para a autorreflexão acerca de uma vida vazia, em que o prazer e a liberdade não foram sequer conhecidos. Diferentemente da protagonista clariciana de “Ruído de passos”, Maria Emília, virgem, não recorre à masturbação: sua máxima ousadia é, no dia de seu aniversário, entrar sozinha em um cinema com uma camélia na lapela da roupa, índice de certa volúpia, somada ao filme e às impressões colhidas pela personagem enquanto o assistia. No entanto, essa atmosfera se esvai ao final, e a mulher retoma sua rotina. Interessante observar, ainda, que *A via crúcis do corpo*, coletânea em que se encontra “Ruído de passos”, é de 1974, ao passo que o conto lygiano é de 1977: nos anos 1970, as discussões acerca de uma nova onda feminista iniciada em fim dos anos 1960 em Paris já chegava ao Brasil – em “Senhor diretor”, por exemplo, há um momento em que Maria Emília frequenta uma reunião feminista que a escandaliza, na qual se discutiam direitos trabalhistas para as prostitutas. Chamamos a atenção para a proximidade entre essas datas, porque elas apontam para o fato de que tanto Clarice Lispector quanto Lygia Fagundes Telles permaneciam atentas às discussões feministas daquela hora, as quais reverberam, em maior ou menor medida, em sua literatura.

Voltando ao conto “Ruído de passos”, não há muitas informações sobre a vida pregressa da personagem, sabe-se apenas que perdeu um filho na guerra. No entanto, fica implícito que provavelmente a educação e a cultura recebidas formataram-na para o não prazer, para a condescendência do prazer do outro, o homem, mas nunca para si própria. Enquanto no conto de Fagundes Telles a personagem recrimina a sexualidade exuberante de casais jovens na rua e no cinema, no de Clarice, a personagem se recrimina por ainda pensar no prazer. O final do conto é emblemático nesse sentido:

Nessa mesma noite deu um jeito e solitária satisfez-se. Mudos fogos de artifícios. Depois chorou. Tinha vergonha. Daí em diante usaria o mesmo processo. Sempre triste. É a vida, senhora Raposo, é a vida. Até a bênção da morte. A morte. Pareceu-lhe ouvir ruído de passos. Os passos de seu marido Antenor Raposo (LISPECTOR, 2016, p. 451).

A expressão “mudos fogos de artifício”, seguida do choro da personagem, destaca seu sentimento de culpa, pois, para ela, o autoprazer era um sentimento proibido, daí a tristeza que se seguia ao ato. Além disso, forte indício da violência simbólica sistêmica à qual as mulheres são submetidas é o fato de ela ouvir os passos do marido: fica claro que o prazer é interdito pelas amarras do sistema patriarcal, para o qual o corpo feminino deve se prestar somente para o prazer alheio.

Enfoque diferente do de Lispector aparece no conto “Uma alegria”, de Cláudia Lage, publicado em coletânea organizada por Luiz Ruffato, *25 Mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira* (2004). O conto de Lage também enfoca a masturbação por parte de uma mulher velha, porém, apesar de cerceamentos religiosos passarem pela cabeça da protagonista, ela não consegue mais parar de se masturbar, ela que vivia em um longo casamento sem orgasmo. Interessante destacar também que a autodescoberta ressignifica seu matrimônio, pois, passada a estupefação inicial do marido ao descobrir o “ato proibido” por parte da esposa, ele volta a procurá-la e ambos, finalmente, sentem-se realizados. O texto, escrito nos anos 2000, dá mostras de que o modo como a velhice feminina vem sendo retratado ao longo das décadas modifica-se: não mais, solidão, abandono e ausência de prazer, ainda que esses pontos sejam abordados contemporaneamente pelas escritoras, mas também a possibilidade de novas descobertas e, sobretudo, da redescoberta do prazer¹². Isso está em consonância com a mudança de perspectiva sobre o tema e ainda com o aumento da longevidade da população brasileira¹³.

Voltando ao conto de Lispector, apesar de atingido o prazer físico, a personagem parece encarar o ato como algo pouco digno, e, ainda, parece assombrada pela lembrança do marido, já falecido. Daí o título, “Ruído de passos”: ao sentir a presença do esposo, o texto remete simbolicamente às proibições do sistema patriarcal para que a mulher tenha direito ao seu próprio prazer, conforme já mencionado. Inconscientemente, tais

¹² Esse ponto é muito presente no livro de minicontos de Alê Motta, *Velhos* (2020).

¹³ A título de exemplo, Lygia Fagundes Telles publica, em 1970, a coletânea *Antes do baile verde*, em que há um conto, “Apenas um saxofone”, no qual a protagonista, Luisiana, de 44 anos e 5 meses, sente-se velha, conforme enunciado nas primeiras linhas do conto; hoje, uma mulher nessa faixa etária é considerada jovem.

proibições reverberam na conduta e no imaginário de muitas mulheres, como Cândida Raposo. Assim, o corpo feminino está constantemente sujeito ao olhar do outro: se erotizado, é vítima de julgamentos exteriores e de abusos os mais diversos; se disciplinado, por vezes, sofre um processo de invisibilização.

Passemos ao conto “Mas vai chover”, no qual Maria Angélica, uma mulher de 60 anos, apaixonou-se por um entregador de produtos farmacêuticos de 19 anos, Alexandre. “Ele era a força, a juventude, o sexo há muito tempo abandonado” (LISPECTOR, 2016, p. 465). Ela, então, começa a empreender estratégias para seduzi-lo, desde frases que sugeriam que ela era uma mulher livre, passando por um quimono transparente que deixava entrever a marca da calcinha, até finalmente oferecer-lhe um carro, caso ele dormisse com ela. É interessante observar os recursos dos quais Maria Angélica se vale: primeiramente, ela tenta usar o corpo para seduzi-lo. No entanto, tal corpo já não corresponde mais aos anseios de uma sociedade que valoriza corpos malhados, jovens, semelhantes a modelos. A esse respeito, pontua Xavier:

A mudança que o envelhecimento produz muitas vezes aparece mais claramente para os outros do que para o próprio sujeito, porque ela se opera continuamente e nós mal a percebemos. Nosso inconsciente alimenta a ilusão de uma eterna juventude (XAVIER, 2007, p. 86-87).

O modo como a narrativa de Lispector segue assinala, com um tom de escárnio, o enlace sexual entre os dois.

O que se passou em seguida foi horrível. Não é necessário saber. Maria Angélica – oh, meu Deus, tenha piedade de mim, me perdoe por ter que escrever isto! – Maria Angélica dava gritinhos na hora do amor. E Alexandre tendo que suportar com nojo, com revolta. Transformou-se num rebelado para o resto da vida. Tinha a impressão de que nunca mais ia poder dormir com uma mulher. O que aconteceria mesmo: aos vinte e sete anos ficou impotente (LISPECTOR, 2016, p. 466).

Em seguida, o rapaz abandona o emprego e vai morar em um hotel de luxo – não quisera morar com ela por causa dos vizinhos. Depreende-se a vergonha por ele sentida, já que as outras pessoas, a sociedade, enfim, julgariam o rapaz como interesseiro, uma espécie de gigolô – como, de fato, ele era; ao mesmo tempo, expressa-se o sentimento de asco por parte do rapaz em ser visto com Maria Angélica.

O olhar do outro aparece, ainda, na figura das criadas de Maria Angélica, “que quase riam na sua cara”, embora ela não se importasse. Advertida por uma amiga que estava sendo explorada, ela se recusa a enxergar a realidade. Há uma ironia fina que percorre todo o conto, quando o rapaz some alguns dias e volta com um presente:

Trouxe-lhe de presente uma lata de goiabada-cascão. Ela foi comer e quebrou um dente. Teve que ir ao dentista para pôr um dente falso.

E a vida corria. As contas aumentavam. Alexandre exigente. Maria Angélica aflita. Quando fez sessenta e um anos de idade ele não apareceu. Ela ficou sozinha diante do bolo de aniversário (LISPECTOR, 2016, p. 467).

Ao final, fica claro o papel de prostituição a que o rapaz se submetera, quando ele dá um ultimato para que ela conseguisse uma soma grande de dinheiro, mesmo que, para isso, tivesse de se desfazer do apartamento, pois, caso contrário, ele não se submeteria mais às “sem-vergonhices” dela. Interessante observar que, inconscientemente, a própria mulher julgava-se incapaz de seduzi-lo pelos métodos naturais, conforme as tentativas expressas no início do conto. Dessa forma, ela busca comprá-lo, ainda que ele dê mostras de que, mesmo assim, em algum momento, irá abandoná-la. Ela se submete a tais migalhas por acreditar que esse seria o único modo de realização sexual àquele momento. Lispector deixa à mostra, portanto, o lugar de interdição ao qual o prazer feminino é relegado na chamada “terceira idade”.¹⁴ Como dito anteriormente, não se pode desconsiderar o contexto em que o conto foi escrito. O conto de Lispector termina em aberto, o rapaz finalmente vai embora e Maria Angélica pensa: “Parece [...] que vai chover” (LISPECTOR, 2016, p. 468). Terminada a aventura, retoma-se a banalidade do cotidiano.

Como se procurou demonstrar, Clarice Lispector já tocava em pontos espinhosos no que se refere à velhice feminina, como o fato de as mulheres continuarem tendo ânsia de prazer, ainda que isso não fosse considerado natural. De lá para cá, muito se passou, as demandas feministas evidenciaram-se, e o corpo está no cerne das discussões. A partir daí, indaga-se: o que a sociedade espera da mulher velha? Que ela permaneça em casa, tricotando, que desempenhe papéis de avó? Mulheres que fogem a esse estereótipo ainda são vistas como fora da normalidade, mas a literatura tem trazido representações mais múltiplas nesse sentido, de modo a acompanhar, também, a chegada de novos tempos – ainda que muito tenha de ser desconstruído.

¹⁴ A interdição da sexualidade também aparece no conto “As maniganças de Dona Frozina”, publicado no livro *Onde estivesse de noite* (1974). Veja-se a descrição da personagem: “Ficou viúva com vinte e nove anos. E de lá para cá – nada de homem. Viúva à moda antiga. Severa. Sem decote e sempre com mangas compridas.” Chama a atenção, aqui, a idade da protagonista, como a sugerir que, fora do matrimônio, não haveria perspectivas de felicidade e de prazer às mulheres.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BORGES, Joana Vieira. Da (des)construção do “clássico”: O segundo sexo e Mística feminina no Brasil e na Argentina. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2013.
- CÔRTEZ, Cristiane. A potência do silêncio na escrita de Clarice Lispector: a negação da palavra e o drama da alteridade. **Fólio – Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 2, p. 72-92, jul./dez. 2020.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Representações restritas: a mulher no romance brasileiro. *In*: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. Vinhedo: Horizonte, 2010.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista**: leituras transversais de escritoras brasileiras. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- GOTLIB, Nádia Battella. Os difíceis laços de família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p. 93-99, nov. 1994.
- LAGE, Cláudia. Uma alegria. *In*: RUFFATO, Luiz. **25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LINS, Álvaro. Jornal de crítica: Romances. **Jornal Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 maio 1946.
- LISPECTOR, Clarice. Feliz aniversário. *In*: LISPECTOR, Clarice. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- LISPECTOR, Clarice. Mas vai chover. *In*: LISPECTOR, Clarice. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- LISPECTOR, Clarice. Ruído de passos. *In*: LISPECTOR, Clarice. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

LISPECTOR, Clarice. Os laços de família. *In*: LISPECTOR, Clarice. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

LOPES, Luiz. **Clarice Lispector**: formas da alegria. Belo Horizonte: Quixote Do, 2020.

NUNES, Benedito. **Leitura de Clarice Lispector**. São Paulo: Quíron, 1973.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. Rumo à Eva do futuro: a mulher no romance de Clarice Lispector. **Remate de Males**, Campinas, n. 9, p. 95-105, 1989.

PEREIRA, Maria do Rosário Alves. Corpo feminino e envelhecimento na obra de Lygia Fagundes Telles. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 56, 2019.

TELLES, Lygia Fagundes. Senhor diretor. *In*: TELLES, Lygia Fagundes. **Seminário dos ratos**. São Paulo: Rocco, 1998.

XAVIER, Elódia. **Declínio do patriarcado**: a família no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSURGÊNCIAS FEMININAS NA POESIA DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DOS ANOS 1970

FEMALE UPRISERS IN PORTUGUESE POETRY SINCE THE 1970S

Conceição Flores (UNP)¹
<http://orcid.org/0000-0001-8655-9240>

Ilane Ferreira Cavalcante (IFRN)²
<http://orcid.org/0000-0002-1783-9879>



RESUMO

A partir da década de 1970, sobretudo, e no rastro da segunda onda do feminismo, emergiram nas literaturas de língua portuguesa obras marcantes que ousaram confrontar o cânone, revelando um modo poético de escrita marcadamente feminino. Este trabalho tem seu olhar para a poesia publicada em língua portuguesa e reflete sobre algumas das obras que representam não somente um marco mas também uma ruptura e uma referência para as produções posteriores. Nesse recorte, o estudo busca uma poesia que representa o sujeito feminino a partir de temáticas consideradas tabus: o corpo, o erotismo, o desejo das mulheres. Assim, considera como marcos da insurgência poética as seguintes publicações: em 1971, em Portugal, *Minha senhora de mim*, de Maria Teresa Horta; e em 1976, no Brasil, *Bagagem*, de Adélia Prado. Já em relação aos países africanos de língua portuguesa, cuja independência ocorreu na sequência da Revolução dos Cravos (1974), toma como referência: em relação a São Tomé e Príncipe, a poesia de Alda do Espírito Santo, publicada em *É nosso o solo sagrado da terra – Poesia de protesto e luta* de 1978; no tocante a Moçambique, a poesia de Noémia de Sousa, publicada inicialmente em jornais e revistas, reunida em livro somente no século XXI; em relação a Angola, a poesia de Paula Tavares publicada em *Ritos de passagem*, em 1985.

Palavras-chave: corpo; erotismo; literatura de autoria feminina; poesia de língua portuguesa.

¹ Professora aposentada de literaturas de língua portuguesa da Universidade Potiguar, estudiosa de escritoras portuguesa, pertence ao GT “A mulher na literatura” da ANPOLL.

² Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) onde leciona língua portuguesa e respectivas literaturas e atua no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP). Líder do grupo de pesquisa em Multirreferencialidade, Educação e Linguagem.

ABSTRACT

From the 1970s onwards, and in the trail of the second wave of feminism, remarkable works emerged in Portuguese-language literatures that dared to confront the canon, revealing a poetic way of writing that is markedly feminine. This article turns to the poetry published in Portuguese and reflects on some of the poets that represent not only a rupture but a reference for later productions. The following publications are considered as marks of the poetic insurgency: in 1971, in Portugal, *Minha Senhora de mim*, by Maria Teresa Horta; in Brazil, *Bagagem*, by Adélia Prado, published in 1976. In relation to the Portuguese-speaking African countries, whose independence occurred after the Carnation Revolution (1974), the reference are: in São Tomé and Príncipe, the poetry of Alda do Espírito Santo published in *É nosso o solo sagrado da terra: poesia de protesto e luta* (1978); in Mozambique, the poetry of Noémia de Sousa, initially published in newspapers and magazines, gathered as a book in the 21st century; in Angola, the poetry of Paula Tavares, published in *Ritos de passagem*, in 1985. The focus is the poetry that represents female subjects and themes considered taboo: the body, the eroticism, the desire.

Keywords: Body and eroticism; Female literature; Poetry in Portuguese.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Sinto um fogo sutil correr de veia em veia
por minha carne, ó suave bem querida,
e no transporte doce que a minha alma enleia
eu sinto asperamente a voz emudecida.
Uma nuvem confusa me enevoa o olhar.
Não ouço mais. Eu caio num langor supremo;
E pálida e perdida e febril e sem ar,
um frêmito me abala... eu quase morro... eu tremo!
Safo (2002)

Safo é considerada a primeira poetisa a deixar registrado, em poesia, o seu desejo e o seu corpo. São poemas dos quais restam apenas fragmentos e é de surpreender que ainda existam esses pequenos recortes de texto, dado o apagamento que as mulheres sofreram ao longo do tempo, principalmente quando ousaram romper os padrões definidos para as funções sociais que deveriam assumir em cada tempo e cada sociedade.

Ao longo do tempo, muitas outras mulheres escreveram e deixaram registros mais ou menos evidentes de sua subjetividade. No entanto, como afirma Virgínia Woolf (2014, p. 39): “As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. Sem esse poder, provavelmente a terra ainda seria pântanos e selvas”. Quanto a essa afirmação, feita no ensaio

fundamental da autora, *Um teto todo seu*, implica reconhecer que às mulheres foi negado, na maioria das vezes, o direito de dizer, de tomar a palavra e de expô-la. Trata-se de um direito que foi conquistado ao longo do tempo, à custa da ousadia de muitas mulheres e a partir de muitas lutas. Mais tarde, Hélène Cixoux, no clássico ensaio *O riso da Medusa*, publicado na década de 1970, convocava a mulher a escrever sobre si mesma, sobre o seu corpo, incitando-a a expulsar as inibições e a censura impostas, a fim de tornar-se senhora do seu corpo, de sua vida e da palavra. É a partir da década de 1970 que emergiram, nas literaturas de língua portuguesa, obras marcantes que, no rastro do que se passava na Europa e nos Estados Unidos³, ousaram confrontar o “sagrado cânone cavalheiresco” (RICH, 2017, p. 64), revelando um modo poético de escrita marcadamente feminino.

Os marcos temporais são sempre arbitrários e lacunares, apesar disso, partimos de autoras que representam uma ruptura com o assujeitamento, assumindo uma voz que se coloca diante do masculino, em termos de enfrentamento. Nesse sentido, não se pode deixar de retomar algumas precursoras dessa ousadia, que assumiram um lugar de sujeito *avant la lettre*, como no caso de Florbela Espanca (1894-1930), que publicou em vida o *Livro de mágoas* (1919) e o *Livro de Soror Saudade* (1923), que já continham poesia considerada ousada para a época, dada a *persona* lírica expor um lirismo amoroso que transgredia as convenções sociais e religiosas portuguesas. Judith Teixeira (1888-1959), contemporânea de Florbela, publicou *Decadência* e *Castelo de Sombras* (1923), *Nua*, poemas de Bizâncio (1926), livros que causaram escândalo na sociedade portuguesa de então. *Decadência de Judith Teixeira* (1923) e *Sodoma divinizada* (1923), obras de Raul Leal; e *Canções* (1921), de António Botto, apresentam uma poesia homoerótica e foram recolhidos pelo governo sob a alegação de serem ofensivos à moral, triste episódio da censura portuguesa que já antecipava os anos de ditadura que se seguiriam (1933-1974). O caminho para a exposição, na literatura, de temas considerados tabus para a sociedade patriarcal tem sido árduo. O desejo feminino, o homoerotismo, a menstruação, elementos da anatomia sexual feminina são elementos que sempre causam estranhamento, choque, revolta, perseguição aos escritores ao longo do tempo.

As décadas de 1960 e 1970 são consideradas, na historiografia, como período fulcral do desenvolvimento de grupos sociais na reivindicação de liberdade, justiça, igualdade. O movimento feminista traz uma contribuição significativa para essas questões. Mesmo o feminismo revisitado ainda indicava desigualdades, desconsiderando as diferentes realidades dos sujeitos e de seu lugar social, tais como o das mulheres negras, o das mulheres periféricas, o homoerotismo. Esse repensar os movimentos sociais nasce de grupos que se sentem alijados das reivindicações e das propostas de mudança. Conforme explica Angela Daves (2018, p. 22),

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época de seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o

³ Referimo-nos aos movimentos e militâncias políticas dos anos 1960, que contribuíram para a “segunda onda” do feminismo ocidental, marcadamente anglófono e francófono.

movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos. Ainda estamos diante do desafio de apreender as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e capacidades se entrelaçam – e como superamos essas categorias para entender as inter-relações entre ideias e processos que parecem ser isolados e dissociados.

A literatura, como as demais artes, possui um papel relevante nesse contexto. Neste artigo, lançamos um olhar para a poesia publicada em língua portuguesa a partir da década de 1970, e refletimos sobre algumas das poetisas que representam não somente um marco mas também uma ruptura e uma referência para as produções posteriores. Nesse recorte, buscamos a poesia e as autoras que representaram o sujeito feminino a partir de temáticas consideradas tabus: o corpo, o erotismo, o desejo das mulheres. Obviamente, é um recorte e, como tal, traz um olhar sobre essa literatura e sobre essas mulheres.

SENHORA DE MIM

Em 1971, em Portugal, Maria Teresa Horta (1937) publica *Minha senhora de mim*, obra que constitui um divisor de águas na literatura portuguesa. O sugestivo título remete para os cancioneros medievais, porém, a inovação imposta pelo pronome “mim” reflete a ousadia dessa poetisa. Assim, o leitor fica avisado de que é a voz feminina que vai imperar. Entramos, no livro, provocadas pelo título para, em seguida, no poema de abertura, nós nos depararmos com “Regresso”, em que o eu lírico reafirma que é de si que vai falar.

Regresso para mim
e de mim falo
e desdigo de mim
em reencontro

os pontos
um por um

a boca
o sabor

ou os meus ombros

Trago para fora
o que é secreto
vantagem de saudade
o que é segredo

Retorno para mim
e em mim toda
desencontro já o meu regresso

(HORTA, 2015, p. 13)

Esse “regresso” para si é conflituoso (“desdigo de mim”; “desencontro já o meu regresso”), posto que vai expor o que é “secreto”, o que é “segredo”. O regresso implica não apenas um voltar-se para si mas também um retornar, o que indica que havia uma perspectiva exterior, ou seja, um olhar de fora, uma exteriorização que o eu lírico deseja evitar, voltando-se para dentro, dando a ver o que lá estava escondido. Voltando-se também para o corpo, os “pontos/um por um”, “a boca/o sabor//ou os meus ombros”, ou seja, o corpo feminino. Os leitores ficam avisados de que o corpo da mulher passa a ter uma centralidade, seja pelo erotismo, seja como espaço de encontro consigo mesma, seja por desejo pelo amado.

Em poemas como “O meu desejo”, que integra a parte III do livro (HORTA, 2015, p. 82), o eu lírico feminino assume o desejo e dá instruções ao amado dizendo como ele deve proceder. A primeira instrução é “Afaga devagar as minhas/pernas”; em seguida, pede: “Entreabre devagar os meus/joelhos// Morde devagar que é/negado” até atingir o orgasmo e aí instar: “Bebe devagar o meu/desejo”. O Eros, segundo Natália Correia, ressurgira a partir do Surrealismo na poesia masculina pela “via luminosa do amor sem culpa”, tendo o lirismo português sido despertado para “uma poesia sexual, a que a poesia feminina se rendeu com o maior entusiasmo (Teresa Horta)” (CORREIA, 1966, p. 32).

Natália Correia publicou em 1966 a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, conjunto de poemas considerados então “imorais”, “ofensivos à moral pública”, motivo pelo qual o livro foi apreendido e a autora processada. Nessa antologia, Natália Correia inclui o “Poema de insubordinação” de Maria Teresa Horta, publicado em *Tatuagem*, plaquete que integra *Poesia 61*.

O erotismo latente de algumas cantigas de amigo que, apropriadas pelos homens, perderam o seu fulgor, ressuscita com todo o seu vigor na poesia de Teresa Horta⁴. A reação à publicação de *Minha senhora de mim* foi imediata: a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide) apreendeu o livro e a editora Dom Quixote, que publicara o livro, sendo ainda ameaçada de ser fechada se voltasse a editar qualquer obra da escritora. Maria Teresa Horta passou a ser ameaçada por meio de telefonemas e de cartas anônimas até que, numa noite, foi espancada por três homens que, entre palavrões e ameaças, disseram-lhe: “isto é para aprenderes a não escreveres como escreves” (HORTA, 2020, p. 51).

O conservadorismo português, sob a ditadura de Marcelo Caetano, reagia ao fato de uma mulher ousar cantar o corpo do amado, o desejo e o corpo feminino. Passados nove meses, a resposta a essas agressões foi dada pelas *Novas Cartas Portuguesas*, obra escrita pelas Três Marias – Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa – e publicada pela iniciativa de Natália Correia, então diretora literária da Estúdios Cor. Segundo Maria Teresa Horta, o livro foi “um acto de desobediência claro” (*apud* BRANCO)⁵, e teve consequências penosas para as Três Marias, que foram processadas,

⁴ Sobre apropriação e adulteração das cantigas que as mulheres cantavam, remeto para o texto de Ria Lemaire (1990): “As cantigas que a gente canta, os amores que a gente quer”.

⁵ Cf. BRANCO, Sofia. “Autoras afirmam que “Novas cartas portuguesas” é um livro “mal amado em Portugal”. *Público*, 05 de maio de 2004. Disponível em <https://www.publico.pt/2004/05/05/culturaipilon/noticia/autoras-afirmam-que-novas-cartas-portuguesas-e-um-livro-malamado-em-portugal-1192967>. Acesso em: 2 jun. 2021.

acusadas de pornografia e de ofenderem a moral portuguesa. O processo foi extinto após a Revolução de 25 de abril de 1974.

Romance inovador, pela autoria plural, pela arquitetura ousada, que foge a classificações rotineiras, e pelas temáticas abordadas, as *Novas Cartas Portuguesas* põem o dedo na ferida da sociedade portuguesa patriarcal, machista e questionam: “E o erotismo, senhores, e o erotismo? Em quase todos os livros chamados eróticos que por hoje abundam, *il n’y a pas de femmes libres, il y a des femmes livrées aux hommes*” (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 205). Ou seja, “não há mulheres livres, há mulheres entregues aos homens”.

Em 1990, tempo de mais liberdade, Ana Luísa Amaral publica *Minha senhora de quê*, cujo título reverbera o de Maria Teresa Horta. Os tempos são outros, por isso, o eu lírico questiona:

dona de quê
se na paisagem onde se projetam
pequenas asas deslumbrantes folhas
nem eu me projectei

se os versos de permeio
me nascem sempre urgentes:
trabalho de permeio refeições
doendo a consciência inusitada

dona de mim mesma não sou
se sintaxes trocadas
o mais das vezes nem minha intenção
se sentidos diversos ocultados
nem do oculto nascem
(Poética do Hades quem me dera!)

Dona de nada senhora nem
de mim: imitações do medo
os meus infernos

(AMARAL, 2010, p. 51)

Essa voz lírica expressa um sentimento de revolta, posto que as angústias e os desafios são outros. É a mulher que, na correria desse tempo pós-moderno, em que tem de conciliar múltiplas tarefas, sente que não é “nem dona/nem senhora/nem poeta” (AMARAL, 2010, p. 159)⁶.

Enquanto Maria Teresa Horta expunha-se como sujeito e dona de sua voz, a mulher do final do século XX estava tomada por outro sentimento, que emerge também das lutas feministas em prol da igualdade, as quais deixam sequelas no cotidiano das mulheres que, iguais, desesperam-se em meio às múltiplas tarefas que assumem. A esse respeito, Federici (2017, p. 34) lembra que:

⁶ Poema intitulado “Minha senhora a nada”, publicado em *Epopéias* (1994).

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.

A luta pela igualdade, inserida em uma sociedade patriarcal e marcadamente capitalista, trouxe conquistas, mas também trouxe dilemas para o corpo feminino, que passou a acumular as tarefas já esperadas por seus papéis sociais e aqueles constituídos na inserção cada vez maior no mundo do trabalho. A luta se transforma, a partir daí e ganha novos contornos: a diferença é algo a ser também conquistado. A igualdade na diferença e na diversidade. “Assim, a questão sobre como unir os movimentos é também uma questão sobre o tipo de linguagem que é utilizado e a conscientização que se tenta transmitir. Acho que é importante insistir na interseccionalidade dos movimentos” (DAVES, 2018, p. 35). A interseccionalidade proposta por Daves trata justamente de elaborar e conscientizar acerca dos aspectos comuns em movimentos e reivindicações contra questões aparentemente diversas: o racismo, o sexismo, a desigualdade. Perceber as semelhanças contribui para a construção das lutas sociais e, portanto, para a evolução da sociedade em direção a mais respeito e igualdade.

ANJOS ESBELTOS

Na construção desse percurso por obras e poetisas que construíram caminhos para novas experimentações poéticas, saímos de Portugal para o Brasil. Neste país, há vozes dissonantes do *status quo* desde o século XIX, se lembrarmos de Nísia Floresta, por exemplo, ao tratarmos da reivindicação pela educação e pelo direito cidadão das mulheres. Na poesia, podemos retomar as primeiras décadas do século XX, quando Gilka Machado publica poemas de tom erótico e Patrícia Galvão causa furor pelo comportamento ousado e pela militância política e literária, buscando tons mais modernos e formas experimentais de escrita nos seus livros. Essas mulheres são exemplos, mas não tiveram, em seu tempo, a abrangência que, anos depois em 1976, teve a publicação de *Bagagem*, de Adélia Prado. Tanto é que ainda se podia sentir, no que tange à produção poética feminina, que ela seguia “limpa e tênue e etérea”⁷. Os temas são “sempre eruditos e finos”, a forma “sempre ortodoxa, que passou ao largo do modernismo” (DAMASCENO, QUEIROZ *apud* CÉSAR, 1993).

É importante lembrarmos também que 1975 é o ano em que as Nações Unidas instituem como Ano Internacional da Mulher, após a Conferência do México. Essa foi uma ação que clamou pelo trabalho dos países em prol da diminuição das desigualdades entre homens e mulheres no que se estabelecia como a década das mulheres: 1975-1985. O objetivo da Conferência ocorrida na Cidade do México era chamar a atenção para as

⁷ Apropriamo-nos das palavras de Darcy Damasceno e Maria José de Queiroz, publicadas por Ana Cristina César em *Literatura e mulher: essa palavra de luxo* (parte II) e tomo a liberdade de flexionar os adjetivos no feminino. O ensaio de Ana Cristina César foi publicado em *Crítica e Tradução* (2016).

necessidades das mulheres, o posicionamento contra a discriminação e o avanço da situação feminina no contexto das lutas feministas que já se faziam soar principalmente nos países mais desenvolvidos.

Quanto à poesia feminina, é relevante mencionar que Hilda Hilst também vinha publicando desde 1950. No entanto, a sua poesia não encontrava grande acolhimento entre os leitores, o que a levou à escrita de *O caderno rosa de Lore Lambi* (1990), livro de caráter pornográfico que tinha a intenção de chamar a atenção para a sua escrita.

Com Adélia Prado (1935), e graças às fendas já estabelecidas pelas precursoras, na segunda metade do século XX, vêm à tona, na poesia, temas considerados vulgares – as vivências do universo doméstico feminino e suas trivialidades passam a integrar o universo poético. Publicado sob as bênçãos de Carlos Drummond de Andrade quando a mineira de Divinópolis já tinha 40 anos, *Bagagem* é um marco na poesia brasileira. É uma voz feminina que assume o dizer poético, no entanto, Adélia Prado, em entrevistas, afirma que “o ato criador é masculino”⁸, embora seus versos contrariem essa afirmação. Vejamos o conhecido poema “Com licença poética”:

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
Vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

(PRADO, 2014, p. 19)

Nesse poema de abertura de *Bagagem*, é evidente o pedido de licença à voz masculina, mas é um pedido que soa irônico, pois se contrapõe à incitação inicial do anjo que determina à mulher o protagonismo da cena. Dialogando com o conhecido “Poema de sete faces”, publicado por Drummond em *Alguma poesia* (1930), a voz lírica tem consciência de que “inaugura linhagens”, assumindo a entrada no universo poético de uma voz lírica feminina que reconhece termos um papel na vida: o de “carregar bandeira”, de

⁸ Cf. Entrevista concedida ao programa Roda Viva em setembro de 1994 e transcrita no blog *Tiro de letra*. Disponível em: <https://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/AdeliaPrado.htm>. Acesso em: 18 mar. 2021.

lutar por nossos ideais, defender nossas causas, e isso não é fácil: é “cargos muito pesado pra mulher”. Mas “Mulher é desdobrável. Eu sou”. Assim somos nós, mulheres, donas de casa, mães, profissionais, desdobrando-nos para dar conta de tudo, assumindo múltiplas jornadas, pondo a invisibilidade dos nossos papéis de mães e donas de casa a serviço do capital, conforme Sílvia Federici aponta:

É precisamente essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é a dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado e, ao mesmo tempo, tão invisível (FEDERICI, 2019, p. 45).

De uma geração posterior à de Adélia Prado, a carioca Ana Cristina César (1952-1983), no conhecido ensaio “Literatura e mulher: essa palavra de luxo” escreve: “Adélia é bom, raro exemplo de outra via, de uma produção alternativa de mulher em relação à via Cecília/Henriqueta” (1993), referindo-se a poetisas que “jamais se colocaram como mulheres” (BASTIDE *apud* CÉSAR, 1993).

Ana C., como ficou conhecida, marcou o cenário literário brasileiro, sobretudo após a sua trágica morte em 1983. Contava apenas 31 anos, tinha estudado na Inglaterra, traduzido Katherine Mansfield, Emily Dickinson, Dylan Thomas, Sylvia Plath, entre outros. Ela não pediu bênção a poeta algum, desceu da “torre” onde poetisas se alojam, pertenceu a uma geração marginal, o que “possibilitou uma poética experiência comportamental e contracultural, aproximando o texto da página da vida por escrito” (GURGEL, 2016, p. 21). Seus poemas demonstram uma atitude estética ousada e inusitada no Brasil dos anos 1980. Em “Por trás dos olhos das meninas sérias”, ela se apropria antropofagicamente do último terceto do soneto “Variações sérias em forma de soneto”⁹, de Manoel Bandeira, e opõe à forma nobre do soneto um poema curto, modificando por meio de cortes os versos do poeta recifense, retirando, assim, as rimas.

Mas poderei dizer-vos que elas ousam? Ou vão
por injunções muito mais sérias lustrar pecados
que jamais repousam?

(CÉSAR, 2002, p. 52).

Essa nova poesia repercute entre jovens poetisas e a norte-rio-grandense Marize Castro (1962) coloca o seu livro de estreia, publicado aos 21 anos, sob o signo de Ana Cristina César, escolhendo para epígrafe estes versos da poetisa carioca: “Por afrontamento do desejo/Insisto na maldade de escrever”. A poesia de Marize Castro causou frisson na provinciana Natal. O seu lirismo fugia aos padrões esperados para uma mulher,

⁹ Transcrevemos o último terceto do soneto: “Mas poderei dizer-vos que elas ousam? / Ou vão por injunções muito mais sérias, / Lustrar pecados que jamais repousam?” Disponível em: <http://insanidadeconversa.blogspot.com/2013/10/variacoes-serias-em-forma-de-soneto.html>. Acesso em: 09 jun. 2021.

abordando temas poéticos que a capital provinciana de outrora não conhecia. Ela traz à tona mais um aspecto tabu na construção poética feminina: o homoerotismo.

Me empresta teu rosto
que hoje vou pintar o 7
vou amar mulheres
e me vestir de vamp.
Meu ídolo?
Definitivamente, não é Cary Grant.

(CASTRO, 1984, p. 15).

Marize Castro expõe o desejo por outras mulheres, assumindo uma postura que rompe com os padrões falocêntricos da sociedade patriarcal. Em sua poesia, ela assume uma posição de ação objetiva “vou amar mulheres”, e recusa o estereótipo do galã masculino (“meu ídolo?/ Definitivamente, não é Cary Grant”) buscando dar corpo a suas fantasias, ao seu desejo. Essa recusa ao padrão, essa revisão do feminino e essa abertura aos desejos que extravasam as características biológicas e culturais determinadas ao feminino são marcas da poesia da escritora. A poesia de Marize Castro constitui um convite e um apelo para “repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias” (HOOKS, 2013, p. 47). Essas novas epistemologias precisam compreender a dissolução das formas e das representações que constituem os sujeitos femininos e masculinos e suas relações e lugares sociais. Como afirma Judith Butler (2010, p. 16),

O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres.

As diversas vozes sociais, portanto, não se constituíram desde sempre na literatura, muitas delas foram silenciadas e só a partir dos questionamentos trazidos pelos movimentos sociais passaram a compor o corpo da literatura e ultrapassar as fronteiras locais. É o caso da poesia afro-brasileira de autoria feminina, que emerge não só por meio de movimentos organizados mas também com publicações coletivas como os *Cadernos Negros*, que, embora de circulação restrita, deram espaço a autores negros. Conceição Evaristo publica pela primeira vez “Vozes mulheres” nesses *Cadernos*, em 1991, mas há muito que o poema vinha sendo gestado. A circulação desse poema ocorreu, sobretudo, a partir da publicação de *Poemas de recordação e outros movimentos*, em 2008¹⁰. Trata-se de uma poética identitária de resgate da memória e de denúncia do passado de sofrimento das mulheres negras.

¹⁰ A literatura afro-brasileira já tinha firmado presença na ficção com escritoras como Maria Firmina do Reis, que havia publicado o romance *Úrsula* em 1859, e Carolina Maria de Jesus cujo *Quarto de despejo*, publicado em 1960, foi um sucesso editorial.

A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoava versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

(EVARISTO, 2008, p. 10-11).

A voz de Conceição Evaristo nos leva para a África de língua portuguesa, onde, até 1975, ano da independência das ex-colônias portuguesas, a poesia escrita por mulheres apenas circulava em jornais e/ou revistas ou em antologias publicadas na metrópole, o que significava haver uma “quase elisão das vozes poéticas femininas” (PADILHA, 2016, p. 51). As vozes das mulheres negras passam a soar e exigem também atenção às suas especificidades.

LÍNGUA MATERNAL DE ÁFRICA

Se a poesia feminina brasileira conquistou a duras penas a sua própria voz ao longo do tempo e à custa do apagamento de tantas vozes que até hoje repousam nas gavetas ou se perderam ainda em manuscrito, a situação das escritoras negras africanas é ainda mais difícil, pois além das barreiras de gênero, impostas pela sociedade patriarcal, precisaram romper as barreiras do preconceito de cor e da subalternidade de ser oriundas das ex-colônias portuguesas, cuja independência ocorreu apenas em 1975.

Em 1978, a poetisa sãtomense Alda Espírito Santo publicou *É nosso o solo sagrado da terra – Poesia de protesto e luta em que assume “com orgulho a sua cor, a sua cultura face à violência do colonizador”*. No poema “*Às mulheres da minha terra*”, a *persona* lírica lamenta não poder cantar na sua língua materna, no crioulo, usando a língua do colonizador para se expressar.

Irmãs, do meu torrão pequeno
 Que passais pela estrada do meu país de África
 É para vós, irmãs, a minha alma toda inteira
 – Há em mim uma lacuna amarga –
 Eu queria falar convosco no nosso crioulo cantante
 Queria levar até vós a mensagem das nossas vidas
 Na língua maternal, bebida com o leite dos nossos primeiros dias
 (PADILHA, 2006, p. 54).

A voz lírica conclama as irmãs não só de seu país mas também de toda a África a se posicionar como voz que soa em prol de todas as irmãs para dar a ver a sua invisibilização (“uma lacuna amarga”). Para tal, usa de sua identidade linguística, não só o idioma do colonizador como ainda o “crioulo cantante”, a “língua maternal” que constitui sua existência desde seus primeiros dias. A poetisa se coloca com e para essas mulheres, ela é voz e é, sobretudo, vivência.

Contemporânea de Alda Espírito Santo é Noémia de Sousa, poetisa moçambicana, voz feminina pioneira na denúncia contra as opressões sofridas pelas mulheres em Moçambique. Entre 1948 e 1951, escreveu 46 poemas divulgados em jornais e revistas, até serem reunidos no livro *Sangue negro*, publicado em 2001 pela Associação dos Escritores Moçambicanos¹¹. De 1951 é o poema “*Moças das docas*”:

Somos fugitivas de todos os bairros de zinco e caniço.
 Fugitivas das Munhuanas e dos Xipamines¹²
 viemos do outro lado da cidade
 com nossos olhos espantados,
 nossas almas trancadas,
 com nossos corpos submissos escancarados.
 De mãos ávidas e vazias,
 de ancas bamboleantes lâmpadas vermelhas se acendendo,

¹¹ É preciso dizer que é difícil de encontrar no Brasil a maioria dos livros de poetisas africanas de expressão portuguesa. Mais recentemente, a editora Kapulana tem vindo a editar alguns títulos, mas mesmo assim continuamos com pouco acesso à produção dessas autoras. A publicação de *Sangue Negro*, no Brasil, em 2018, a nosso ver, deve-se à visibilidade que o escritor pernambucano Marcelino Freire, na Feira Literária de Paraty de 2015, deu à poesia de Noémia de Sousa, ocasião em que recitou o poema “*Súplica*”, o que ocasionou intensa comoção no público que o ouviu. Em agosto de 2015, Emicida, cantor paulista de rap, recitou esse mesmo poema no SESC Pinheiros, em São Paulo, tendo contaminado a plateia com seu entusiasmo na leitura do poema. Por isso,urgia que os brasileiros conhecessem essa poetisa. Assim, a editora Kapulana, publicou em 2017 *Sangue Negro*. Cf. SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Noémia de Sousa, grande dama da poesia moçambicana. Disponível em: <https://www.kapulana.com.br/noemia-de-sousa-grande-dama-da-poesia-mocambicana-por-carmen-lucia-tindo-secco/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

¹² Munhuanas e Xipamines, bairros de Maputo.

de corações amarrados de repulsa,
descemos atraídas pelas luzes da cidade,
acenando convites aliciantes
como sinais luminosos na noite,

Vemos...
Fugitivas dos telhados de zinco pingando cacimba,
do sem sabor do caril de amendoim quotidiano,
do doer espáduas todo o dia vergadas
sobre sedas que outras exibirão,
dos vestidos desbotados de chita,
da certeza terrível do dia de amanhã
retrato fiel do que passou,
sem uma pincelada verde forte
falando de esperança.

(SOUSA, 2016, p. 79).

Há, na poesia de Noémia de Sousa, um protagonismo militante de denúncia dos abusos sofridos pelas mulheres moçambicanas. A sua voz, neste poema, emana da periferia de Lourenço Marques – atual Maputo, capital colonial de Moçambique, dos bairros onde os excluídos sociais habitam – para expor o triste cenário das mulheres africanas, duplamente colonizadas, cujos corpos subalternos são usados e abusados pelos colonizadores. Do gueto, a voz de Noémia de Sousa também se levanta direto dos bairros periféricos de Maputo, por sobre os “vestidos desbotados de chita” e, apesar da “certeza terrível do dia de amanhã”, com “uma pincelada verde forte” de esperança para dar a ver e a ouvir a realidade de suas irmãs.

As vozes dessas mulheres negras se fazem ouvir, conclamam outras vozes a se unir em coro e, ao mesmo tempo que expõem séculos de subalternidade e opressão, abrem espaço para a esperança e para a ação, ou seja, para a luta. No cenário decolonial, que reconhece o fim do colonialismo, mas não da colonialidade, a poesia de Paula Tavares é um marco. *Ritos de passagem*, livro inaugural, publicado em Luanda, em 1985, afastava-se “da enunciação nacionalista [...] que a literatura angolana ainda vivia nesses anos 80 do período pós-independência”. Distinguia-se da restante poesia africana de expressão portuguesa “pelo tactear do mapa do corpo feminino”, pela liberação das “pulsões que emergiam da corporalidade e sensibilidade femininas”, assinalando “uma nova concepção política do sujeito feminino investido de sua individualidade subjetividade (MATA, 2009, p. 76)¹³.

Ritos de passagem é um pequeno livro com 24 poemas, que se inicia com “Cerimónia de passagem”, cujos versos marcam a passagem da puberdade à maturidade feminina, período em que mulher é geradora da vida. A abertura e o fechamento do poema se dão com o mote “a zebra feriu-se na pedra/ a pedra produziu lume”, em uma circularidade

¹³ Inocência Mata aproxima Paula Tavares a outras duas poetisas angolanas: Ana de Santana, com a publicação em 1985 de *Sabores, odores & sonho*; e Maria Alexandre Dáskalos, com a publicação de *Jardim de delícias*, em 1991. Por não dispormos de material dessas suas poetisas, deixamos apenas o registro.

que, metonimicamente, revela o ato da criação, a passagem do que é estático, “a pedra”, para o que é chama, “o lume”, em uma celebração à vida da qual a mulher é portadora.

a rapariga provou o sangue
o sangue deu fruto

a mulher semeou o campo
o campo amadureceu

o homem bebeu o vinho
e o vinho cresceu o canto

e o velho começou o círculo
o círculo fechou o princípio

(TAVARES, 2011, p. 15)

No poema, o sangue menstrual representa não apenas o início da fertilidade feminina mas também a semente para a permanência do ciclo da vida, que envolve os seres humanos e a natureza em um permanente nascer, morrer e renascer. Após essa abertura icônica, segue-se “Do cheiro macio ao tacto”, título sinestésico que permite antever a erotização poética do corpo da mulher, como podemos constatar em “O mamão”.

Frágil vagina semeada
Pronta, útil, semanal
Nela se alargam as sedes

no meio
cresce
insondável

o vazio ...

(TAVARES, 2011, p. 31)

A analogia entre o mamão e a vagina cria a metáfora que domina o poema; a imagem das sementes do mamão está explicitada “na vagina semeada”, remetendo para a fecundidade feminina e para o desejo, pois “nela se alargam as sedes”. O poema se fecha com quatro versos curtos, sincopados, que sugerem o frêmito, o gozo final, entrevisto no “vazio” e nas sugestivas reticências. O erotismo da poesia de Paula Tavares inaugura, em Angola, uma dicção que expõe o desejo feminino em uma valorização da mulher, sujeito ativo e desejanter.

(IN)CONCLUSÕES

Não há como estabelecer marcos temporais definitivos ou absolutos no que tange à literatura e, principalmente, à escrita feminina, pois muitos foram os apagamentos e as invisibilidades que ainda esperam seu lugar na história. Mas há insurgências, há reivindicações e há lutas que são protagonizadas por pessoas que construíram novos percursos históricos, abriram espaço para novas questões e para novos conhecimentos, assim como para o novo na arte.

Pensando a partir de algumas mulheres que romperam barreiras e trouxeram à luz temas considerados tabus em sua época, é possível compreender as trajetórias femininas nos países de língua portuguesa e o estabelecimento de uma linhagem de escritoras que construíram veredas, caminhos para outras mulheres ao tomar a palavra e dar a ver, na escrita, o próprio corpo, desejo e sexualidade. O nosso percurso pelas insurgências femininas na poesia de língua portuguesa a partir dos anos 1970 considerou obras e autoras que ousaram rasurar as poéticas vigentes, abrindo caminho para novas dicções poéticas. Vimos que cantar o corpo, o nosso corpo de mulher, a nossa sexualidade, o nosso prazer foi desafiar o patriarcado, foi um ato de inscrição no universo da escrita de onde as mulheres tinham sido alijadas.

Essa realidade não é só de Portugal, é do Brasil, e é também dos países africanos de língua portuguesa. Ainda há muitas palavras a ser ditas pela mulher, ainda há muitas vozes a ser ouvidas. Ainda há muitos versos a dizer do corpo e do sexo feminino em suas múltiplas possibilidades. Sigamos no percurso dessas descobertas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ana Luísa. Minha senhora de quê (1990). *In*: AMARAL, Ana Luísa. **Inversos**. Lisboa: Dom Quixote, 2010. p. 17-65.
- AMARAL, Ana Luísa. Epopeias (1994). *In*: AMARAL, Ana Luísa. **Inversos**. Lisboa: Dom Quixote, 2010. p. 129-189.
- BANDEIRA, Manuel. **Variações sérias em forma de soneto**. 2013. Disponível em: <http://insanidadeconversa.blogspot.com/2013/10/variacoes-serias-em-forma-de-soneto.html>. Acesso em: 13 out. 2020.
- BARRENO, Marai Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da. **Novas cartas portuguesas**. Lisboa: Dom Quixote, 2010.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASTRO, Marize. **Marrons Crepons Marfins**. Natal: Fundação José Augusto, 1984.
- CÉSAR, Ana Cristina. Literatura e mulher: essa palavra de luxo. *In*: CÉSAR, Ana Cristina. **Escritos no Rio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CIXOUS, Hélène. O riso da Medusa. Trad. de Luciana Deplagne. *In*: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildeney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (org.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, Editora da UFSC, 2017. p. 129-155.
- CORREIA, Natália. A reintegração de Eros. *In*: CORREIA, Natália. **A Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica**. Seleção, prefácio e notas de Natália Correia. [S.l.:s.n.], 1966.
- DAVES, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- FEDERICI, Sílvia. **O calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Elefante, 2019.
- GURGEL, Nonato. **Luvas na marginália: escritos sobre a poética de Ana Cristina César**. Rio de Janeiro: Mobile, 2016.

- HORTA, Maria Teresa. **Minha senhora de mim**. Lisboa: Dom Quixote, 2015.
- HORTA, Maria Teresa. Escrita e transgressão. *In*: HORTA, Maria Teresa. **Memórias do Brasil**. São Paulo: Liber Ars, 2020. p. 45-60.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- MATA, Inocência. Ritos de passagem: inscrições de uma enunciação no feminino. **Navegações**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 76-77, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/28235792/Ritos_de_passagem. Acesso em: 14 out. 2018.
- PADILHA, Laura. Endurecer-se sem perder a ternura. *In*: MATA, Inocência; PADILHA, Laura. **A poesia e a vida**: Homenagem a Alda Espírito Santo. Lisboa: Colibri, 2006. p. 11-27.
- PADILHA, Laura. Poesia africana feminina: memórias e testemunhos do vivido. **Mulemba**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 14, n. 1, p. 50-58, jan./jun. 2016.
- PRADO, Adélia. **Bagagem**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- PRADO, Adélia. **Reunião de poesia**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- RICH, Adrienne. Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão. *In*: BRANDÃO, Izabel (org.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Tradução de Susana Bornéo Funck. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 64-84.
- RODA VIVA. **Adélia Prado**. 1994. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/716/entrevistados/adelia_prado_1994.htm. Acesso em: 12 out. 2018.
- SAFO. **Poemas**. [S. l.]: Ciberfil, 2002.
- SECCO, Carmen Lúcia Tindó. **Noémia de Sousa, grande dama da poesia moçambicana**. 2016. Disponível em: <http://www.kapulana.com.br/noemia-de-sousa-grande-dama-da-poesia-mocambicana-por-carmen-lucia-tindo-secco/>. Acesso em: 14 out 2018.
- SOUSA, Noémia de. **Sangue negro**. São Paulo: Kapulana, 2016.
- TAVARES, Paula. **Amargos como os frutos - poesia reunida**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
- WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

AJEB – ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL: UM LUGAR NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA DA ESCRITA FEMININA

ASSOCIATION OF JOURNALISTS AND WRITERS OF BRAZIL (AJEB):
A PLACE IN THE HISTORY AND MEMORY OF WOMEN'S WRITING

Renata Marques de Avellar Dal-Bó (UNISUL)¹
<http://orcid.org/0000-0002-6884-1856>



RESUMO

O presente artigo tem como objetivo encontrar fragmentos nas memórias das escritoras e jornalistas da Associação das Jornalistas e Escritoras do Brasil (Ajeb), que ajudem a responder de que maneira a associação contribuiu para que suas associadas conquistassem seu espaço na escrita feminina brasileira; e averiguar suas memórias afetivas em relação à associação e às associadas. Por meio da pesquisa do estado da arte, a pesquisa aponta a carência de estudos relacionados à memória da literatura feminina no período analisado. Como procedimento metodológico, utiliza a história oral de três escritoras associadas à Ajeb e a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Os aportes teóricos têm sua base nos estudos sobre memória – Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989), João Carlos Tedesco (2014), Pierre Nora (1993); emoções e afetos – Le Breton (2009); e mulher e literatura – Zahidé Lupinacci Muzart (2004), Constância Lima Duarte (2018) e Nelly Novaes Coelho (2002). Este estudo é relevante na medida em que as memórias dessas mulheres são importantes para contribuir na construção da história da escrita feminina brasileira, estabelecer uma tradição literária feminina e quebrar o ciclo de invisibilidade, no qual muitas delas estão inseridas.

Palavras-chave: memória; escrita feminina; jornalistas e escritoras da AJEB.

ABSTRACT

The present article aims to find fragments in the memories of the writers and journalists of the Association of Journalists and Writers of Brazil (AJEB), that help to answer in which way the association contributed for its members to conquer their space in the Brazilian feminine writing; and to investigate their affective memories in relation to the association

¹ Mestre e doutoranda em Ciências da Linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). E-mail: renatamadb@gmail.com.

and the members. Through the state of the art research we noticed the lack of studies related to the memory of women's literature in the researched period. As a methodological procedure we used the oral history of three writers associated to AJEB and a bibliographical research with a qualitative approach. The theoretical contributions were based on studies about memory - Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989), João Carlos Tedesco (2014), Pierre Nora (1993); emotions and affections - Le Breton (2009); and women and literature - Zahidé Lupinacci Muzart (2004), Constância Lima Duarte (2018) and Nelly Novaes Coelho (2002). This study is relevant insofar as the memories of these women are important to contribute to the construction of the history of Brazilian women's writing, establish a female literary tradition and break the cycle of invisibility, in which many of them are inserted.

Keywords: Memory. Women's writing. Journalists and writers of AJEB.

Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento.

Virginia Woolf (2014).

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1970, em plena ditadura militar, iniciou-se a quarta onda do feminismo no Brasil. Devido à conjuntura histórica, o movimento feminista no país teve marcas distintas de outros países. Além de se unirem contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, as mulheres brasileiras se posicionaram também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida (DUARTE, 2003, p. 165).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, comemorado no Brasil de forma cada vez mais organizada. Mulheres se reuniam em congressos e criavam organizações reivindicando uma maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho. Apesar da repressão e da censura imposta pela ditadura militar, esse foi um momento exuberante para a mulher, de mudanças de costumes e reivindicações mais ousadas.

Surge, então, uma nova fase, na qual a escrita feminina passa a assumir uma crescente importância. Nesse contexto, em 08 de abril de 1970 é fundada, no Paraná, a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (Ajeb), pela jornalista e escritora Hêlle Vellozo Fernandes, com a finalidade de estimular a união de jornalistas e escritoras brasileiras, sob o lema: "A perenidade do pensamento pela palavra". Por meio de encontros literários, saraus, um grupo de mulheres de diferentes regiões, formações acadêmicas e profissões (não somente

escritoras e jornalistas) uniu-se e criou laços afetivos, que fortaleceu o grupo e o ajudou na conquista do espaço para publicar seus escritos em jornais, revistas e coletâneas.

Em 1974, foi fundada a segunda coordenadoria da Ajeb no Ceará, tendo à frente a escritora Cândida Maria Santiago Galeno. A partir daí, outras coordenadorias foram se juntando à Ajeb, formando uma rede literária que se espalhou por 17 estados brasileiros, chegando a ter, atualmente, mais de 400 associadas por todo o Brasil. Paralelamente a esse movimento literário feminino, surgem, a partir da década de 1970, novas técnicas e instrumentos sobre o estudo da memória, em uma tendência historiográfica voltada para o campo cultural e social no intuito de recuperar as raízes históricas e sociais de diferentes movimentos das minorias, entre eles, o das mulheres.

As relações entre sociedade e memória são o centro do pensamento do precursor Maurice Halbwachs. Em seu livro póstumo *Memórias Coletivas* (2013), publicado em 1950, Halbwachs já havia sublinhado que a memória deve ser entendida, também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Segundo o autor (2013), assim que evocamos juntos diversas circunstâncias de que cada um de nós lembramos (e que não são as mesmas, embora relacionadas aos mesmos eventos), conseguimos pensar, recordar em comum, os fatos passados, com isso, estes assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós.

O historiador Pierre Nora (1993) estabelece um diálogo inevitável com Halbwachs (2013) ao discutir a forma como a memória é uma experiência de apropriação do vivido por diferentes grupos, sendo, portanto, afetiva, atual e criativa. Conforme explica Nora (1993, p. 9), “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas [...], particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções”.

Embora dialogando com as ideias de Halbwachs (2013), para quem as relações entre memória e história se dariam pela incorporação da primeira pela última a partir das ameaças do esquecimento (ou porque fossem deixando de existir ou os grupos que a mantinham iriam desaparecendo), o sociólogo Michel Pollak (1989) identifica a memória como campo de disputa entre uma elaboração oficial (da memória oficial ou nacional) e as chamadas “memórias subterrâneas” que sobrevivem em meio às camadas populares.

Quando Pollak (1989) identifica um processo de disputas entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, está partindo da concepção de multiplicidade da memória de Halbwachs (2013) e a superando ao incorporar o papel do conflito na análise do sistema social. A memória ganha sua dimensão de campo de afirmação de identidades. Nesse sentido, as dimensões subterrâneas seriam a expressão de grupos marginalizados, silenciados, minoritários, que buscariam o reconhecimento de sua existência, a afirmação de seus direitos e a apropriação de sua historicidade.

Levando em consideração que a esfera da memória contribui, e muito, para o campo de análise histórica, ligando temporalidades, fazendo-as se entrecruzar, bem como resgatando movimentos sociais silenciados, ou muito pouco visíveis, trazemos como objeto de estudo desta pesquisa a Ajeb e suas associadas. As memórias dessas jornalistas e escritoras colaboram para trazer à tona um importante movimento literário feminino, vivido por essas mulheres dentro da Ajeb, a partir da década de 1970 até os dias de hoje, quando a associação comemora 52 anos de existência, ajudando na construção da história da escrita feminina brasileira.

Para Halbwachs (1990, p. 66), “ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo”. À medida que as escritoras e jornalistas associadas da AJEB participam estreitamente da entidade ao longo das últimas cinco décadas, suas memórias se renovam e se completam, constituindo lugares de memória. Esses lugares servem para refazer, reconstruir e repensar o passado (HALBWACHS, 2013). São locais que evocam lembranças e trazem sensações e simbologias em relação a acontecimentos que são revelados nos contornos da memória.

Ao longo desses 52 anos, as jornalistas e escritoras da Ajeb criaram laços de amizade, admiração e afeto que rompem as fronteiras do passado com o presente, criando uma rede de afetos que pode ajudá-las na evocação do passado, construindo uma ponte com o presente e revolucionando o futuro, gerando novos pensamentos, sentidos e identidades. Conforme assevera Le Breton (2009), “não há como separar memórias e afetos”.

Assim, este artigo tem como objetivo encontrar fragmentos nas memórias das escritoras e jornalistas da Ajeb que ajudem a responder à seguinte questão: de que maneira a associação as ajudou a conquistarem seu espaço na escrita feminina brasileira? Para tanto, busca averiguar suas memórias afetivas em relação à associação e às associadas. Um aspecto relevante para o desenvolvimento deste estudo é ter percebido, por meio da pesquisa do estado da arte, a carência de estudos relacionados à memória da escrita feminina no Brasil entre 1970 e 2022, principalmente em se tratando das associadas a Ajeb.

A memória tem o poder de ressignificar os acontecimentos, como um princípio de consciência pessoal e social. Conforme explica Aimée G. Bolaños (2016, p. 175), “quando lembramos, com os movimentos de recuperação e reconfiguração, fazemos da própria identidade e dos processos históricos, eventos dinâmicos em incessante transformação”. Nesse sentido, a escrita feminina – ao relatar tempos e lugares nos quais convivem memória e esquecimento – integra uma identidade narrativa e se revela como um importante laboratório.

Com o surgimento da crítica literária feminista, na segunda metade do século XX, verificou-se que grande parte da produção literária de autoria feminina havia sido apagada ou “esquecida” (MUZART, 2000). Para quebrar esse ciclo de esquecimento e de silêncio forçado, iniciou-se um longo trabalho de resgate, já que, no campo da História das Mulheres, o problema da memória é fundamental. “Como as mulheres permanecem um grupo oprimido cuja história é negada, restituir-lhes a memória é dar-lhes o passado e a história” (CASTEELE-SCHWEITZER; VOLDMAN, 1984).

As pesquisadoras e críticas literárias dedicadas ao estudo das relações entre mulher e literatura Zahidé Lupinacci Muzart (2004), Constância Lima Duarte (2018) e Nelly Novaes Coelho (2002) proporcionam uma ampla visão sobre a produção literária feminina. Isso nos faz conviver com novas perspectivas de uma literatura marcada por ausências e esquecimentos. Muzart, Duarte e Coelho dedicam-se ao estudo acadêmico da literatura produzida por mulheres brasileiras, resgatando obras e nomes e criando um ambiente acadêmico de pesquisa dessa literatura no Brasil. As pesquisadoras contribuíram enormemente para a definição do status da crítica literária como uma disciplina de caráter científico, bem como para a consolidação de uma crítica literária feminista no Brasil a partir de meados da década de 1980.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa partiram dos pressupostos da história oral e da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo avaliar as situações que nos direcionam para os questionamentos que provocaram este estudo. Conforme explica Fábio Rauen (2015, p. 532),

[...] na pesquisa qualitativa pressupõe-se que há múltiplas construções da realidade e a credibilidade é o teste para realidade, de modo que somente é possível generalizar os resultados na dependência da similaridade entre os achados pesquisados e a situação de comparação.

É por meio desse tipo de investigação que o pesquisador tem contato com o que já foi publicado, trazendo suporte teórico de estudos relevantes para o tema estudado. As histórias orais (histórias de vida) foram contadas por meio de entrevistas feitas com três escritoras e jornalistas da Ajeb. Esse método consiste em recuperar lembranças, falas e dados via entrevista oral realizada por meio da internet ou do telefone, já que essas escritoras e jornalistas moram em diferentes estados e cidades brasileiras.

2 AJEB – HÁ 52 ANOS FAZENDO A HISTÓRIA DA ESCRITA FEMININA

A década de 1960 foi marcada pelo movimento feminista, que abriu caminhos para os direitos das mulheres e as lutas para a igualdade das minorias, sendo um ponto de inflexões para a sociedade contemporânea. Nesse contexto, em 1969, a Asociación de Periodistas Y Escritoras de México, sob a Presidência de Gloria Salas de Calderón, convocou a primeira Reunión Mundial de Periodistas Y Escritoras, na qual as convidadas apresentaram trabalhos sobre diferentes aspectos da posição profissional da mulher que escreve e de sua atuação diante de problemas mundiais. Compareceram representantes de 37 países dos cinco continentes, entre eles, Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética, França, Itália e de quase todas as repúblicas latino-americanas, inclusive do Brasil. Ao final do encontro, foi fundada a Asociación Mundial de Mujeres Periodistas e Escritoras (AMMPE), entidade de caráter apolítico e sem fins lucrativos (COORDENADORIA DA AJEB-PARANÁ, 1980).

Cada delegada participante teve a incumbência de, ao regressar, fundar, no prazo de um ano, uma filial da AMMPE em seu país. Assim, em 08 de abril de 1970, a jornalista e escritora Hellê Vellozo Fernandes, representante do Brasil na AMMPE, fundou a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (Ajeb), em Curitiba, Paraná (FERNANDES, 1980). A entidade tem como principal finalidade estimular a união de jornalistas e escritoras de todo o Brasil, sob o lema: “A perenidade do pensamento pela palavra”, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, ideias e experiências entre suas associadas e incentivando o aperfeiçoamento profissional com base na participação em reuniões literárias, seminários, encontros culturais, saraus, oficinas, palestras, reuniões literárias, lançamentos de antologias e projetos literários.

Após a fundação da Ajeb, Hellê Vellozo idealizou coordenadorias estaduais para funcionarem como mentoras em seus respectivos estados, auxiliando na administração e zelando pela conquista e defesa do crescimento cultural das mulheres em todo o território nacional. Para tanto, Hellê fazia contato com escritoras e jornalistas de outros estados, por meio de associações e academias femininas. A segunda coordenadoria fundada foi a do Ceará, em 1974, tendo a diretora da Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno, Cândida Maria Santiago Galeno, como primeira sócia e coordenadora (COORDENADORIA DA AJEB-PARANÁ, 1980). A Ajeb do Rio Grande do Sul (AJEB-RS) foi a terceira coordenadoria fundada, em 1980, com um número inicial de oito sócias, todas titulares da Academia Literária do Rio Grande do Sul. A coordenadora era a escritora Maria Eunice Kautzmann (CÉ, 1988).

Havia ainda representantes da Ajeb nos estados de Alagoas, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco. Entre 1981 e 1985, o quadro social da entidade atingiu 16 estados do território nacional, com mais de trezentas sócias, somando mais de um milhão de títulos publicados. O hino, o brasão e o lema foram aprovados em Assembleia Geral Nacional, no RS, durante a 4ª Diretoria Executiva Nacional (DEN), presidida por Maria Eunice Muller Kautzmann (CÉ, 1988).

Sem sede própria, a Ajeb adota presidência rotativa, usando o endereço residencial da presidente vigente. Esgotado o biênio ou quadriênio, o Livro de Atas e demais documentação seguem para a presidente seguinte. No entanto, por não haver um local oficial para arquivar seus documentos, muitos registros foram perdidos ao longo do tempo. Entre a segunda metade dos anos 1990 até 2017, com o falecimento de algumas ex-presidentes, várias coordenadorias da Ajeb foram desativadas ou permaneceram na inércia. Assim, muita documentação foi jogada fora pelos parentes, deixando uma imensa lacuna histórica.

Em setembro de 2018, a então presidente Maria Odila Menezes de Souza organizou o “I Encontro Nacional de Ajebianas”, que teve como objetivo reerguer as coordenadorias da Ajeb para o seu jubileu de ouro, que aconteceria em 08 de abril de 2020. No encontro, realizado na Academia Cearense de Letras, em Fortaleza, onze coordenadoras tomaram posse, somando um total de 16 coordenadorias. Fui uma das coordenadoras empossadas e passei a presidir a Ajeb – Coordenadoria de Santa Catarina. Desde então, tenho me interessado em conhecer a história dessa entidade que, por meio da palavra escrita, há 52 anos estreita laços de afetos entre suas associadas, possibilitando um intercâmbio literário-cultural e

nos ajudando a conquistar nosso espaço dentro da literatura e do jornalismo, permitindo alcançar voos que, provavelmente, não conseguiríamos se estivéssemos sós.

Desde 1970, a Ajeb possibilita que escritoras e jornalistas de todo o país saiam da invisibilidade e expressem suas opiniões e visão de mundo por meio de ensaios, memórias, narrativas, poesias e prosa periódica. Ao se manifestarem pela escrita, essas mulheres se tornam visíveis, perpetuam-se e deixam seu traço na memória coletiva e na história cultural e literária feminina brasileira.

3 MEMÓRIA E AFETO

Preocupações e análises sobre memória sempre se fizeram presentes no campo social e das ciências humanas, no entanto, somente a partir da década de 1970, em uma tendência historiográfica voltada para o campo da cultura e do social, as técnicas e os instrumentos metodológicos sobre o estudo da memória foram problematizados. Conforme aponta Passerini, essa guinada analítica “se exprime na tentativa dos movimentos políticos para reencontrar suas próprias raízes históricas e culturais, como fizeram os movimentos de libertação nacional e racial, os movimentos das mulheres, o movimento operário, as minorias étnicas e linguísticas” (TEDESCO, 2014, p. 28).

De forma crescente, os elementos mediadores da memória, individuais ou coletivos, de políticas de lembrança e de esquecimento servem de suporte à cultura, à identidade social e ética e à tradição. De acordo com Tedesco (2014, p. 29),

O interesse das ciências sociais pela memória deve-se ao reconhecimento da importância da dimensão temporal nos fenômenos humanos, na reflexão de que tanto a continuidade quanto a descontinuidade da vida em sociedade está implicada em mecanismos de lembrança e de esquecimentos, de seleção e de elaboração daquilo que o passado deixa para trás de si mesmo. No fundo, diríamos que a memória está presente mais ou menos em todas as manifestações da vida.

Os estudos de memória se apresentam, na sua maior parte, como uma forma de fazer o tempo passado se presentificar analítica e oralmente, auxiliando tanto as análises acerca do vivido (presente/cotidiano) quanto os fatos e tempos passados, construindo e reconstruindo o social de vividos. Segundo Tedesco (2014, p. 34), “lidar com memória é mexer com gente, com interpretações presentificadas e, por que não dizer, intencionalizadas”.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. A esse respeito, Halbwachs (1990) já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Afinal, conforme questiona Jean Duvignaud na introdução do livro (HALBWACHS, 1990, p. 14), “que seria desse ‘eu’, se não fizesse parte de uma ‘comunidade afetiva’ de um ‘meio efervescente’, do qual tenta se afastar no momento em que ele se ‘recorda’?”.

4 A MULHER NA ESCRITA DOS SÉCULOS XX E XXI

Nos séculos XVIII e XIX, o cânone literário ocidental era constituído de obras escritas por homens brancos e da elite sociocultural. A entrada da mulher na cena literária, considerada nessa época como uma literatura inferior, provocou uma mudança na condição socioeconômica e cultural, trazendo à tona a necessidade de desconstruir a opressão e a marginalização da mulher. Até meados do século XX, a literatura produzida por mulheres era tida como uma arte de valor estético menor, segundo paradigmas da sociedade patriarcal.

Somente a partir da segunda metade do século XX, por meio da crítica literária feminina, verificou-se que grande parte da produção literária de autoria feminina havia sido apagada ou “esquecida” e que mesmo nomes importantes em épocas passadas se encontravam ausentes de obras críticas, dicionários e coletâneas. Até então, as mulheres que ocupavam lugares de destaque na literatura eram personagens, por vezes protagonistas, representadas em livros de autoria masculina.

O movimento feminista, que começou na década de 1960, teve grande importância na luta pela necessidade de visibilizar as mulheres e o seu protagonismo na história, em virtude do apagamento pela cultura androcêntrica no decurso dos acontecimentos históricos. A literatura, assim como a história, constitui-se como tradição e cânone, no entanto, às mulheres tem sido negado participar de modo visível pelos caminhos tradicionais do fazer histórico.

A década de 1970 marca, de forma isolada e muito escassamente, o desenvolvimento de estudos sobre as relações mulher e literatura, os quais se expandem, a partir dos anos 1980, por meio de projetos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadoras interessadas em trabalhos de resgate e filiadas à linha de pesquisa “Mulher e Literatura”, com o intuito de contextualizar, criticar e fazer circular uma produção que permanecia desconhecida até aquele momento, colocando em pauta questões relativas às diferenças de gênero e às formas de subordinação da mulher. De acordo com Rita Terezinha Schmidt (1995), esses projetos tornam-se fundamentais para ampliar as discussões sobre a construção cultural do sujeito de gênero (homem/mulher) nos sistemas de representação simbólica, evidenciando que o interesse pela produção literária feminina tem contemplado nomes tanto de escritoras contemporâneas como daquelas que foram esquecidas ou ocultadas pela historiografia oficial, ao longo do tempo.

Nesse sentido, destacam-se pesquisadoras como Zahidé Lupinacci Muzart, que foi professora na área de Literatura Brasileira e Teoria Literária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde 1976 até sua aposentadoria em 1993. Zahidé dedicou sua vida acadêmica ao estudo da literatura produzida por mulheres brasileiras, principalmente no século XIX, resgatando obras e nomes e criando um ambiente acadêmico de pesquisa dessa literatura no Brasil.

Outra pesquisadora brasileira que ocupou um importante espaço na literatura escrita por mulheres foi a crítica literária Nelly Novaes Coelho, que atuou como professora em Teoria da Literatura na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1961 a 1972.

Concomitantemente, em 1965, ingressou como professora assistente de Espanhol e de Língua Portuguesa, na Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 1971, atuou como professora convidada em curso de Literatura Portuguesa na Universidade de Lisboa, e em 1979, ofereceu em nível de pós-graduação a disciplina Literatura e Cultura Brasileira, na University of California/ Los Angeles, pela Fulbright Foundation – USA (CUNHA; LOPES, 2017).

Ao perceber o pouco registro que havia dessas escrituras, Nelly passou a solicitar das autoras de vários estados brasileiros os respectivos dados bibliográficos e biográficos. Iniciou, assim, uma pesquisa extensa sobre 1.400 escritoras brasileiras, publicada em dois dicionários *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*, em 1993, e *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, em 2002 e 2011. Ambos constituem produção de matiz crítica e não apenas bibliográfica.

Constância Lima Duarte (2018) é mais uma pesquisadora e estudiosa da produção literária feminina. Constância é professora de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e se dedica a resgatar escritoras do século XIX e, especialmente do século XX, chegando a escritoras contemporâneas como Conceição Evaristo, Maria Esther Maciel e Ana Maria Gonçalves, entre outras. Deve-se a ela o renascimento da escritora dos oitocentos Nísia Floresta, e da publicação de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens, de Nísia Floresta Brasileira Augusta* (1989), *Nísia Floresta: vida e obra* (1995; 2008) e *Nísia Floresta, a primeira feminista do Brasil* (2005). Em 2008, organizou a antologia *Mulheres em letras – antologia de escritoras mineiras*, resultado de um projeto de pesquisa que mobilizou um número expressivo de colegas.

Conforme Duarte (2018, p. 8), a historiografia literária brasileira requer maiores comprometimentos sociais e culturais para a divulgação do “fortalecimento de uma consciência crítica de perspectiva feminista” com suas próprias histórias e de tantas outras mulheres que se renovam ao longo do tempo. A crítica literária feminina fez com que os cânones tradicionais fossem desestabilizados e abriu caminho para a escrita de uma nova história da literatura, na qual, cada vez mais, a voz da mulher, silenciada ao longo dos séculos por construções sociais e culturais, ecoasse com a autonomia que lhe é merecida. O mapeamento das escritoras brasileiras, feito por essas e outras tantas pesquisadoras, tornou-se linha de pesquisa muito forte nos cursos de pós-graduação e gerou inúmeras publicações, dissertações e teses. Mas há ainda muito trabalho a ser feito.

5 HISTÓRIA ORAL DAS AJEBIANAS

As entrevistas com as ajebianas foram feitas em outubro de 2020. Escolhemos três escritoras para ser entrevistadas, que têm uma importante atuação na Ajeb. São elas: Giselda de Medeiros Albuquerque, Hilda Flores e Urda Alice Klueger. Giselda e Hilda, que estão ligadas à entidade há mais de 30 anos, foram entrevistadas por telefone, pois, na época, ainda não sabiam lidar com as plataformas virtuais. Já Urda, que é membro da

Ajeb-SC desde a década de 1990, primeira formação da Ajeb no estado de Santa Catarina, foi entrevistada virtualmente, por meio da plataforma Google Meet.

Entrevista 1 – Giselda de Medeiros Albuquerque, 81 anos, escritora cearense. Foi presidente coordenadora da Ajeb-CE por cinco mandatos, de 1998 a 2008, e presidente nacional por duas gestões, de 2002 a 2006. Atualmente, é presidente de honra da Ajeb-CE.

Giselda considera a Ajeb seu primeiro degrau. Para ela, a entidade deu o impulso para que pudesse alcançar o lugar que ocupa hoje na literatura cearense e brasileira. “Quando entrei na Ajeb, eu não tinha escrito nenhum livro, não tinha feito nenhum lançamento. Tudo era guardado nas gavetas. Então, a Ajeb me deu aquele impulso, por isso estou dizendo que foi meu primeiro degrau, porque, ao subir cada degrau que vinha à minha frente, através da Ajeb, tomei conhecimento com as pessoas de Letras, com os escritores. Eu não deixava de ir aos lançamentos de livros, toda vida que havia lançamento de livro, a Ajeb estava presente. Eu estava lá. Então ela [Ajeb] foi de muita importância para mim. É por isso que eu digo que sou a Ajeb, porque a Ajeb foi assim, a minha mãe literária”. Giselda finaliza a entrevista com a seguinte frase: “Eu amo a Ajeb, eu amo tanto a Ajeb que eu me sinto a própria Ajeb”.

Entrevista 2 – Hilda Flores, 87 anos, é escritora e historiadora gaúcha. Participou da fundação da coordenação da Ajeb –RS. Atualmente, faz parte do Conselho Diretor Nacional. Hilda acredita que a Ajeb não foi um movimento feminista explícito, mas causou certo estranhamento ao gênero masculino. Segundo ela, “a Ajeb era muito importante, mas oficialmente não se fez a ligação da Ajeb com esse movimento. O feminismo era algo ainda combatido na época. Tudo que é novo tem um movimento de recusa. E nós estávamos trazendo uma novidade muito desagradável para o lado masculino. Eles tinham medo, entre outras coisas, de não ter a sua mantenedora, isso é muito importante, “sem minha mulher, a família não vive”. De repente, se a mulher não precisa do homem, o que sobra para ele?”, questiona.

Para Hilda Flores, a Ajeb fez uma revolução pacífica, sem brigas. As mulheres apenas queriam aprender a escrever e participar de antologias:

Elas queriam aprender a falar direito (em público), elas pediam para ensinar a escrever, pois elas queriam escrever as poesias que declamavam. E depois, num terceiro momento, elas querem escrever livros. Isso foi uma revolução pacífica. Nós não tínhamos nenhuma briga com ninguém, nunca, jamais.

Hilda compara a Ajeb das primeiras décadas com as coordenadorias atuais. Para ela, a Ajeb atualmente não é mais a mesma, perdeu a qualidade e se popularizou:

A Ajeb antiga é uma coisa, a Ajeb hoje é outra. A antiga teve, digamos, a nata da cultura feminina. Daquelas que convivi, elas tinham uma cultura. Tinham uma luta pelo exato, pelo correto. Hoje não, acha-se que a carreira depende exatamente da quantidade de títulos que se consegue somar. Há um carreirismo. O que interessa é a quantidade e não a qualidade. O que a Ajeb é agora? Qual a importância dela? Ela se popularizou.

Entrevista 3 – Urda Alice Klueger, 68 anos, é escritora de Blumenau/SC, membro da Academia Catarinense de Letras. Participou da primeira formação da Ajeb em Santa Catarina, no início da década de 1990, e atualmente é membro honorária da nova coordenação da Ajeb-SC, fundada em dezembro de 2018. Seu primeiro contato com a Ajeb foi por meio das escritoras da Academia Catarinense de Letras (ACL) na época: Sylvia Amelia Carneiro da Cunha e Leatrice Moellmann. “Me mandaram a ficha para preencher. E aí passei a fazer parte da Ajeb”, conta.

Na entrevista, Urda diz que, quando foi convidada para escrever um texto e participar de uma das coletâneas da Ajeb, deu-se conta de que, além de seus romances, não havia se aventurado por nenhum outro gênero literário. “Eu era tão verde como escritora que quando fui convidada para um livro desses, eu não tinha nenhum texto que não fosse um romance. Isso também foi um aprendizado”, constata.

Segundo Urda, uma das coisas mais importantes que a Ajeb lhe proporcionou foram as amizades. “E aí surge a Ajeb como uma coisa legal, de mulheres que eram escritoras, também como uma convivência outra. Tendo aquela parceria de escritoras e jornalistas do Brasil. Nossa, aquilo para mim foi muito importante”, relata Urda, emocionada. Ao se associar à Ajeb, Urda conta orgulhosa que recebeu uma carteirinha, com sua foto e número de associada: “Eu tinha muito orgulho da carteirinha da Ajeb. Andava com ela na minha carteira. Nessa época, fui assaltada na Colômbia e me levaram tudo, só sobrou o passaporte e a carteirinha da Ajeb. Tanto é que eu a guardei esses anos todos”.

Urda passou a entrevista inteira tentando achar um termo que traduzisse o que é a Ajeb para ela. Quando estávamos quase encerrando ela finalmente definiu: “A Ajeb me legitimou como escritora”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessas entrevistas, pudemos verificar que as memórias das associadas da Ajeb, como um fenômeno coletivo e social, podem ajudar a recuperar as raízes históricas da associação, trazendo à tona um importante movimento literário feminino. As memórias dessas mulheres nos deram uma amostra de como a associação foi significativa para que elas se tornassem visíveis e ocupassem um espaço relevante na escrita feminina brasileira. Conforme explica Halbwachs (1990, p. 47), quando estamos em sintonia com aquele grupo a que pertencemos, “vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros”. Ou seja, ao fazermos parte de um mesmo grupo e pensarmos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu.

À medida que as escritoras e jornalistas associadas da Ajeb foram participando ativamente da entidade ao longo desses 52 anos, elas criaram laços de amizade e admiração, formando uma rede de afetos que as ajudou na luta para ter acesso à voz e a

ocupar seus lugares na história do jornalismo e da literatura feminina no Brasil, contribuindo na construção da escrita das mulheres brasileiras. De acordo com Pollak (1992, p. 204), a memória é um fenômeno construído consciente ou inconscientemente. Podemos dizer que

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidades, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

No entanto, conforme pudemos verificar por meio das falas das entrevistadas, na condição de membros do grupo, nem todas têm as mesmas lembranças, pois cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. “Se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Dessa forma, esse conjunto de lembranças comuns – e que se apoiam umas sobre as outras – não é o mesmo que aparecerá com mais intensidade para cada uma delas.

Diante dessas considerações, retomamos a questão da mulher na literatura, sua condição como sujeito histórico, tanto na escrita quanto na sua representação em obras literárias. Nesse sentido, “se há textos esquecidos, há a necessidade de recuperá-los, ressuscitando-os de páginas manuscritas, ou de primeiras edições escondidas nas estantes” (SANTOS, 2014, p. 109). A autenticação da literatura de autoria feminina no Brasil é um processo de contínua construção, possibilitando um diálogo entre as escrituras e escritoras de diferentes épocas.

Por isso, acredito que este estudo possa inspirar futuras pesquisas, não somente para o resgate das memórias coletivas e afetivas das escritoras e jornalistas pioneiras da Ajeb como também da memória da produção jornalística e literária feminina no Brasil, nas últimas décadas, assim como da (re)escritura de sua história cultural. A Ajeb é uma entidade que permanece viva, atuante, tanto na história contemporânea da escrita feminina brasileira quanto na memória de suas associadas. No entanto, essas memórias não cessam de se transformar e a associação, ela própria, muda constantemente.

REFERÊNCIAS

- BOLAÑOS, Aimée G. **Ofício de lectora**. Rio Grande: FURG, 2016.
- CÉ, Maria de Lourdes Sulzbach (org.). **Ajebianas de Sul a Norte**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.
- COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras**. São Paulo: Escrituras, 2002.
- COORDENADORIA DA AJEB-PARANÁ (Brasil). **Ajebianas do Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980.
- CUNHA, Maria Zilda; LOPES, Cristiano Camilo. Nelly Novaes Coelho: uma vida dedicada à literatura. **Linha D%oÁgua**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 9-16, oct. 2017.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- DUARTE, Constância Lima. Escritoras nordestinas do século XIX: resgate e história. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n. 59, p. 177-184, 2018. Disponível em: portalseer.ufba.br › index.php › index › search › authors › view › last. Acesso em: 18 maio 2020.
- FERNANDES, Hellê Vellozo (org.). **Ajebianas do Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980.
- FERREIRA, M. M. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 32.
- FLORESTA, Nísia. **Os direitos das mulheres e injustiça dos homens**. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LE BRETON, David. **As paixões ordinárias: antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MUZART, Zahidé Lupinaci (org.). **Escritoras Brasileira do Século XIX**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Mulheres, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinaci (org.). **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. (Antologia, v. 2).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAUEN, Fábio. **Roteiros de iniciação científica**: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação. Palhoça: Unisul, 2015.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. Autoria feminina, memória e subjetividade: relações possíveis. **Antares**: Letras e Humanidades, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 109-121, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/2849/1664>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). **Rompendo o silêncio**: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1995. p. 182-189.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2014.

CASTEELE-SCHWEITZER, Sylvie Van de; VOLDMAN, Daniele. Les Sources Orales pour L'Histoire des Femmes. In: PERROT, Michelle (org.). **Une Histoire des Femmes est-elle possible?** Paris: Rivages, 1984. p. 61-70.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ENTREVISTA: CONCEIÇÃO EVARISTO

Constância Lima Duarte (UFMG)¹
<http://orcid.org/0000-0002-4020-8135>

Conceição Evaristo, escritora mineira radicada no Rio de Janeiro, considerada pela crítica o nome mais expressivo da literatura brasileira contemporânea, é a nossa entrevistada. Conhecida militante e ativista do movimento negro, sua obra reflete intensamente as discriminações de raça, classe e gênero sofridas pelas pessoas negras, em especial, as mulheres, ao mesmo tempo que recupera a ancestralidade da negritude brasileira. Mestre pela PUC-Rio, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afrobrasilidade*, Conceição Evaristo é também doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos*, em que estuda a poesia de Nei Lopes, Edimilson de Almeida Pereira e Agostinho Neto.

A estreia literária ocorreu em 1990, na coletânea *Cadernos Negros*, importante publicação responsável por divulgar, desde 1978, a cultura e a produção escrita afro-brasileira. Autora de contos, poemas e romances – parte deles já traduzida para o inglês, francês, italiano, espanhol e árabe –, em poucos anos, tornou-se presença requisitada nos principais congressos e festas literárias, recebendo homenagens no país e no exterior e importantes prêmios, como o Jabuti, em 2015, e o Prêmio de Literatura do Governo de Minas Gerais, em 2018, pelo conjunto da obra. Até o momento, publicou *Ponciá Vicêncio* (romance, 2003), *Becos da memória* (romance, 2006); *Insubmissas lágrimas de mulheres* (contos, 2011); *Olhos d'água* (contos, 2014); *Histórias de leves enganos e parecenças* (contos, 2016); *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017); *Canção para ninar menino grande* (romance, 2017).

A entrevista foi uma conversa descontraída realizada pela internet, em 4 de maio de 2022, e depois transcrita por Ludmilla Lis A. de Lima. Após as perguntas e respostas, selecionei alguns poemas que podem ser lidos quase como “arte poética”, ou “profissão de fé”, por expressarem liricamente a sua “escrevivência” – conceito cunhado por ela que designa a articulação entre vida e escrita, tão presente na literatura afrodescendente.

Constância Lima Duarte – *A pergunta não é nova, mas como as respostas são sempre interessantes, vou fazer: quando foi que você sentiu o ímpeto, ou seja, quando descobriu que queria ser escritora?*

¹ Professora da Faculdade de Letras da UFMG, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA e ao Centro de Estudos Literários e Culturais – CELC, desta instituição, além de coordenadora do grupo interinstitucional de pesquisa Mulheres em Letras.

Conceição Evaristo – Acho que eu não descobri que queria ser escritora. O que sempre me acompanhou foi esse desejo e esse prazer de escrever. Sempre escrevi, desde criança. Na minha adolescência, juventude, eu escrevi muito, mas não sabia no que iria dar. Eu não sabia que esse processo de escrita seria um processo que me levaria a ser escritora. Com certeza, venho assumindo esse papel de escritora à medida que o público me confere esse *status*, essa posição. Acho que é quem lê que confere esse *status* a quem escreve. Porque se você escreve e ninguém lê, ninguém se sente seduzido, ninguém se sente convocado, acho um pouco presunçoso a pessoa se autodesignar como escritora. Se o texto não toca... não está ali... Então, o meu desejo e prazer sempre foi o de escrever.

CLD – *Na condição de escritora moderna, que conjuga entre suas atividades a criação e a crítica, linguagem, metalinguagem – porque você faz prefácio, faz resenha –, você fala de outros livros: como você vê a crítica literária contemporânea?*

CE – Eu não costumo acompanhar uma crítica especializada...até porque acho que hoje têm poucos críticos literários que se denominam dessa forma. Eu tenho acompanhado uma crítica, que se pode chamar também de crítica especializada, porque é elaborada, é feita pelos pesquisadores. Na maioria das vezes, é uma crítica em que as pesquisadoras, os pesquisadores não aparecem nomeados como críticos literários. É uma crítica literária que está muito mais alocada nos cursos de Letras. Esses cursos promovem uma crítica literária. E o que acontece? Me parece que uma crítica literária contemporânea é uma crítica também produzida por investigadores que têm também um contato muito direto com os escritores, o que promove um diálogo intenso entre quem está produzindo a crítica e quem está escrevendo. E o que vem proporcionando essa relação é justamente a pesquisa acadêmica pelo fato de nós, escritores, estarmos indo para os cursos de Letras, dialogando com os pesquisadores... Hoje, isso é muito fácil também...através da internet... Essa proximidade, esse diálogo intenso entre quem está produzindo a crítica literária – principalmente, ou notadamente, no campo acadêmico – e quem está produzindo o texto literário muda um pouco, ou muda muito, a feição da crítica. Ter a oportunidade de escrever e encontrar com quem produziu o texto literário, ouvir essa pessoa, isso, sem sombra de dúvida, vai influenciar o que se escreve sobre esse texto.

CLD – *A crítica hoje, ela se faz principalmente nas universidades – nas teses, dissertações, monografias. É essa a nova crítica. São poucos os periódicos, os jornais, que têm resenha. A revista Piauí tem aquele ensaio crítico, mas o que está predominando é essa leitura interessada, uma crítica interessada. Gosta da escritora, do escritor, e faz uma leitura da obra, de alguma obra, é por aí! Concordo.*

CE – Que bom!

CLD – *Muita gente costuma colocar ainda hoje um divisor entre escrita feminina e escrita masculina. Como você vê a questão da literatura feita por mulheres?*

CE – Eu fico pensando que, ao mesmo tempo, Constância, é um pouco difícil a gente perceber as nuances entre uma escrita masculina e uma escrita feminina. Acho que é preciso muita atenção, mas, muita atenção mesmo para não se confundir, né? Acho que há um texto de autoria de homens que pode ser um texto tão sensível quanto um texto de autoria mulher circulando pelo terreno do feminino. Eu acho que é possível encontrar esse texto sem ser exclusivamente de autoria de mulher. Mas, também é possível, muito possível, perceber uma escrita de mulheres, por meio do lugar experimentado pelas mulheres e que acaba por formar e informar o texto. Se esse lugar experimentado pelas mulheres, no mesmo caso da escrita negra, se ele vaza na literatura, há alguma coisa de diferente. Falando com você agora, e do filme *Narradores de Javé*². O filme é muito interessante, porque várias pessoas reivindicam o direito de contar a história de Javé, considerando o enredo apresentado por ela, como o verdadeiro. O que se observa é que o narrador, enquanto homem, conta, fala da batalha que os ancestrais, aqueles que originaram a cidade, empreenderam. Ele fala da batalha. Quando é uma mulher que vai contar, também reivindicando as ancestrais dela como fundadoras de Javé, a narradora fala dos mortos pelo caminho, entende? Então, acho que por mais que a questão ainda perdure – se há um texto de autoria feminina, se há um texto de autoria masculina – penso que, mesmo que seja numa nuance, que muitas vezes, se você não tiver atenção, pode ser até imperceptível, essa diferença existe. Para mim, há outra questão: não é só o texto em si, é como esse texto é lido. O olhar de quem lê o texto também confere ao texto certo lugar. Talvez os homens tenham lido o texto das mulheres, até hoje, ou talvez uma autoria branca leia o texto de uma autoria negra até hoje, conferindo um lugar que ele idealizou, e não o lugar que realmente é. Ele não percebe as diferenças, os sinais que o texto apresenta. Porque cada pessoa que lê também leva para o seu texto a sua experiência. Então, talvez nós, mulheres, leiamos o texto de outra mulher e percebamos muito da condição, da experiência humana de uma mulher. E talvez os homens não. Ou talvez, determinadas mulheres também não. Então, por isso que essa questão ainda perdura. E o que também chama atenção é que normalmente quando se pergunta: “Há uma literatura feminina?” ou “Há uma literatura escrita por mulheres?”, essa pergunta, às vezes, é capciosa, porque é uma pergunta que já entra negando, não é? Não é uma pergunta de quem quer investigar. É uma pergunta que já parte do pressuposto de que não há.

² Referência ao filme homônimo dirigido por Eliane Caffé. Riofilme, 2003.

CLD – *Tem toda razão, concordo muito com você. Cansei daquela coisa que ouvia na faculdade que literatura não tem sexo, não tem raça e não tem classe. Paira no ar essa falta de vínculo, quer dizer, a literatura tá lá, mas quem escreve é que está aqui, não é?*

CE – E acho que tem mais uma coisa, Constância: ela paira no ar, mas não paira tanto, porque paira num ar que já foi definido por aquele que é o modelo, o homem branco, é ele o escritor. Se ela se encaixar mais ou menos no modelo já pré-estabelecido, no modelo experimentado, no modelo consagrado pelos homens, então, se aceita que essa mulher escreva.

CLD – *Tem razão. Tem toda razão, concordo muito! E você escapa disso. Dentre os traços mais evidentes da sua literatura, gosto de destacar a denúncia do racismo e do machismo, e, principalmente o protagonismo de pessoas das classes subalternizadas. O que acrescentaria ainda a esses elementos?*

CE – Eu acrescentaria que esse texto, sem sombra de dúvida, está sedimentado por um aspecto que normalmente levantam no texto e que conscientemente elaboro. Eu quero levar uma mulher negra para o centro da cena, quero levar um homem negro, eu quero apresentar a voz dos subalternizados, que é a minha voz. Alguém há pouco tempo me disse: “Você dá voz aos subalternizados” ou “Você dá voz às mulheres negras”. Eu não dou voz nem aos subalternizados, nem às mulheres negras. Eu falo como tal. Essa é a minha voz. A voz de mulher subalternizada é a minha voz de mulher negra. Então, eu não dou voz. Eu falo com essas pessoas. Mas há um aspecto também que trago, que elaboro no texto e que as personagens trazem: se trata da solidão humana. É uma composição para o personagem e que me seduz muito também. Trazer os personagens com a sua solidão, com as suas indagações diante da vida. *Ponciá* é um texto que seduz homens brancos, mulheres brancas, negras, gays, jovens, velhos... Porque *Ponciá* é uma personagem extremamente só. Extremamente só. Há uma diversidade muito grande de pessoas que leem esse texto, e em algum momento a pessoa se encontra no texto. A solidão de *Ponciá* nos incomoda. Como outros personagens também... *Ana Davenga* é um conto que gosto muito. *Davenga* é um marginal, mas, é um homem extremamente só. Vem aí outro livro: *Canção para ninar menino grande*. Ali, vários personagens experimentam essa solidão. Em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, todas, todas. Acho que, nesse aspecto, o sentimento de solidão está muito presente nesses textos. Compor uma personagem negra, para além dos lugares comuns elaborados para ela – a pobreza, a subalternidade – é um grande desejo de minha escrita. Trazer personagens, com as suas experiências humanas, de dúvidas existenciais, sentimentos que qualquer pessoa pode ter, independentemente da cor da pele, de ser rico, de ser pobre, de ser homem, de ser mulher, de ser hétero, de ser homo.... Personagens que, experimentando essa condição, possam convocar quem lê.

CLD – *Perfeito, perfeito! Acho que você disse tudo. Ponciá tem esse poder de falar no inconsciente, de se comunicar, de provocar o leitor, a leitora, seja ele ou ela quem for. Provoca no sentido de que bate fundo.*

CE – Bate.

CLD – *Eu o reli outro dia numa sentada... E senti isso, como se a gente mergulhasse para dentro de nossa humanidade...*

CE – Aliás, eu não esqueço que você foi quem indicou *Ponciá Vicêncio* para o vestibular da UFMG!

CLD – *Sim, indiquei e fez grande sucesso entre os estudantes e professores. Aproveito para perguntar: além de Carolina Maria de Jesus, com quem você já declarou ter uma dívida, quem foram os autores que mais a marcaram?*

CE – Olha, é engraçado porque na minha juventude, se teve um autor que me marcou muito foi Jorge Amado. Eu li tudo de Jorge Amado publicado na época. Jorge Amado, na época dele, bem comunista. Tanto é que quando escrevi *Ponciá Vicêncio*, Nêgua Kainda era um personagem masculino. De repente, eu falei: “Tá parecendo Jubiabá!”. Aí eu falei: “Não, tem de ser uma personagem feminina”. Não tenho nenhuma dificuldade de dizer que a literatura de Jorge Amado me influenciou muito. Claro que hoje leio Jorge Amado com outros olhos.

CLD – *Érico Veríssimo não? Eu li tudo de Érico Veríssimo!*

CE – Eu li algumas coisas de Érico Veríssimo, não li “tudo” de Érico Veríssimo. Escritor mineiro que acho que também me influenciou e que eu li muito foi Otto Lara Resende. Eu me lembro de quando eu li, acho que é *O retrato na gaveta*, e fiquei, muito impressionada, muito impressionada. Outro que acho que era mais na linha da sociologia, foi Josué Montello. Foram autores que eu li muito. Não me lembro de nenhuma escrita – eu digo no meu processo ainda bem de formação de leitora na minha juventude – não me lembro de ter lido literatura produzida por mulheres naquela época. Vou encontrar literatura produzida por mulheres já quando estava no curso de Letras. Tem um texto que acho que me influenciou muito e até hoje, quando falo, me vem um nó na garganta, e eu só encontrei uma crítica literária, que ao falar de *Ponciá*, fala desse texto, que é Autran Dourado, com...

CLD – *Uma vida em segredo?*

CE – *Uma vida em segredo.*

CLD – *A protagonista era Biela!*

CE – Biela... Biela... Acho que foi até o Uelinton Farias que, quando leu *Ponciá*, lembrou de Biela, porque Biela é uma personagem também tremendamente só. Acho que pode ter uma influência sim. E só mais tarde eu vou descobrir os escritores negros. Aí, quando eu descubro os escritores negros, é que eu vejo um diálogo fecundo. E eu diria, por exemplo, que me encontro muito com o texto de Geni Guimarães. Tanto é que temos um projeto de escrever um livro juntas. Tem ainda as escritoras estrangeiras: Toni Morrison! Meu sonho na vida era ter conhecido Toni Morrison; Maya Angelou também me marca muito com *Eu sei porque o pássaro canta na gaiola*. Das escritoras africanas de língua portuguesa, apesar de a gente partir de uma composição diferente de texto, gosto muito de Paulina Chiziane, e já fico dando dica para pesquisadores, para lerem *Niketche* e *Canção para ninar menino grande*, acho que dá uma bela tese. Então, já estou dando a dica.

CLD – *Conceição Evaristo, quem a conhece sabe que você tem sempre projetos em andamento e que a criatividade continua brotando a cada dia que passa. Você poderia falar sobre os novos planos?*

CE – São tantos, Constância, que eu fico pedindo à vida mais milhões de anos viva. Primeiro, continuar *Flores de Mulungu*, que é um romance já começado. Acho que já tem mais de cinco anos que comecei. Não tem?

CLD – *Deve ter.*

CE – Isso, eu quero acabar. Segundo, é escrever um livro de contos. A minha ideia é fazer uma trilogia. O primeiro é *Insubmissas lágrimas de mulheres*, que já está aí. Já comecei a escrever o segundo, *O silencioso pranto dos homens*, trazendo histórias de homens. E pensei no terceiro, para formar justamente essa trilogia, eu traria histórias de crianças, de adolescentes, narrando as suas histórias, penso em fazer essa trilogia. Penso também, já comecei, porque sou danada para começar e deixar as coisas de molho, um livro de poemas, para o qual vou usar um termo, mas que eu não gostaria de usar esse termo, mas não tenho outro, que seria *Poemas eróticos*, tá? Já comecei também, já tem uns quinze poemas escritos.

CLD – *Que maravilha!*

CE – E acho que seria assim, seria bem interessante, bem curioso, uma mulher com mais de setenta anos lançar um livro de poemas eróticos.

CLD – *Acho ótimo! Maria Teresa Horta está publicando poemas eróticos e tem oitenta e poucos anos. Com certeza, isso é ótimo!*

CE – Então, eu quero muito, muito, escrever poesia erótica, ou um conto erótico. Eu gosto muito de trabalhar com essa linguagem insinuada, é um exercício muito interessante, eu já comecei esse livro. Outro dia, andando com a Ainá [a filha], no dia do aniversário dela, a gente foi visitar vários lugares, o que eu tenho chamado de “geografia afetiva”. E algumas pessoas também já me pediram: “Ah, escreve a sua vida com a Ainá, e coisa e tal. Estou com o texto na cabeça, já tenho até o nome do livro que é *Dias de andar lembranças*. Eu quero também escrever, né?, esse nascimento.

CLD – *São muitos projetos!*

CE – Muitos...muitos... Não contando o poema, sim, há ainda o rap que eu comecei há tempos também, e até o Emicida já está interessado em ver esse rap. Tenho pensado muito também num livro de crônicas para contar vários acontecimentos de viagem, essas viagens aí pelo mundo afora. E contar muito os acontecimentos, muitas coisas que a gente tem observado, acho que é isso. E a própria “Casa Escrevivência”, né, que eu penso em criar.

CLD – *A reedição que está no prelo é o Canção para ninar menino grande?*

CE – É o *Canção*, que será relançado pela Pallas. Outro dia o Vagner Amaro, da Editora Malê, estava perguntando porque a gente não faz a reedição dos livros que a Malê já publicou, que são *Poemas da recordação e outros movimentos*, *Histórias de leves enganos e parecenças* e *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Também tenho quatro contos inéditos em termos de antologia, estou pensando em reunir esses contos, escrever mais e fazer um segundo livro de contos. Ah, sim! E agora também eu estou publicando com a Editora Planeta. Estou escrevendo algumas coisas da minha memória com a minha mãe e enxertando nesse texto alguns textos que minha mãe escreveu. E o livro está aí também, tenho que entregar ainda neste semestre.

CLD – *Pelo visto, a pandemia foi bem produtiva e criativa para você! Fico muito feliz em saber. Para muita gente, foram momentos difíceis, e teve sorte quem conseguiu produzir apesar de tudo.*

CE – Eu acho que no final, acho que esse processo de acúmulo de tristezas, de medo, de insegurança, de ausência, estar com as pessoas, as pessoas estarem comigo, a agonia da minha mãe, isso tudo também está desaguando numa escrita, mesmo que não seja uma escrita desses temas em si, mas são escritas atravessadas por essa condição.

CLD – *Exatamente. E você, Conceição, eu lembro que, antes da pandemia, você vivia cheia de compromissos, e estava sempre viajando pelo país e também pela Europa e a África. Eram muitos os convites e as homenagens que você recebia, e, de repente, a pandemia parou com tudo, de uma vez. Isso também aconteceu com muita gente, mas estou falando de você, que eu conheço e acompanho de perto.*

CE – Você às vezes me perguntava se eu tinha rodinhas nos pés, né?

CLD – *Sim, pois devia ter não só rodinhas como asinhas no pé! Querida escritora, obrigada por esta conversa tão elucidativa e agradável.*

ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

COVID-19 E AÇÕES EDUCATIVAS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN: ESTUDO DE CASO

COVID-19 AND ENVIROMENTAL EDUCATIVE ACTIONS IN THE COUNTY OF NATAL/RN: CASE STUDY

Christel Angelina Ribes (IFRN)¹

<http://orcid.org/0009-0007-1943-6970>

Rosângela Gondim D' Oliveira (UFRN)²

<http://orcid.org/0000-0003-3049-9730>

Kadydja Karla Nascimento Chagas (IFRN)³

<http://orcid.org/0000-0002-1563-3682>

Geovane de Souza Almeida (UFRN)⁴

<http://orcid.org/0000-0002-1095-7514>

RESUMO

O ano de 2020 foi um marco de quebra de paradigmas. A crise sanitária do novo coronavírus acarretou a necessidade de construções de novas ferramentas metodológicas que marcam a transição do ensino presencial para o remoto. Além disso, obrigou toda população a refletir sobre o que seria o “novo normal”. As novas tecnologias trouxeram benefícios para o trabalhador prestar seu serviço sem a necessidade de sair de sua casa e a possibilidade de laborar em qualquer lugar que se encontre (CARDIM, 2021). Este trabalho tem como objetivo principal investigar as práticas socioambientais que foram desenvolvidas no Setor de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal, antes e durante a pandemia da covid-19. A tecnologia que antes era, muitas vezes, vista como algo que afastava os sujeitos do convívio social, nesse momento de transição das atividades, apresenta-se como um benefício coletivo para o processo educacional. Diante desse cenário, o Setor de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo adequou os Programas e Projetos já desenvolvidos de modo presencial na pré-pandemia. Com o consequente isolamento social, diversas políticas socioambientais foram afetadas, como resultado, foi identificada uma redução significativa do número de ações e projetos, evidenciando as diversas dificuldades na realização de ações de educação ambiental, no entanto, percebeu-se que as redes sociais se configuraram como uma nova ferramenta para mediar ações de educação ambiental.

Palavras-chave: educação ambiental; covid-19; tecnologia; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal.

ABSTRACT

The year 2020 was a paradigm-breaking milestone. The health crisis of the new Coronavirus has led to the need to build new methodological tools that mark the transition from face-to-face to remote teaching. In addition, it forced the entire population to reflect on what the “new normal” would be. New technologies have brought benefits for the worker to provide his service without the need to leave his home and the possibility of working wherever he is (CARDIM, 2021). The main objective of this work is to investigate the socio-environmental practices that were developed in the Environmental Education Sector of the Municipal Secretariat for the Environment and Urbanism of Natal, before and during the COVID-19 pandemic. Technology, which was often seen before as something that distanced individuals from social interaction, now presents itself as a collective benefit for the educational process. In view of this scenario, the Environmental Education Sector of the Secretariat for the Environment and Urbanism adapted the Programs and Projects already developed in person, in the pre-pandemic. With the consequent social isolation, several socio-environmental policies were affected and observing, a significant reduction in the number of actions and projects was identified, evidencing the various difficulties in carrying out Environmental Education (EA) actions, however, it was noticed that the social networks and configured themselves as a new tool to mediate AE actions.

Keywords: environmental education, covid-19, technology, SEMURB.

INTRODUÇÃO

O vírus SARS-CoV-2, ou novo coronavírus, causador da covid-19, detectada, pela primeira vez, na província de Hubei, na República Popular da China (VELAVAN; MEYER, 2020). Tendo em vista as características da doença, foram indicadas, de início, como medidas protetivas o uso de máscaras e álcool gel (ROTHAN; BYRAREDDY, 2020; SINGHAL, 2020). Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia (BRASIL, 2020; GUO *et al.*, 2020). Diversas medidas foram tomadas em todo o mundo para frear a infecção pela covid-19, tais como: fechamento de fronteiras, isolamento social, podendo funcionar somente os serviços essenciais, na tentativa de evitar um colapso nos sistemas de saúde (SINGHAL, 2020; VELAVAN; MEYER, 2020).

O impacto causado pela pandemia do novo coronavírus modificou drasticamente a rotina da população de todo o mundo. Essa circunstância incomum transformou o mundo rapidamente. Novas formas de comunicação, novas metodologias de trabalho e educação foram se apresentando ao longo desse período de isolamento social.

A crise sanitária do novo coronavírus acarretou a necessidade de instituir novas ferramentas metodológicas que marcam a transição do ensino presencial para o remoto. Além disso, obrigou toda população a refletir sobre o que seria o “novo normal” e quais práticas poderiam ficar de forma permanente, para, inclusive, diminuirmos todo o

impacto negativo que o homem produz no meio ambiente. As transformações causadas pela pandemia deixam evidente o impacto das nossas práticas cotidianas e a necessidade de efetuarmos mudanças permanentes na forma como vivemos e no que consideramos “normal” (ROYSEN, 2020).

Diversas áreas foram atingidas por essas mudanças, entre elas, a educação. Nesse processo, escolas, universidades e setores do âmbito privado e público tiveram de desenvolver suas atividades de forma remota. Esse cenário desafiou as autoridades de várias áreas que passaram a adotar novas tecnologias para seguir com as atividades. Novas tecnologias devem ser aplicadas para que, em tempos de pandemias e crise, a educação possa ser contínua e ininterrupta (ALMEIDA JUNIOR *et al.*, 2019). O uso do ensino a distância tem respaldo na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, Lei nº 9.394 de 1996) (BRASIL, 1996). No contexto da crise sanitária que vivemos em 2020 e 2021, a educação teve de se reinventar. Diante do novo coronavírus (covid-19), o direito à educação deve ser garantido.

As políticas públicas representam a organização da ação do Estado para a solução de um problema ou o atendimento de demandas da sociedade visando à resolução pacífica de conflitos e à construção e ao aprimoramento do bem comum (SORRENTINO *et al.*, 2005). Nesse sentido, a política pública de Educação Ambiental (EA) faz parte da política do cotidiano, estando relacionada à organização social para a participação individual e coletiva nas políticas públicas, na arena política. Está associada também aos componentes pedagógicos e subjetivos que estimulam a participação individual e coletiva no fazer da política (BIASOLI; SORRENTINO, 2018).

A EA trata de uma modificação de padrão que implica uma revolução tanto científica quanto política. Essas revoluções não alteram apenas a ciência mas também o mundo em si, na medida em que afeta a concepção que temos dele e de seu caminho (KUHN, 2005). Ao longo das últimas décadas, o processo educativo ambiental vem sendo modificado diante das novas demandas surgidas nos anos 1950, com o ambientalismo, seguido do desenvolvimento ambiental, da sustentabilidade, abrangendo e integrando o ambiental, o social, o político e o econômico.

O ano de 2020 foi um marco de quebra de paradigmas – maior pandemia desde a “gripe espanhola” em 1918, que desencadeou uma corrida dos cientistas para o desenvolvimento das vacinas. A sociedade passou a desenvolver trabalho tipo *home office*, com ensino remoto/híbrido; comércios, cinemas, teatros, parques, orla marítima fechados; e a população em seus lares, em regime de *lockdown* adotado em cidades e países. Diante desse cenário, o Setor de Educação Ambiental (SEA) da Secretaria de Meio ambiente e Urbanismo (Semurb) (<https://www2.natal.rn.gov.br/semurb/>) de Natal procurou adequar os Programas e Projetos já desenvolvidos de modo presencial na pré-pandemia da covid-19. Este trabalho tem como objetivo principal investigar as práticas socioambientais que foram desenvolvidas no Setor de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal, antes e durante a pandemia da covid-19.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à natureza dos objetivos, o trabalho apresentou um caráter descritivo e explicativo. Descritivo, pois o estudo descreve os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987); explicativo, porque identificou os fatores que determinaram ou que contribuíram para a ocorrência dos fenômenos, explicando o porquê das coisas pelos resultados obtidos (GIL, 1997). É um estudo de caso, pois, para Yin (2010, p. 39), é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

A pesquisa foi desenvolvida no setor de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) de Natal que está localizada dentro do Parque Natural Municipal Dom Nivaldo Monte, uma Unidade de Conservação, enquadrada como uma Unidade de Proteção Integral gerida pelo município, situada na Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA-1), com uma área de 148,68 hectares, entre os bairros de Candelária, Pitimbu e Cidade Nova. O Setor de Educação Ambiental (SEA) é a unidade administrativa interna responsável pela difusão de conhecimentos que proporcionem a preservação e a defesa do meio ambiente e, sintetizando, detém a responsabilidade de desenvolver, em âmbito municipal, programas, projetos e ações de educação ambiental envolvendo toda a comunidade a partir de palestras, seminários, apresentações teatrais, oficinas, eventos e intervenções, entre outros.

As atribuições específicas do SEA estão amparadas pelo Decreto nº 8.556, de 07 de outubro de 2008, que estabelece o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo e define as atribuições do setor através da subseção I – Art. 31 anexo a esse documento. O SEA é composto por uma equipe multidisciplinar que conta com profissionais das áreas de geografia, ecologia, pedagogia, artes, tecnologia ambiental e outros (NATAL, 2011).

COLETA DE DADOS

O estudo envolveu, como procedimento técnico, a pesquisa bibliográfica, mapas, fonte de dados primários (artigos científicos) e dados secundários (legislação) de natureza qualitativa em fontes oficiais. No que confere à avaliação da gestão das políticas públicas para a área de estudo, em sua perspectiva de inquirir, foram avaliados dados estatísticos secundários. Com a autorização do Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte para realizar a pesquisa em documentos oficiais do Setor de Educação Ambiental de Natal (SEA), buscou-se observar quais as atividades de educação foram desenvolvidas durante a pandemia, e quais as plataformas e ferramentas utilizadas para disseminar e sensibilizar a comunidade.

Para a pesquisa das outras secretarias, foram realizadas buscas na WEB, nos sites oficiais das prefeituras, administração e secretarias de Meio Ambiente do Ceará, Ilha de Fernando de Noronha, Presidente Prudente (SP), Novo Hamburgo (RS), buscando compreender como se deram as Semanas de Meio Ambiente do ano de 2020 e 2021, observando as plataformas utilizadas para divulgação e propagação. Os resultados foram interpretados à luz da análise do conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da pandemia da covid-19, em 2019, o SEA da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal contava com 10 projetos de promoção contínua. Com o surgimento de impossibilidades de encontros presenciais, eventos e visitas técnicas, pela crise sanitária do novo coronavírus, as atividades presenciais foram interrompidas, e tiveram de ser reinventadas, passando por uma transformação e adaptação. Com isso, o SEA, durante os anos de 2020 e 2021, além das Semanas de Meio Ambiente, realizou três projetos (Planeta Em-Cena, Trilhando Saber e o *Podcast* Minuto da Sustentabilidade), que aconteceram de forma virtual, utilizando-se das novas tecnologias da informação, e, principalmente, das redes sociais. No quadro 1, a seguir, serão apresentadas as ações do setor de educação ambiental- SEA/Semurb no período pré-pandemia da covid-19.

Quadro 1 - Ações desenvolvidas no período pré-pandemia pelo Setor de Educação Ambiental da Prefeitura de Natal

AÇÕES	OBJETIVOS DAS AÇÕES
-------	---------------------

Preservar e Conhecer Natal	Oferecer subsídios ao corpo docente da rede municipal de ensino através da exposição didática do ambiente natural/turístico para que seja possível desenvolver trabalhos de sensibilização e conscientização ambiental junto aos alunos. A proposta tem como base o “Circuito Verde” da cidade, constituído pelas Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), Zonas Especiais de interesse turístico (ZETs) e outros ambientes preservados além de acrescentar, por regiões administrativas, espaços urbanos que merecem atenção por seus atributos ambientais e relevância social por parte dos moradores locais.
Agenda Verde	Estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos. O programa é implantado em todas as secretarias, bem como nos órgãos, institutos e entidades da Prefeitura do Natal, sejam de administração direta ou indireta.
Mamulengo no parque	O projeto Mamulengo no Parque apresenta, de forma lúdica, clara, objetiva e dinâmica, a estrutura, a importância e os usos do Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte aos alunos da rede pública e privada da cidade do Natal e visitantes, por meio de um teatro de mamulengos que conta histórias específicas sobre a fauna e flora do Parque da Cidade. Tem o objetivo de criar, a partir dos alunos e comunidades, agentes fomentadores de práticas condizentes com a consciência e a preservação ambiental.
Baú Cênico Ambiental	Os estudantes da rede pública e privada de Natal, participantes de ONGs e população em geral da cidade são beneficiados com o projeto do Baú Cênico com estímulos para viés ambiental através das artes, promovendo, assim, a Educação Ambiental de forma lúdica e transversal e estimulando a criatividade de cada participante por meio de um baú que contém materiais artísticos.
Formação de agentes comunitários ambientais	O projeto tem o intuito de formar agentes comunitários atuantes na defesa e na manutenção do meio ambiente saudável protegido em legislação específica, capacitando os jovens selecionados com informações referentes aos aspectos físicos, florísticos e faunísticos da comunidade em que esteja inserido e das áreas adjacentes.
Sábado ecológico	O projeto Sábado Ecológico planeja a arborização municipal, com a intenção de melhorar a eficiência dos corredores ecológicos que passaram a interligar as Zonas de Proteção Ambiental e favorecer o aumento da área sombreada do município.

Nossa Orla	Programa de ordenamento, gestão e fiscalização integrada nas praias de Natal. A Prefeitura de Natal, por meio da Semurb, reorganiza os espaços públicos na orla da cidade com os objetivos de disciplinar e ampliar as áreas para circulação dos cidadãos, bem como preservar as atividades comerciais. As principais mudanças implementadas com a adoção do plano estão relacionadas ao número máximo de equipamentos que pode ocupar cada uma das faixas de forma sustentável, respeitando os acessos à praia, como rampas e escadas.
Semana do Lixo Zero	No mês de novembro, é celebrada a Semana do Lixo Zero, contando com atividades de educação ambiental, além de ações para preservação da cidade e recolhimento adequado de material. Entre as ações da Semana do Lixo Zero estão o pedágio ambiental, <i>drive thru</i> da reciclagem, <i>lives</i> , <i>webinars</i> , oficinas, ecopontos espalhados pela cidade para o recebimento de lixo eletrônico e coleta de óleo usado, limpeza de praias, atividades culturais com teatro de mamulengos para crianças nas escolas de Natal.
Palestras e cursos	Os temas abordados para os cursos e palestras são diversos em função da diversidade do público que solicitam e tendo como intenção a formação de multiplicadores ambientais.
Meu Bairro Melhor	O projeto Meu Bairro Melhor conta com atividades de orientação e sensibilização nos bairros de Natal quanto à situação do depósito inadequado de resíduos, de crimes ambientais e uso correto dos espaços públicos.

Fonte: autoria própria

O Setor de Educação Ambiental, considerando o cenário de pandemia e o legado pós-pandemia, adaptou alguns de seus projetos para o formato virtual, possibilitando o acesso e a interação em tempos de isolamento social, mantendo, assim, o vínculo com a comunidade. O Quadro 2 mostra projetos e ações em formato remoto.

Quadro 2 - Ações desenvolvidas no período de pandemia pelo Setor de Educação Ambiental da Prefeitura de Natal

Planeta "Em-Cena"	O projeto tem como finalidade manter o vínculo e as diretrizes que regem a Educação Ambiental do município, a partir do livre acesso a ferramentas virtuais. A população pode acessar conteúdos diversos e de domínio público para sensibilização e conscientização das problemáticas ambientais.
Trilhando Saber	O projeto visa a abordar os visitantes do Parque da Cidade que estão realizando caminhadas para desenvolver atividades educativas ambientais ao longo dos pontos de descanso das trilhas que compõem o parque.

Podcast "Minuto da Sustentabilidade"	O projeto visa a abordar temas e subtemas a partir do leque de possibilidades que abrange o conceito de sustentabilidade. Esses <i>podcasts</i> são publicados nas mais diversas plataformas de <i>streaming</i> .
Semana de Meio Ambiente do ano de 2020	A programação integral da Semana de Meio Ambiente de 2020 teve de se adequar à pandemia, e aconteceu exclusivamente de modo virtual, promovendo ações de educação ambiental no formato remoto, a partir do uso das redes sociais oficiais da prefeitura do Natal.
Semana de Meio Ambiente do ano de 2021	A programação da Semana de Meio Ambiente de 2021 de Natal teve suas atividades desenvolvidas no formato híbrido, ou seja, de modo remoto, pelas redes sociais; e com uma ação no formato presencial, que foi o Eco Drive-Thru.

Fonte: autoria própria

1 - PROJETO: PLANETA “EM-CENA”

No Projeto Planeta “Em-Cena”, o SEA disponibiliza conteúdos inerentes às questões de sustentabilidade e educação ambiental de forma que escolas, organizações governamentais e não governamentais, comunidade acadêmica e pessoas comuns possam se valer desses conteúdos para sensibilização, pesquisa, formações e outros. O projeto consiste em contemplar as artes cênicas e visuais, realizando peças teatrais e de bonecos de mamulengo como instrumento de disseminação do conhecimento em sustentabilidade e meio ambiente, para um trabalho efetivo e eficiente de educação ambiental no município do Natal em tempos de isolamento social e distanciamento.

É sabido que o longo período de isolamento e distanciamento necessários para a contenção do contágio da covid-19 desenhou um novo cenário para todo o planeta no quesito tecnologias e educação. Com isso, a humanidade se reinventou e estará caminhando com novas ferramentas de trabalho.

2 - TRILHANDO SABER

Com a pandemia provocada pelo vírus da covid-19 no ano de 2020, o Parque Natural Municipal da Cidade do Natal Dom Nivaldo Monte, por se tratar de um espaço público que recebe diariamente inúmeros usuários, teve de se adequar às normas sanitárias orientadas pela OMS. Diante disso, a sua retomada de abertura deu-se de forma gradual, liberando inicialmente as trilhas pavimentadas.

Pensando em uma forma de continuar levando conhecimento a respeito da importância de se preservar o meio ambiente, a equipe de estagiários do setor de Educação

Ambiental desenvolveu o projeto “Trilhando Saber”, visando a abordar os visitantes do Parque que caminham pela Trilha Nascente e pela Trilha do Vento, nos pontos de Descanso B ou C, e discorrer sobre temas ambientais de forma sucinta, por meio de banners, dinâmicas, teatro de mamulengos, entre outras metodologias de educação.

3 - MINUTO DA SUSTENTABILIDADE (PODCAST)

O *Podcast* “Minuto da sustentabilidade” postado na plataforma de *streaming* *Spotify*®, *Deezer*® e *Google Podcast*®, divulgado no site da prefeitura do Natal, trata de temas e subtemas a partir do leque de possibilidades que abrange o conceito de sustentabilidade, passeando pelas diversas áreas de atuação da equipe, como história, artes, geografia, biologia, ecologia, administração, pedagogia, turismo, publicidade e outros.

A série é fundamentada no surgimento de uma concepção de educação ambiental (EA) associada ao movimento do desenvolvimento sustentável. O material está disponível para que a população possa ouvir quando e onde quiser, o que representa uma boa oportunidade de comunicação, levando mais informação ao público ouvinte.

4 - A SEMANA DO MEIO AMBIENTE DO ANO DE 2020 E 2021 DA SEMURB-NATAL/RN

O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado em 5 de junho, a principal data da Organização das Nações Unidas (ONU) para promover conscientização ambiental mundial. Ao longo dos anos, celebrada por milhões de pessoas em mais de 100 países, tornou-se o maior evento global de sensibilização pública sobre o tema. Em período de pandemia, as ferramentas digitais foram usadas permitindo a continuidade da sensibilização ambiental.

No município de Natal-RN, a programação integral da Semana de Meio Ambiente de 2020 teve de se adequar à pandemia, e aconteceu exclusivamente virtual, promovendo ações de educação ambiental no formato remoto, a partir do uso das redes sociais oficiais da Prefeitura do Natal. Parte da programação de 2021 foi virtual, com eventos pontuais de *Eco Drive* e plantio de mudas na cidade, no formato presencial, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Com o novo formato exclusivamente virtual, foram promovidas ações educativas e de sustentabilidade tendo como objetivo despertar a população para uma maior consciência ambiental a fim de contribuir para a manutenção dos recursos naturais, como também discutir sobre os desafios no pós-pandemia pelas redes sociais da Prefeitura do Natal. As atividades foram por meio de vídeos, *podcasts*, *lives*, publicações no *feed*, *stories* e pelo *IGTV* na rede social Instagram® (www.instagram.com/natalprefeitura) e YouTube® (<https://www.youtube.com/natalprefeitura>).

Em 2020, no município de Natal- RN, a Semana do Meio Ambiente (Sema) foi realizada entre 1º e 06 de junho de 2020. Devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, o evento, que é coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), com o apoio do Setor de Educação Ambiental, foi realizado de forma virtual, com o tema: “Biodiversidade Urbana: Natal Preservando seus espaços”. Observou-se que a difusão das postagens na rede social Instagram chegou a 4.499 visualizações em um ano, fazendo observar a grande quantidade de pessoas alcançadas durante a semana do meio ambiente do ano de 2020. Entendemos que, no caso de atividades presenciais, dificilmente possibilitaria tal difusão para esse elevado número de pessoas, bem como interação, por diversos fatores limitantes, desde o tamanho do espaço em que seria realizada a SEMA até a disponibilidade de horário de visitação durante o evento.

A programação abordou múltiplos assuntos, entre eles, as “BioDicas”, quando foram explanadas orientações sobre aplicativos, livros e documentários com temática ambiental, para que as pessoas pudessem assistir em casa, no período de isolamento social. O *Quiz Ambiental* foi criado para os usuários interagirem e testarem seus conhecimentos sobre meio ambiente e sustentabilidade. A *live* “Yoga do Pôr do Sol” ocorreu para proporcionar uma atividade lúdica e diferente em um período de crise sanitária.

Diversas oficinas ocorreram durante a programação da Sema, como a oficina de bonsai, na qual se ensinavam os primeiros passos para se ter um bonsai em casa e discute a importância da aproximação à natureza em tempos de pandemia; a oficina de brinquedos com material reciclável; oficina de como fazer uma horta orgânica caseira para cultivo do tomate; e apresentação do teatro de mamulengos, abordando temas ambientais para o público infantil. Também houve uma exposição virtual denominada de “Passarinhada do Parque da Cidade”, que possibilitou a visualização de fotos e sons das aves que compõem a avifauna do parque. Além disso, houve um *Webinar* em formato de *Live* para debater sobre “A importância dos parques urbanos na retomada do turismo”.

No ano de 2021, a temática da Sema foi “Inovar para preservar: ciência e tecnologia a favor do meio ambiente”, ocorreu de 31 de maio a 09 de junho, de forma virtual, devido à pandemia, pelo canal oficial da Prefeitura Municipal de Natal no *Youtube*, *Instagram* e *Facebook*. Pensando como a ciência e a tecnologia podem ser aliadas na preservação do meio ambiente, a Prefeitura de Natal debateu o tema na Semana do Meio Ambiente 2021. A programação contou webinários, palestras, mesas redondas, biodicas, podcasts, tutoriais e vídeos nas redes sociais.

A abertura oficial ocorreu em formato de *live*, com a mesa-redonda “Cidades inteligentes: como a tecnologia pode ser uma aliada da sustentabilidade”. Em seguida, nas redes sociais, a Turminha do Parque expôs biodicas sobre documentários, filmes, livros e aplicativos que podem ajudar na preservação ambiental e no consumo sustentável. O *podcast* Minuto da Sustentabilidade tratou sobre tecnologia e meio ambiente e como as inovações são capazes de tornar nosso planeta mais sustentável, disponível nas plataformas de streaming (*Deezer*, *Spotify* e *Google Podcast*).

A mesa redonda teve o tema “Ações para gestão do verde em Natal: estratégias inter-setoriais” para debater importantes projetos como o Planta Natal e Natal Mais Verde,

assuntos como manejo arbóreo, limpeza urbana, gestão de resíduos, hortos municipais e áreas verdes. Ainda em 2021, o Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte dispôs um *Eco Drive- Thru* de lixo eletrônico, de forma que a população passa no automóvel, ou até mesmo a pé, e descarta o seu resíduo em coletores específicos. O *webinário* “Ciência e tecnologia a favor do meio ambiente” debateu o tema da Semana do Meio Ambiente Natal, evidenciando a importância do desenvolvimento de tecnologias inovadoras que resultam em alternativas eficientes.

O podcast *Minuto da Sustentabilidade* teve uma atividade pontual na semana de meio ambiente, com o intuito de sensibilizar sobre os impactos das ações antrópicas no planeta de forma simples e prática, levando informação, conhecimento, sustentabilidade, destacando o uso consciente dos recursos naturais em um bate-papo com especialistas. O projeto de *podcast* foi publicado nas plataformas de *streaming*, como *Spotify*, *Deezer* e *Google Podcast*, tem nove episódios de podcasts publicados, e, no total, contou com 279 visualizações na plataforma do *Spotify*.

A Prefeitura do Natal realizou uma ação de sustentabilidade *on-line* em seu Instagram como parte da programação da Semana do Meio Ambiente 2021. O perfil @natalprefeitura publicou uma postagem especial para estimular a população a engajar e contribuir com a arborização da cidade. “Sua curtida se transforma em uma árvore, que tal?”, dizia a postagem. Ao todo, 690 pessoas curtiram o post e, para concretizar a ação virtual, o projeto Planta Natal vai realizar o “plantio dos *likes*” até o final do ano, com foco em áreas verdes, como praças, escolas, prédios e equipamentos públicos.

Além disso, diversos conteúdos audiovisuais lúdicos da educação ambiental são disponibilizados com o teatro de mamulengos, abordando os cuidados com os resíduos sólidos, um cordel produzido intitulado “ARSBAN em: sanear é vida”. O minicurso intitulado “Revisitando o Patrimônio Cultural de Natal: perspectivas para o uso em sala de aula” foi realizado pelo setor de educação ambiental e a capacitação foi destinada a educadores das redes pública e privada de ensino e ministrada na modalidade de Educação a Distância (EaD).

O Eco drive, que aconteceu nos dias 02 e 04 de junho, durante a Sema, dentro da Unidade de Conservação Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, arrecadou 364 kg de resíduo eletrônico, sendo descartados vários tipos de equipamentos, como impressoras, computadores, ventiladores, aparelhos de som, televisores e eletrodomésticos. Após o sucesso da ação, o Parque da Cidade se tornou um Eco Ponto de descarte de resíduo eletrônico, estimulando, assim, a população a separar seus equipamentos para o descarte seguro.

Abordamos também o que fizeram as outras secretarias na semana do meio ambiente durante a pandemia, no ano de 2020 e 2021. Na busca de respostas a essa questão, salientamos as atividades desenvolvidas no continente – nas regiões Nordeste (Ceará), Sul (Novo Hamburgo) e Sudeste (Presidente Prudente) e insular (Ilha de Fernando de Noronha). Pode-se observar a predominância da utilização de *lives* na forma de difusão da programação, e uma seleção temática em comum sobre arborização urbana, fauna silvestre e de oficinas de horta e compostagem com os temas mais abordados nas Semanas de Meio

Ambiente das secretarias estudadas. As transmissões *on-line* de *lives* dos temas ambientais e educativos se apresentaram como possibilidades promissoras para a continuidade do fluxo de informações necessário para se concretizar a Sema.

A Secretaria de Meio Ambiente do estado do Ceará, por meio da Coordenadoria de Educação Ambiental, em parceria com a Coordenadoria de Biodiversidade, adaptou a Semana do Meio Ambiente 2020 ao formato virtual. Para tanto, foram programadas quatro *lives* e um grande seminário sobre Educação Ambiental.

As atividades puderam ser acompanhadas pelas redes sociais da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará, como o *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. As *lives* contaram com os temas: “Meliponário Parque Escola: a experiência do Parque Estadual Botânico”, “Práticas de Sustentabilidade: Reaproveitamento de Lodo Tratado na Produção de Mudas Nativas e Compostagem Doméstica”, “Caça e tráfico de animais silvestres em Unidades de Conservação”, e, “A relação das lagoas interdunares com o turismo”. O seminário teve como tema principal “Educação Ambiental na pandemia e pós-pandemia”.

Em 2021, a SEMA do Ceará desenvolveu o Junho Ambiental e teve como tema os “Desafios das comunidades tradicionais e preservação da fauna e flora em unidades de conservação”. Com a finalidade de informar, sensibilizar e divulgar as ações em prol das áreas protegidas, no Estado do Ceará, a semana do meio ambiente foi uma alusão ao Dia Internacional da Diversidade Biológica, celebrado dia 22 de maio. A programação foi em formato remoto, devido à pandemia.

A Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, no ano de 2020, promoveu as ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semam) de forma virtual, durante os dias 05 a 11 de junho, realizando a divulgação da Semana de Meio Ambiente por meio de vídeos. Os temas foram permeados entre coleta seletiva, dicas ambientais e compostagem caseira. Em 2021, a programação da Semana do Meio Ambiente foi de 31 de maio a 5 de junho, mais uma vez, em formato remoto. A Sema 2021 de Novo Hamburgo teve como foco práticas ambientais, com formatos de *lives* ao vivo com o tema de arborização urbana, licenciamento ambiental, fiscalização ambiental e animais silvestres, peças teatrais e ações presenciais de fiscalização do rio do Sinos e no Parcão.

No município de Presidente Prudente, no interior do estado de São Paulo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semea) promoveu a semana do meio ambiente no formato virtual entre os dias 04 e 10 de junho. As ações que foram postadas nas redes sociais da prefeitura tiveram como objetivo discutir diversos temas, abordando a importância da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade. Os vídeos dispuseram de palestras com profissionais ambientais, que foram responsáveis por tratarem de assuntos como a redução do lixo doméstico e hortas urbanas, entre outros temas.

Já em 2021, a Prefeitura de Presidente Prudente (SP) começou a semana do meio ambiente fazendo um plantio de Ipês-brancos no Memorial às vítimas da covid-19. Seguindo com a programação, o projeto “Plante Uma Árvore”, em parceria com o Hospital Regional, realizou coleta de óleo usado, fazendo intervenções ambientais para conscientizar sobre o descarte irregular de resíduos, com palestras via *Google Meet* para os alunos da Escola Estadual Prof. Joel Antônio de Lima Genésio.

A administração da ilha de Fernando de Noronha também promoveu a Semana do Meio Ambiente de forma virtual em decorrência do novo coronavírus. Entre as ações, houve a divulgação de vídeos com especialistas na área ambiental, oficinas e uma gincana virtual produzida pelos alunos da Escola Arquipélago. Os temas abordados foram unidades de conservação, ecossistemas, processos ecológicos associados, sustentabilidade e turismo, enfrentamento de mudanças climáticas, além de conservação de Fernando de Noronha. Todo o conteúdo foi publicado no site oficial da ilha. A oficina virtual ocorreu com o objetivo de realizar uma confecção de coleções de lixo marinho.

No ano de 2021, entre os dias 31 de maio e 05 de junho, a ênfase da Semana do Meio Ambiente foi a Década dos Oceanos, com abordagens às questões ligadas à Ilha, sob o tema “Noronha pelos oceanos”. O objetivo foi sensibilizar a população, promovendo a educação ambiental por meio de um assunto importante, que é a proteção dos oceanos. A administração de Fernando de Noronha, por meio da Superintendência de Meio Ambiente do arquipélago, e em parceria com o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), realizaram expedições diárias à ilha Rata, com colaboradores de vários segmentos e também com a comunidade.

Dentre as mídias usadas como instrumentos de Educação Ambiental, destacou-se a página do *Instagram* da Prefeitura do Natal (@natalprefeitura), o *Youtube* oficial da Prefeitura (www.youtube.com/natalprefeitura), e a plataforma de *Streaming*, na qual consta o *Podcast Minuto da Sustentabilidade*, disponível no *Spotify*, *Deezer* e *Google Podcast*. Esse material pode ser explorado como recurso educacional, principalmente por conter a possibilidade de compartilhamento, interatividade e dialogicidade para a promoção ambiental (SALAZAR; BARROGA-JAMIAS, 2014; VO; SMOLLIN, 2015; YANG; YANG; ZHOU, 2015).

O uso da internet, e principalmente das redes sociais, foi observado como meio de envolver os indivíduos e a coletividade para a participação popular no desenvolvimento da educação ambiental no município, tendo a possibilidade de consumir o conteúdo em qualquer horário, e ser um meio de comunicação direta a partir de comentários realizados nas postagens. O uso das redes sociais pela Administração Pública no Brasil foi promovido pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014, nos artigos 24 a 28), que reconheceu a importância das redes e a possibilidade de criação de perfis institucionais por órgãos da Administração Pública direta e indireta para disseminação de informações e dados públicos.

O Setor de Educação Ambiental da Semurb, como observado, realizava 10 projetos de EA presencialmente, entretanto, com a pandemia da covid-19, passou a realizar três projetos; e, a Semana de Meio Ambiente, em formato virtual. A necessidade do distanciamento social desencadeou uma reinvenção na forma tradicional de educar. Com a inserção tecnológica cada vez maior na rotina das instituições, tem-se observado que reuniões, palestras e atividades que eram protagonistas na comunicação interinstitucional se transformaram pelas novas tecnologias da comunicação e podem ser facilmente absorvidas de acordo com as informações e o nível cognitivo dos que lhes assistem.

O setor incorporou as novas tecnologias à rotina. Reuniões *on-line*, aperfeiçoamento de novas metodologias, apresentações virtuais, videoaulas, novos sites para criação de conteúdo são exemplos da nova realidade durante a pandemia. Diversos *softwares* e ferramentas educacionais vêm sendo apresentadas com o intuito de empoderar a práxis e a liberdade criativa e didático-pedagógica de quem as usa.

O uso mais intenso das tecnologias na educação revelou a exigência de uma preparação e qualificação dos educadores ambientais da SEA. Anteriormente, aqueles que tinham pouca ou até nenhuma aproximação com os recursos tecnológicos se viram diante da necessidade imperativa do planejamento de materiais virtuais. Dentre as mídias usadas como instrumentos de Educação Ambiental, destacou-se a página da Prefeitura do Natal no *Instagram* (@natalprefeitura); no *Youtube* (www.youtube.com/natalprefeitura); e na plataforma de *Streaming*, na qual consta o *Podcast Minuto da Sustentabilidade*, disponível no *Spotify*, *Deezer* e *Google Podcas*. Esses materiais podem ser explorados como recursos educacionais, principalmente por conterem a possibilidade de compartilhamento, interatividade e dialogicidade para a promoção ambiental (SALAZAR; BARROGA-JAMIAS, 2014; VO; SMOLLIN, 2015; YANG; YANG; ZHOU, 2015).

Nota-se, assim, uma quebra de paradigmas com relação ao uso de ferramentas digitais no processo educativo. A tecnologia que antes era vista, muitas vezes, como algo que afastava os sujeitos do convívio social, nesse momento de transição das atividades letivas para casa, apresenta-se como um benefício coletivo para o processo educacional, desde que planejado pedagogicamente (SANTOS JUNIOR; MONTEIRO, 2020).

A compreensão fenomenológica de como se age nos meios digitais pode revelar o sujeito ecológico que se expressa nas redes e promove seu diálogo mantido pelas tecnologias digitais. Assim, um novo modelo é apresentado: a Educação Ambiental de Alta Definição, que visa a integrar o virtual, o cenário socioeconômico, político e ambiental para aproximar o diálogo ambiental no cotidiano das pessoas (GUTIÉRREZ-PÉREZ, 2010). A Educação Ambiental de Alta Definição, de acordo com Gutiérrez-Pérez (2010), é aquela que penetra na vida diária das pessoas, em forma de mensagens, programas e atividades, com diferentes manifestações, sob variadas estruturas e suportes, lado a lado com as diferentes mídias, estratégias de marketing e instrumentos tecnológicos.

Nesse processo, as redes sociais demonstraram ter um papel de extrema relevância como ferramentas que podem contribuir para a difusão de conteúdos em EA, visto que essas tecnologias amplamente utilizadas adquiriram uma importância significativa atualmente, sendo a principal ferramenta utilizada por diversos setores públicos e privados, além da utilização pessoal daqueles que aderiram ao isolamento social em tempos de pandemia (OPAS, 2020). De acordo com os dados obtidos na pesquisa, podemos observar o alcance considerável dos conteúdos ambientais postados nas redes sociais, identificando uma dificuldade quanto ao alcance dos vídeos publicados pela plataforma do *YouTube*. Nesse caso, pode-se observar essa diferença comparando com a plataforma do *Instagram*, tendo 445 visualizações e 4.499 visualizações, respectivamente. Os vídeos tiveram uma recepção distinta nas duas plataformas até o início de julho de 2021. Diante

das constatações observadas pela diferença de visualizações no *YouTube* e no *Instagram*, podem-se apontar as seguintes hipóteses: I) o *Instagram* facilita a interação entre o público e quem criou a publicação, e tem pouca burocracia; já a plataforma *YouTube* permite interações entre o produtor do conteúdo e o público apenas para o canal que tiver a partir de 1 milhão de inscritos; e, II) o *Instagram* é a segunda rede social com maior engajamento por publicação, tendo 1 bilhão de usuários ativos (WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE, 2019).

Devido à impossibilidade de encontros presenciais, as secretarias de meio ambiente, urbanismo e sustentabilidade do Ceará, Novo Hamburgo, Fernando de Noronha e Presidente Prudente buscaram desenvolver o conceito de Educação Ambiental de Alta Definição (GUTIÉRREZ-PÉREZ, 2010). Com isso, adotaram estratégias para, mesmo passando por uma crise sanitária mundial, poder continuar desenvolvendo as Semanas de Meio Ambiente durante os anos de 2020 e 2021, utilizando-se dos instrumentos tecnológico, da internet e de estratégias de marketing para divulgação da programação e do conteúdo.

Segundo Cafardo (2020), os secretários de educação e as entidades da sociedade civil, durante a pandemia da covid-19, precisaram realizar uma articulação mais intensa para oferecer educação a distância, ou seja, tanto a Prefeitura do Natal utilizou-se de novas ferramentas e tecnologias quanto outras prefeituras se viram pressionadas a usar para tentar destacar a educação ambiental como uma educação contínua, visto que, na contemporaneidade, o cidadão está cada vez mais conectado, consequentemente, há uma exigência para o desenvolvimento de conhecimentos e competências específicas que precisam ser trabalhados.

Nessa perspectiva, os usos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foram pensados como uma possibilidade de discutir temas e conteúdos relevantes, nesse âmbito, o *podcast*, que é um processo mediático que emerge a partir da publicação de arquivos áudio na internet (PRIMO, 2005), pode ser escutado utilizando smartphone, tablet ou computador. Essa é uma ferramenta positiva, visto que, pela sua linguagem, viabiliza explorar um universo didático-pedagógico que possibilita entender, de uma forma interdisciplinar, juntando a linguagem verbal e não verbal, como ocorre com a música, tendo como objetivo a construção do saber e a ampliação do senso crítico. A tecnologia que antes era vista, muitas vezes, como algo que afastava os sujeitos do convívio social, no período de pandemia, apresentou-se como um bem coletivo para o processo educacional, desde que planejado pedagogicamente (SANTOS JUNIOR; MONTEIRO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados revelam que a necessidade de isolamento social durante a pandemia da covid-19, nos anos de 2020 e 2021, provocou uma redução no número de ações de educação ambiental realizadas pela SEA da Semurb/Natal, com uma queda de 10 projetos e ações de promoção contínua para três projetos e mais a realização da Semana de Meio Ambiente. Ademais, o Setor identificou a necessidade de recorrer às estratégias interdisciplinares de

educação ambiental para ampliação e continuidade nas ações de sensibilização, mesmo vivendo tempos de pandemia, por isso, há a necessidade de debater sobre as limitações e possibilidades de educação ambiental.

Importante ressaltar que mesmo em tempos de crise sanitária, o governo municipal não pôde se omitir diante da falta de sensibilização ambiental e buscou novas plataformas tecnológicas para a difusão da educação ambiental, realizando projetos e ações no formato remoto. Nesse caso, as redes sociais se configuraram como uma nova ferramenta para mediar ações de Educação Ambiental.

Entendemos que os materiais didáticos e digitais – tais como: mapas interativos; plataformas de transmissão de aulas e palestras, como o *Google Meet*, *Zoom*; plataformas de streaming, como *Spotify*, *Google Podcast* e *Deezer*; e, redes sociais como a plataforma *YouTube*, *Instagram*, ou até o *Facebook* – são ferramentas úteis para a construção de saberes socioambientais especializados, possibilitando inúmeras formas de apresentação dos dados, fazendo com que os usuários possam ficar mais instigados com o conteúdo. Esses materiais auxiliam na visualização dos dados educacionais de modo mais próximo aos atuais hábitos perceptivos da comunidade escolar, estatal e institucional, imersa no mundo multimídia.

Consideramos que a produção de um material didático que possa auxiliar a difusão de conhecimento, no sentido da construção de uma Educação Ambiental participativa e emancipatória, está relacionada também com a inserção do lúdico e da percepção da tecnologia e inovação como uma ferramenta cognitiva. Dessa forma, o conteúdo audiovisual e o compartilhamento das informações, podem propiciar a sensibilização e a educação ambiental nas redes.

As crises nos fazem refletir e nos moldar a novas perceptivas. Percebeu-se que a pandemia acentuou a aproximação por meio da internet. Desse modo, as pessoas estão tendo maior acesso às redes sociais e ao meio virtual como um todo, sendo propício realizar ações virtuais de educação ambiental utilizando essas ferramentas. É possível observar o quanto as ferramentas virtuais estão sendo utilizadas e aceitas nesse período de distanciamento físico. No período após a pandemia de covid-19, o processo de educação ambiental poderá ser feito no formato virtual, utilizando-se novas tecnologias e redes sociais para maior aproximação com o público e com um maior alcance em um curto espaço temporal.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JUNIOR, S.; SILVA, M.S.; POPOLIM, R.S.; GONÇALVES, C.R.; MELO, M.R.S.; BULGO, D.C. Dissemination of knowledge and scientific production in professionalizing courses: a report of experience. **PubSaúde**, v. 2, p. a008, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.31533/pubsaude2.a008>
- BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: A necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 2018.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.
- BRASIL. **Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)**. Portfólio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: PNEA, 2006. (Documentos, n. 7).
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação, 2005.
- CAFARDO, R. **Educação a distância para alunos de escolas públicas deve ser feita por meio de celulares**. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/educacao-a-distancia-para-alunos-de-escolas-publicas-deve-ser-feita-por-meio-de-celulares/>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- CARDIM, T. C. G. **Impactos da tecnologia nas relações laborais**: da urgente necessidade de regulamentação do direito à desconexão digital. 2021. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2021.
- GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GUO, Y-R.; CAO, Q-D.; HONG, Z-S.; TAN, Y-Y.; CHEN, S-D.; JIN, H-J.; TAN, K-S.; WANG, D-Y.; YAN, Y. The origin, transmission and clinical therapies on coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak –an update on the status. **Military Medical Research**, v. 7, n. 1, p. 1-10, mar. 2020.

GUTIÉRREZ-PÉREZ, J. Narrativas virtuales para la reconstrucción del Sujeto Ecológico de nuestro tiempo. **Polis**, Santiago, v. 9, n. 27, p. 129-150, 2010.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

NATAL (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Anuário de Natal 2011-2012**. Natal: SEMURB. 2011

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 2 ago. 2023.

PRIMO, A. F. T. Para além da emissão sonora: as interações no podcasting. **Intertexto**, Porto Alegre, n. 13, p. 1-17, 2005.

ROTHAN, H. A.; BYRAREDDY, S. N. The epidemiology and pathogenesis of coronavirus disease (COVID-19) outbreak. **Journal of Autoimmunity**, v. 102433, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jaut.2020.102433>

ROYSEN, R. **Por uma transição das práticas sociais**: de Bourdieu à Covid-19. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342562014_Por_uma_transicao_das_praticas_sociais_de_Bourdieu_a_Covid-19. Acesso em: 2 ago. 2023.

SALAZAR, J. M. L.; BARROGA-JAMIAS, S. Youtube for the environment: characteristics, themes and communication approaches of Philippine biodiversity videos. **Asia Life Sciences**, v. 23, n. 1, p. 267-84, 2014.

SANTOS JUNIOR, V.B.; MONTEIRO, J. C. S. Educação e Covid-19: As tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar Educação, Cultura e Sociedade**, Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 1-15, jan./dez.2020.

SINGHAL, T. A Review of Coronavirus Disease-2019 (COVID-19). **Indian Journal of Pediatrics**, v. 87, n. 4, p. 281–286, 2020.

SORRENTINO, M. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELAVAN, T. P.; MEYER, C. G. The COVID-19 epidemic. **Tropical Medicine & International Health**, v. 25, n. 3, p. 278–280, 2020. <https://doi.org/10.1111/tmi.13383>

VO, K.; SMOLLIN, C. Online social networking and US poison control centers: Facebook as a means of information distribution. **Clinical toxicology**, v. 53, n. 5, p. 466-469, 2015.

WE ARE SOCIAL AND HOOTSUITE. **Digital in 2019**: global overview 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2019/04/the-state-of-digital-in-april-2019-all-the-numbers-you-need-to-know>. Acesso em: 2 ago. 2023.

YANG, Q.; YANG, F.; ZHOU, C. What health-related information flows through you every day? A content analysis of microblog messages on air pollution. **Health Education**, v. 115, n. 5, p. 438-454, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MST, LUTA DE CLASSES E IDENTIDADE NACIONAL NA QUESTÃO AGRÁRIA

MST, CLASS STRUGGLE AND NATIONAL IDENTITY ON THE AGRICULTURAL QUESTION

Tiago Tavares e Silva (UFRN)¹
<http://orcid.org/0000-0003-0641-5189>

O proletariado de cada nação tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia.

Karl Marx

RESUMO

O presente trabalho tem como maior objetivo analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua relação com a reforma agrária a partir da ideia de nação. Na década de sua emergência, anos 1980, o nacionalismo brasileiro estava profundamente atrelado aos anseios por democracia e esta se constituiu em uma espécie de linguagem política do período que abarcava não apenas o MST mas também setores conservadores da política brasileira. O MST desenvolve, então, uma forma de perceber sua função social diferentemente dos movimentos que o antecederam, como as Ligas Camponesas, incorporando o elemento da nação como capital político para fortalecer sua práxis.

Palavras-chave: MST; nacionalismo; reforma agrária; democracia.

ABSTRACT

This work has as objective to analyze the social movement called Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra and their relation to land reform from the idea of nation. In the decade of its emergence, 1980, Brazilian nationalism was deeply tied to aspirations for democracy and this consisted of a kind of political language of the period that included not only the MST, but also conservative sectors of Brazilian politics. The MST then develop a way to realize their different social function of the movements that preceded it as the Ligas Camponesas, incorporating the element of the nation as political capital to strengthen their praxis.

Keywords: MST; nationalism; agrarian reform; democracy.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra eclode na década de 1980 como o maior representante das lutas sociais por terra no Brasil. Mais que isso, pois antes dele não existia uma questão agrária como problema nacional tal como a entendemos contemporaneamente, isto é, com certa unidade em torno do território nacional e de um movimento social por terra. Os conflitos de terra eram vistos como locais e pensados também de modo local. O MST se percebe como continuador de uma luta secular, anterior à sua fundação, o que gera uma identidade que dá sentido a suas reivindicações, ligando o movimento aos quilombos e sociedades indígenas. O pensamento conservador corrobora essa percepção em certo sentido, atrelando o movimento a um dos entraves para o crescimento nacional. Começa a surgir em torno do MST duas distintas concepções de *nação*, ligadas, respectivamente, a diferentes *classes sociais*. Uma análise sobre o caráter *nacional* do MST a partir das diferentes visões de classe é o objeto deste artigo.

Não entraremos no mérito do desgastado debate sobre realidade/discurso. Não é também uma questão de procurar uma ruptura, ou argumentar favoravelmente sobre uma possível continuidade. Por nossa opção pela dialética, percebemos o MST como uma *superação* das Ligas Camponesas e dos demais movimentos agrários. O ponto central é a formação de identidades do MST ligada à questão agrária como um problema nacional relativa a diferentes classes sociais, ou seja, o objeto de estudo deste texto propriamente dito. Para isso, contamos com a análise do discurso midiático conservador que vê o Movimento como “um problema nacional”, representado pela Revista *Veja*; e do discurso do próprio MST, que se enxerga “herdeiro de uma tradição *nacional* de lutas”, tomando por base a publicação anual *Conflitos no Campo Brasil 98*, além de textos do *site*, gráficos explicativos, bandeiras e hinos desse movimento. As manifestações serão entendidas em relação aos interesses e posicionamentos político-econômicos das classes sociais no sentido desenvolvido por Karl Marx.

Mas, antes de prosseguirmos, faz-se necessária uma reflexão justamente sobre o que constitui uma *nação* e o que alimenta o *nacionalismo*; mais precisamente: *o que é uma nação? O que é o nacionalismo?* Essas questões foram pensadas, nesses termos, e com considerável intensidade, apenas recentemente, há cerca de quarenta anos. Isso é muito pouco quando levamos em conta que o pensamento corriqueiro sobre a origem do tema, mais propriamente a origem da *nação*, perde-se em um tempo remoto, milenar. Essa análise reflexiva tardia permanece mesmo quando consideramos, com grande parte da produção teórico-acadêmica, a origem bem mais recente da questão da formação da ideia de *nação*, fins do século XIX², ou seja, apenas depois de um século da formação da *nação* no sentido contemporâneo é que houve uma reflexão teórico-científica sobre o tema.

A constituição da *nação* ocorre depois da consolidação do Estado moderno, ao contrário do que se costuma imaginar. O Estado cria a *nação*, assim como cria a língua,

² Eric Hobsbawm (1990) aponta, como outros autores, o ano simbólico de 1884, quando, pela primeira vez, o Dicionário da Real Academia Espanhola usa a terminologia contemporânea de Estado, *nação* e língua e a igualmente contemporânea relação entre eles. Dentro da variação de significados anteriores, havia em comum que nenhum considerava uma unidade relativamente homogênea de grupo tão grande quanto a que cobre extensões de terras hoje identificadas com os países ou mesmo equivalentes a eles.

e não o oposto, como afirma Eric Hobsbawm, mesmo que haja particularidades diversas em cada caso. Entre essas dificuldades tem-se o fato de a literatura liberal tomar como óbvia a ideia de nação e, por isso, não procurar explicá-la, e o alto grau de analfabetismo que ainda predominava no tempo de concepção da nação. Nesse ponto, não é necessário mais detalhamentos.

Importa pensarmos: como grandes contingentes populacionais se sentem pertencidos a uma unidade, ainda que com pessoas que nunca viu e certamente não verá no decorrer da vida? Como essa unidade, dentro de determinado momento histórico e suas particularidades, produz certo capital político ou, em outros termos, uma motivação política? Para a primeira questão, Benedict Anderson usou o termo “comunidade imaginada” na direção de quebrar o maniqueísmo comunidade real x comunidade inventada; assim, *toda* comunidade com um número de pessoas suficientemente grande para que nem todos possam se conhecer concebe “a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2010, p. 32). É justamente a forma peculiar de se imaginar de cada sociedade, segundo Anderson, o que as diferenciam.

Para a segunda questão, que parece conter parte da resposta da primeira, tomemos um trecho de Eric Hobsbawm que pode esclarecê-la em um tom pragmático: “os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e pode operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos” (HOBSBAWM, 1990, p. 63). Essa ideia parece elucidar um pouco o ponto o porquê de uma comunidade se imaginar *desta* forma e não *daquela* ao conceber suas relações nacionais em substituição de outras (presenciais) erradicadas pelo passar do tempo, como pensou Hobsbawm. A nação deve ser percebida a partir de relações concretas materiais e nessas relações de classes sociais se desenvolvem e tecem seus sentidos; ou seja, a república (como a nação), por exemplo, não é apenas uma república, mas escamoteia uma ligação com uma classe: “a *república burguesa* representava o despotismo irrestrito de uma classe sobre as outras classes” (MARX, 2011, p. 36, grifo do autor).

Essa relação – Estado moderno, povo e sentimento de pertencimento à nação – foi nomeada por Hobsbawm como “protonacional” e tipificada em duas pelo mesmo autor em laços supralocais, que são as que vão além dos espaços concretos habitados na vida (como a devoção a um lugar sagrado além da vida); e os laços de grupos ligados de forma mais direta e institucional a um Estado-nação, com grande possibilidade de ter popularidade e esta se estender consideravelmente. Nesse caso, ainda não estamos falando da afinidade nação-território, surgida tempos depois.

A conexão entre nação e território e o sentimento de pertencimento a ambos, o nacionalismo, surge com o Estado nacional no século XIX e tem na língua e etnia elementos agregadores desse sentimento, embora não causadores deste nem mesmo suas estruturas essenciais. Isso porque

Onde não existem outras línguas no mesmo espaço, o idioma próprio de cada um não é tanto um critério de grupo como algo que todas as pessoas possuem, igual às pernas. Onde muitas

línguas coexistem, o multilinguismo pode ser tão normal que constitui, de modo bastante arbitrário, uma identificação exclusiva com qualquer idioma. [...]. As populações dos grandes Estados-nações territoriais são quase invariavelmente muito heterogêneas para reivindicar uma etnicidade comum [...] (HOBSBAWM, 1990, p. 63).

Sendo assim – e considerando o MST um movimento nacionalista ou (para não confundirmos com outros tipos de movimento assim identificados, como os separatistas) de *caráter nacional* – quais seriam seus fatores agregadores? O que faz do movimento uma comunidade imaginada (para repetir o questionamento de Hobsbawm a partir do termo de Anderson, dois grandes clássicos sobre o tema)? A resposta constitui o objetivo maior deste artigo. Por ora, indicamos a *associação entre classe social, campesinato e naturalidade voltados para o valor de democracia e a reforma agrária*.

É de longa tradição na história do Brasil a ocupação de terra. Esse fator de uso da terra, de fixação nela e do decorrente sustento familiar, por si só, nunca alteraram o sentido de propriedade da terra, pois a Lei nº 601, promulgada por Dom Pedro II em 1850, conhecida como *Primeira Lei de Terras*, apesar de regulamentar a propriedade pelo uso, cobrava altas taxas de quem fosse oficializar a posse de suas terras, o que terminou por desfavorecer os agricultores pobres. “Em razão de a Lei de Terras ser tão discriminatória, surgiram, no final do século passado, os primeiros grandes movimentos camponeses [...]” (STÉDILE, 1997, p. 11). Esses movimentos camponeses citados por Stédile eram os regionais, e, por isso, não pensavam transformações para o Brasil como Estado-nação.

Com a Constituinte de 1946 e a proposta de Luís Carlos Prestes de que todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas pelo Estado e distribuídas entre camponeses pobres, desenvolveu-se o conceito do *uso social da terra*. A terra era pensada, a partir dessa ideia, como um bem social, com a função de gerar alimentos e sustento de famílias, e no latifúndio improdutivo seu oposto. Essa proposta, apesar de ter aberto certos precedentes, como o que “o governo poderia desapropriar terras, se isso fosse de interesse social” (STÉDILE, 1997, p. 12), não foi aprovada, o que indica não só o caráter conservador do Parlamento no período mas também a fraqueza da pressão política e social na direção contrária no que diz respeito especificamente à reforma agrária.

Até então, década de 1960, a reforma agrária era um dos pontos dos partidos de esquerda e eram esses mesmos partidos que organizavam localmente os diversos movimentos. A União de Lavradores e Trabalhadores do Brasil (Ultab) era coordenada pelo Partido Comunista Brasileiro; o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) era dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O mesmo ocorreu, pouco depois, com as pastorais da Igreja Católica que criaram e coordenaram as Frentes Agrárias Católicas: Frente Agrária Gaúcha (FAG); Serviço Pastoral de Pernambuco (Sorpe); e Serviço de Apoio no Rio Grande do Norte (Sarn). Como se pode observar, todos eles fazem referência ao estado de atuação: Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente. A questão agrária, se não é mais local, ainda é estadual.

As Ligas Camponesas começaram com reivindicações locais no Estado de Pernambuco decorrentes do crescente processo de exclusão sofrido pelos trabalhadores

rurais causado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, mais concreta e especificamente a expulsão gradativa de foreiros. Seu primeiro indício se dá no Engenho Galiléia, município de Vitória do Santo Antão, a aproximadamente 60 km de Recife, em meados dos anos 1950.

José Hortêncio, não podendo pagar, [...] é ameaçado de expulsão pelo dono da terra. Procura José dos Prazeres, antigo membro do Partido Comunista, agora dedicado a contactar camponeses em litígio com os proprietários. Estes, percebendo que não se trata de um caso isolado, mas que a situação é vivenciada por inúmeros foreiros do engenho, propõe-lhe a formação de uma sociedade, com o fim de adquirir um engenho, para que todos se livrem do pagamento da renda e da ameaça de expulsão. Era maio de 1954 (BASTOS, 1984, p. 18-19).

A partir desse evento, o número de foreiros e o grau de organização do incipiente movimento cresceram, notadamente após procurarem o deputado Francisco Julião que, além da defesa jurídica, intercede pelo grupo na Assembleia Legislativa. As defesas dos camponeses feitas por Francisco Julião e sua perseguição pela Polícia Federal comprovam que, mesmo no campo da legalidade, os interesses dos latifundiários estavam acobertados pelo Estado brasileiro. Esses foreiros defendidos pelo deputado passaram a ser conhecidos por “galileus” e a imprensa nomeia o grupo deles de “Liga Camponesa”, relembrando o nome de antigas ligas camponesas organizadas pelo PC no mesmo estado.

Nesse momento, o movimento tem como objetivo a terra para produção e comercialização, sem grandes questionamentos sobre fatores estruturantes da produção agrícola ou intenção de se articular e se expandir como movimento social. Não havia uma ideologia de movimento social, mas, sim, individualista, que escamoteava as relações de dominação no campo e deixava o trabalho como algo isolado, uma realidade e necessidade de cada um, principalmente por certas características que o trabalhador rural, quando dono de sua terra, tem em seu ofício, como o não cumprimento de horários ou a possibilidade de ser demitido. Identificamos, assim, no relato de um camponês do Galileu sobre o trabalho: “O bom é trabalhar quando se quer, não ter patrão, e se a gente perde o sítio fica cativo, e deixa de ser dono de si” (BASTOS, 1984, p. 39). Não há, portanto, as noções de classe e qualquer organização, mesmo regional, nesse primeiro período das Ligas Camponesas. Ou, nos termos de Marx, as Ligas não constituíam uma *classe para si*, mas *classe em si*.

Nos anos seguintes, ocorre uma nova fase, quando as Ligas passam à categoria de organização regional, e, segundo os critérios de Elide Bastos, aparelhada pelo PC. Sucede, de forma geral, uma preocupação com a questão agrária no Nordeste. Exemplo disso é um congresso ocorrido em Recife sobre a questão agrária que teve como resultado o documento *Carta de Salvação do Nordeste*. Mesmo sendo um encontro nacional, o foco é uma região. A própria composição política que fortalecia o movimento em âmbito regional era inviável no nacional³.

³ A aliança política se constitui com membros do PTB, PCB, UDN, PSB e PSP a partir de uma lógica desenvolvimentista dos anos 1950, objetivando à modernização do campo no Nordeste. Cid Sampaio, governador de Pernambuco pela UDN, possuía aliança com membros da esquerda que era impossível de ser feita nacionalmente, como observa Elide Bastos.

Ainda seguindo a divisão de Bastos, há uma expansão nacional. Para a autora, essa expansão ocorre paralelamente à adoção da ideia de reforma agrária, e não mais exclusivamente pela conquista de direitos. Com isso, surge uma definição mais clara na ideologia e, conseqüentemente, nas estratégias de ação coletiva. Em resposta, setores conservadores reprimem o movimento de diversas formas: armando funcionários no campo e promovendo assassinatos dos membros das Ligas; controlando institucionalmente as lutas mais radicais por terra com projetos comedidos de reforma agrária; considerando a questão como simples extensão de direitos trabalhistas ao campo etc.

No entanto, essa *fase nacional* possui limites significativos não considerados por Bastos. Primeiro, como indica o próprio nome, as Ligas Camponesas, não por acaso no plural, ainda formam um aglomerado de pequenos movimentos, mesmo que com um objetivo comum. Segundo, na direção política das Ligas, não havia consenso em como proceder para fazer a reforma agrária. Uma ala, dirigida pelo PCB/UltaB, considerava a reforma agrária parte de um programa maior ou um estágio de desenvolvimento de uma transformação social maior; outras lideranças, atreladas mais diretamente às “ligas”, defendem que a reforma agrária traria necessariamente uma grande e estrutural mudança na sociedade. Não havia, nesse sentido, uma independência organizativa das Ligas, como podemos perceber em um documento do Exército do Brasil ao afirmar que “as Ligas Camponesas são organizações auxiliares do Partido Comunista” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1964). Terceiro, não havia uma identidade nacional traduzida em símbolos de unidade, como uma bandeira.

No Período do Regime Militar, especialmente entre os anos de 1967 e 1973, a questão agrária foi reprimida e houve um enfraquecimento das Ligas Camponesas. No período citado, apesar da desvalorização do governo na questão agrária, seu posicionamento foi de valorização da questão agrícola⁴. Paralelamente à repressão política, havia um entusiasmo de grande parcela da população com a ditadura e uma hegemonia ideológica em torno do ufanismo promovido pelos militares. Era forte a crença no futuro do país e que esse futuro já estava, em parte, no presente com certos avanços na economia, na urbanização, no esporte, por exemplo.

Nesse período, que ficou conhecido como o do “milagre brasileiro”, pouco se falou da questão agrária. Em parte porque a repressão política não deixava falar de quase nada. Mas em parte também porque muitos achavam que a questão agrária tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola ocorrido no período do milagre (SILVA, 1982, p. 8).

Com a emergência do MST nos anos 1980 a questão ganha novos contornos. A própria ideia de propriedade da terra vem associada à de ocupação e o uso social, atrelado à noção

⁴ Há uma diferenciação entre os termos “questão agrícola” e “questão agrária”. O primeiro se refere à própria produção: seus meios tecnológicos, quantidade e qualidade. O segundo diz respeito às relações de produção: trabalhadores, latifundiários, Estado etc. Autores como José Graziano da Silva e Ignácio Rangel destacam essa diferenciação.

de democracia, se firma enquanto parte do conceito dessa propriedade, conforme podemos ver na Constituição Federal de 1988:

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Considerando o exposto, se o conceito de propriedade pode indicar, reforçado por grande bibliografia⁵, que a ocupação da terra tem raízes anteriores ao MST, isso se dá de forma não unificada, ainda que recorrente. Como vimos, havia vários movimentos regionais como o Master e as Ligas Camponesas ou ocupações feitas por grupos não institucionalizados. Eram ocupações frequentes, mas não unificadas, postas como um problema nacional, da extensão nacional ou, ainda, de um país que não distribuiu equitativamente sua terra para seu povo. É nesse ponto que entra em cena o MST.

A maior unidade em torno da reforma agrária se deve a vários fatores. Os movimentos em questão, anteriores ao MST, além de regionais, como já visto, eram essencialmente sindicais e corporativistas, não raro, individualistas. Para esses movimentos, a conquista da terra de seus membros encerrava o processo de luta. No caso do MST, o sindicalismo (reivindicações diversas após o assentamento, tais como crédito para produção) é uma parte do movimento. Na verdade, nem a conquista da terra nem o atendimento das reivindicações pós-assentamento representam a etapa final. Essa não é uma reivindicação corporativista ou sindical e sim *classista*: “O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com interesses de classe” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 35).

Como representação de classe, o movimento sai da seara regional, deixa de incomodar apenas o latifundiário alvo de ocupação e passa a ser um ator nacional, que coloca em xeque estruturas culturais, econômicas e sociais do capitalismo. Por isso, é rechaçado como ameaça ao desenvolvimento da nação por diversos setores da direita brasileira. O MST constitui o primeiro grande projeto político de transformação nacional a partir da reforma agrária.

Inicialmente, temos uma sigla sem referência a um estado, a uma região: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ainda que não tenha “nacional” ou “brasileiro”, a não regionalização acabou por tomar esse efeito potencializado pela exposição na mídia nacional. Em seguida, veio o desenvolvimento de seus símbolos e mística, como a bandeira e o hino. Por fim, há o fato de ter surgido ligado a uma Igreja de grande força nacional, como veremos mais adiante.

⁵ João Pedro Stedile, Bernardo Mançano Fernandes, Ademar Bogo, João Graziano da Silva, entre outros.

O MST DE DENTRO E FORA: AS REVISTAS *VEJA* E *CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 98*

O MST sempre teve destaque na grande imprensa e isso já é um considerável indício de sua força política. Como disse Bruno Konder (2001, p. 4), “a presença do MST nos editoriais dos jornais mais importantes do país já constitui uma prova bastante conclusiva da sua relevância como ator político na cena nacional”. A Revista *Veja*, diante do crescimento do MST como organização social, não ficou indiferente. Essa revista será analisada como veículo de informação de direita, tais quais outros de grande circulação nacional. Sua seleção foi feita por, basicamente, dois critérios: é a revista com maior circulação nacional; possui um caráter ideológico bastante claro, agressivo até, embora procure escamoteá-lo a partir do discurso de “imparcialidade”. Além de pequenos artigos e notícias, fez matérias de capa, das quais analisaremos duas, a edição 1.648, ano 33, de 10 de julho de 2000, e a edição 1.549, ano 31, de 3 de julho de 1998.

Sobre a “imparcialidade”, consideraremos a análise do discurso, notadamente pela contribuição teórica de Mikhail Bakhtin. Para o autor, a língua, apesar da chamada superestrutura, não é um simples reflexo desta, mas um composto de múltiplos significados que reflete os conflitos sociais e por estes é refletido dialeticamente. Os sentidos da fala não são fixos, estão em constante movimento, tal como a própria sociedade e sua correlação de forças. Nas palavras de Karel Kosik (2010, p. 30): “Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências [...]”. Nos enunciados, quando emitidos ou recebidos, estão as classes e seus conflitos.

Esse enunciado, por ser social, também é ideológico, ou seja, mesmo quando é mais individual também tem relação processual com posicionamentos de classes sociais ou grupos no interior dessas classes (por eles e/ou para eles). Nesse sentido, a imparcialidade não se sustenta; ela se mostra, contrariamente, um discurso frágil, mormente utilizado para encobrir os posicionamentos políticos e dar a eles mais legitimidade. É o caso de, muitas vezes, a grande mídia, ao noticiar o MST, usar a expressão pejorativa “invasão” no lugar de “ocupação”, evidenciando que o discurso midiático “imparcial” encobre preconceitos e interesses de classe. Invadir significa entrar sem autorização em local que não lhe é permitido, que não é seu; ocupar é entrar e tomar para si algo que é seu, no caso do MST, assegurado e regularizado pela própria Constituição Federal de 1988 nos Artigos 184 até 191. Assim, segundo Bakhtin, o enunciado do indivíduo

[...] não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. [...] O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido. [...] O signo e a situação social estão indissolúvelmente ligados [por isso] a palavra é o signo ideológico por excelência (BAKHTIN, 1999, p. 16).

Essa ideia de parcialidade/imparcialidade foi observada por Hegel. Para ele, ao produzir a análise de determinado objeto, quem o faz parte de uma concepção desse mesmo objeto, que necessariamente entra em um processo de inclusão e exclusão de fatos e percepções⁶. A esse respeito, Hegel afirma ainda que:

Deve-se admitir como legítima a exigência de que uma história – seja qual for seu objetivo – narre os fatos sem parcialidade, sem que por meio dela prevaleça um interesse ou fim particular. Mas com o lugar comum de semelhante exigência, porém, não se vai muito longe. *De fato, a história de um objeto está intimamente conexa com a concepção de que dele se faz.* Segundo tal concepção, determina-se já o que se considera importante e conveniente para o fim, e a relação entre o acontecido e o mesmo fim suscita uma seleção dos fatos que se devem narrar, uma maneira de os compreender, pontos de vista sob os quais se englobam (HEGEL, 2005, p. 12, grifo nosso).

Corroborando o filósofo e ainda embasados em Bakhtin, analisaremos os discursos de transformação social do Brasil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Revista *Veja* sobre o Movimento, relacionando-os com determinado aspecto ideológico, progressista e conservador, respectivamente. Os diferentes termos usados, alguns dados ditos ou omitidos, as formas como se dispõem dados em gráficos ou como pensam o Brasil serão levados em consideração no modo como utilizaremos o método. Nesse sentido, é possível afirmar que “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa respostas e objeções potenciais, procura apoio etc.” (BAKHTIN, 1999, p. 123).

A edição de 2000 da Revista *Veja* traz na capa a bandeira do Movimento com a seguinte chamada: “A TÁTICA DA BADERNA: O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista”. Como já vimos, o socialismo não é algo que é negado pelo MST, pois está em seu programa. A reforma agrária é um caminho para o socialismo, mas ela também é, por si só, considerada necessária. Dentro da revista, na matéria de capa, o título é “Sem Terra e Sem Lei”. O texto inicia admitindo a desigualdade social no país e a grande concentração fundiária: “A má distribuição de terras no Brasil tem condições históricas, e a luta pela reforma agrária envolve aspectos políticos e sociais [...] Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é dos maiores desafios do Brasil” (VEJA, 2000, p. 42). A revista utiliza o tempo na grande escala ao citar as “razões históricas”, o que minimiza a omissão do Governo Fernando Henrique Cardoso com a reforma agrária, mesmo este já estando seis anos à frente do executivo federal na data de publicação da edição.

Em contrapartida, inicia a justificativa de uma possível inviabilidade da reforma agrária:

A reforma agrária saiu da agenda dos países desenvolvidos há mais de vinte anos. Ou já tinha sido feita, ou não fazia mais sentido como fator de desenvolvimento. Até a década de 60,

⁶ Hegel não critica a noção contemporânea e conservadora de imparcialidade da qual trata Bakhtin. Seu objetivo último é que, para escrever a história da filosofia, necessariamente se exclui algo dentro do “material infinito e dos múltiplos aspectos da formação espiritual dos povos” (HEGEL, 2005, p. 14). Nesse processo, assim como em qualquer narrativa, no sentido mais amplo do termo, partimos de noções prévias para selecionar fatos e como os tratar.

distribuir terras garantia um aumento na produção agrícola dos países. Depois, com o aumento da produtividade, garantiu-se o abastecimento não pela repartição da terra, e sim pelo uso da tecnologia (VEJA, 2000, p. 43).

O desenvolvimento tecnológico do meio agrícola não significou desenvolvimento social, mas, ao contrário, desemprego estrutural, uso de agrotóxicos, maior concentração de renda e maior produção de alimentos transgênicos. O discurso de que a reforma agrária é uma agenda do passado e que não é mais viável hoje, paradoxalmente, mascara a defesa da estrutura conservadora de um país ainda latifundiário. O discurso que se mostra progressivo e atento ao desenvolvimento tecnológico, na verdade, fortalece uma ideologia conservadora, de direita.

Esse discurso visa a enfraquecer o MST, incentivando todas as medidas do governo nesse sentido. Uma delas é a descentralização e fragmentação da reforma agrária, justamente o caminho contrário construído pelo movimento. Na mesma matéria, a revista cita Fernando Henrique Cardoso:

“O Brasil cansou da falta de respeito à liberdade, da transformação da liberdade de uns no constrangimento de outros. O Brasil e o presidente não vão mais admitir que funcionários públicos sejam reféns de gente que faz baderna em nome de uma causa que em si é justa” disse o presidente. [...] O governo demorou muito tempo para resolver que as invasões promovidas pelos sem-terra em prédios públicos, algumas com quebradeira, exigiam reação severa das autoridades (VEJA, 2000, p. 46).

Novamente, é o “Brasil” que ganha voz pela revista e pelo presidente ao negar o MST, no caso, justamente com um projeto de diminuir seu caráter nacional. Desse modo, a *Veja* reforça as atitudes contrárias ao Movimento, inclusive sugerindo que são tardias, que “o governo demorou muito”. O valor abstrato da liberdade, valor máximo do neoliberalismo, é reforçado por Fernando Henrique Cardoso e a *Veja*, colocado em oposição ao MST. De um lado, está um Brasil democrático e moderno, que valoriza a liberdade; e, do outro, um Brasil atrasado que apela para formas autoritárias no seu fazer político. Embora maniqueísta, a revista critica essa atitude colocando-a como prática do MST: “Cria-se assim um mundo em que o MST desempenha o papel do Bem, num cenário maniqueísta em que o governo FHC é o mal” (VEJA, 2000, p. 48). Esses valores e as formas como são expostos cumprem uma *função política* que sempre acompanhou o desenvolvimento da burguesia, como observou Karl Marx.

A outra edição tem como tema o MST em um enfoque mais político e ideológico, com destaque para a liderança de João Pedro Stédile. Percebemos, no entanto, o mesmo ataque ao movimento: “Pois não é que uma bandeira tão arcaica, uma massa de pés descalços e uma estrutura tão antiquada agitam o Brasil de norte a sul?” (VEJA, 1998, p. 42). Ainda na primeira página da matéria, mencionam-se supostos “saques em Pernambuco”, “invasão à delegacia de polícia na Bahia” e “ocupação de agência bancária no Paraná” (VEJA, 1998, p. 42).

A tônica permanece: crítica feroz ao Movimento. Cabe, ainda, observar que a crítica vem sempre imbricada do aspecto nacional, ora exposto como “Brasil de norte a sul”, ora com uma sequência de fatos associados a estados distantes, espalhados pelo território nacional: Bahia, Pernambuco, Paraná. O MST constitui, para a direita, uma ameaça à nação; espalha-se, tal qual um vírus, e provoca inúmeros “sintomas”: instabilidade política, saques, ocupações etc.

Segundo a revista, a reforma agrária “é uma bandeira do século passado, fora de moda”, embora admita, paradoxalmente, que o nosso país é o “Brasil dos latifúndios”. Esse é apenas um exemplo de como se distorcem informações, afirma-se peremptoriamente que as lutas sociais são assuntos encerrados, do passado, mesmo que seus problemas estejam presentes no Brasil contemporâneo.

Mais especificamente sobre quem forma o MST, o texto afirma que “há de tudo: desempregados, analfabetos, agricultores arruinados, comerciantes sem eira nem beira, gente que foi bóia-fria ou veio de favelas nas grandes cidades” (VEJA, 1998, p. 42). Após essa classificação que reifica os militantes do movimento, pois são identificados com o pronome “tudo”, segue afirmando que a própria esquerda sempre julgou “impossível organizar e conduzir”, sem, claro, evidenciar de onde retirou essa informação ou como, a partir de deduções, chegou a essa assertiva. Ainda sobre as pessoas que formam o MST, cita Karl Marx, ao chamar esses indivíduos de *lumpen*, “o lixo de todas as classes”. Ora, para Marx, o *lumpen* não indica o grau de pobreza do indivíduo, mas o grau de desorganização perante a classe e o exercício de atividades marginais para sobreviver⁷; logo, se as pessoas do MST se organizam como movimento social que reivindica terra e a transformação social e são agricultores, podem ser qualquer coisa, exceto *lumpen*.

No texto do MST, *A reforma agrária necessária*, citado na mesma revista, logo em seu início afirma que “Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável”. A referência ao Brasil ou à condição de brasilidade é permanente em todo texto. Segundo a Revista *Veja*, trata-se de uma forma “arcaica” de enxergar o país. Contrariamente, o texto diz respeito, entre outras coisas, ao combate à escravidão, que, mesmo depois de tantas tentativas de criação de uma lei proibitiva mais severa, permanece existindo graças à força da bancada ruralista na câmara. Outro exemplo do Movimento que sintetiza bem a lógica do pensamento nacional, ainda na mesma revista, está na seguinte frase, se referindo à concentração de terra: “Esta estrutura, mantida a ferro e fogo, mostra a total incapacidade das elites brasileiras de pensar o Brasil para os brasileiros” (CHEMELLO, 1999, p. 5, grifo nosso).

As diferentes constituições correspondem a diferentes classes sociais. A Revista *Veja* representa uma classe, a burguesia, mas se apresenta como representante da nação inteira. Tal fator de tentativa de representatividade de classe ampliada a uma totalidade como nação ou povo já foi percebido por Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*:

⁷ Para mais detalhes sobre o conceito de *lumpen* e quem nele se encaixa segundo Karl Marx, ler o capítulo V de “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”.

Os democratas admitem que o seu confronto é com uma classe privilegiada, mas pensam que eles é que constituem o povo junto com todo o entorno restante da nação, que eles representam o direito do povo, que o seu interesse é o interesse do povo (MARX, 2011, p. 67).

Paradoxalmente, há algo em comum nas duas visões antagônicas, separadas por ideologias e projetos políticos opostos, sobre o que é o MST. Na sua própria visão, o movimento é uma continuação das lutas do passado, sendo seus militantes herdeiros dessas lutas, pois o elo entre elas é o território nacional, como podemos perceber pela fala de João Pedro Stédile no site do MST:

Mas seria injusto dizer que começamos ali [Cascavel, Paraná, 1984]. A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009).

Assim, o MST é identificado com o Brasil, nasce com o país e é anacronicamente referente a todo o seu território contemporâneo, mesmo antes de suas limitações geográficas, tais como conhecemos hoje, serem definidas. Trata-se de uma identidade espacial que não conhece as vicissitudes do tempo. Toda a sua renovação é vista como atualizações necessárias, adaptações e desdobramentos de uma luta secular, travada entre indígenas e portugueses, entre escravocratas e quilombolas. Leonardo Boff escreve em seu *site* algo que corrobora esse viés: “Vocês resgatam uma das mais ancestrais convicções da Humanidade: a Terra é um bem comum” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2014).

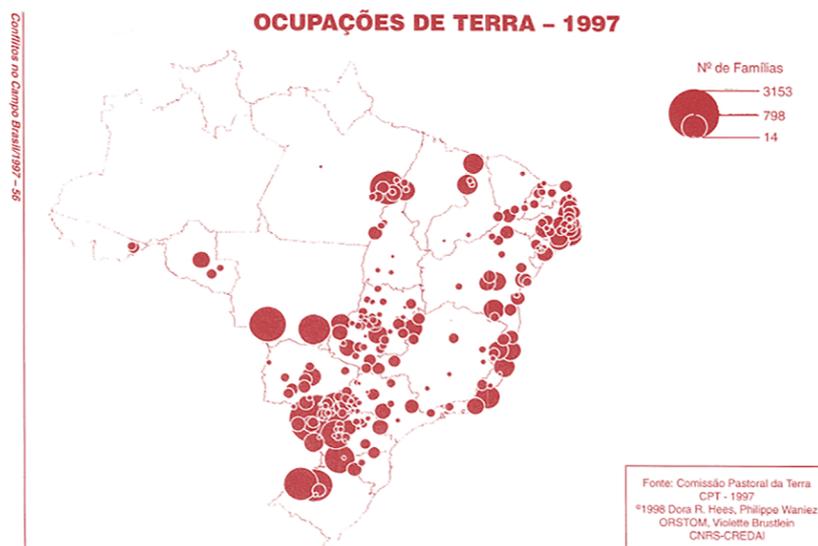
Nas edições da *Veja*, tidas como exemplo da grande mídia nacional e conservadora, também há essa identificação. Ao tentar desqualificar o movimento como campo válido de luta pela terra, a revista o associa a crimes, lembrando que recursos públicos passam pelo MST e, assim, mesmo que não tenha “invasões” ou “vandalismo” em todas as regiões ou cidades, cada brasileiro financia sem escolha essas supostas “ilegalidades”: “Ao ocupar um ministério, invadir uma fazenda, patrocinar um confronto com a polícia, o MST o faz com dinheiro de impostos pagos pelos brasileiros [...]” (GOVERNO..., 2009, p. 65). No recorte estudado, referente aos governos anteriores ao do Partido dos Trabalhadores (2003), essa relação entre custo do erário brasileiro pago por todos vai no sentido dos “prejuízos” causados mediante ocupações e problemas ocasionados na produção agrícola derivados da quebra de equipamentos ou interrupção do cultivo do latifúndio, por exemplo. Ou seja, se, em 2009, a lógica era de que o governo federal gastava dinheiro dos brasileiros com “crimes”, antes, sem tanta “culpa” do governo federal, esse mesmo “movimento criminoso” causava o mesmo prejuízo estendido a todos os brasileiros e ao governo brasileiro,

que deveriam ambos combater o movimento, cortando apoio e repreendendo com força policial, respectivamente. A questão do “problema nacional” sobreviveu na grande mídia, incorporando entre os culpados o governo federal a partir de 2003, mas que não será analisado profundamente neste estudo, justamente por se tratar de outra fase para o MST.

Assim, qualquer pessoa dentro do território nacional, segundo o olhar da revista, deveria revoltar-se contra o MST. O movimento prejudica todo o país, todos os cidadãos do território nacional, mesmo moradores de uma cidade ou estado onde nunca houve qualquer ação do movimento. É uma forma de legitimar também uma intolerância nacional, sem foco nas ações, mas no movimento como componente indesejado da política nacional, também como representante de uma classe indesejada que infesta o país, mesmo aqueles que não fazem parte do MST. Acabar com o MST seria uma espécie de eugenia política nacional e, acima de tudo, uma ação necessária. Não há uma divergência do caráter nacional do MST porque o conflito não está na identidade, mas na classe social na qual essa identidade se ancora.

Nas publicações do próprio movimento, mais precisamente da Comissão Pastoral da Terra, há o fator nacional. Desde os anos 1980, anualmente, é publicada a revista *Conflitos no Campo Brasil*. Trata-se de um material que traz uma série de tabelas, gráficos, porcentagens e dados diversos sobre as ocupações de terra e os conflitos no país, organizados por estados, gravidade de conflito, número mortes etc. O nome evidencia a ideia de nação, de que a questão agrária está intrinsecamente relacionada com o território nacional e com o país, de formas diversas. Os dados de conflitos algumas vezes são sobrepostos no mapa do Brasil, formando uma espécie de gráfico ou ideograma sempre com caráter nacional. Com isso, mesmo as regiões ou os estados que não constam dos dados analisados, como conflitos ou ocupações, por exemplo, entram no conjunto, são inseridos no espaço de análise, como podemos observar na Figura 1, a seguir.

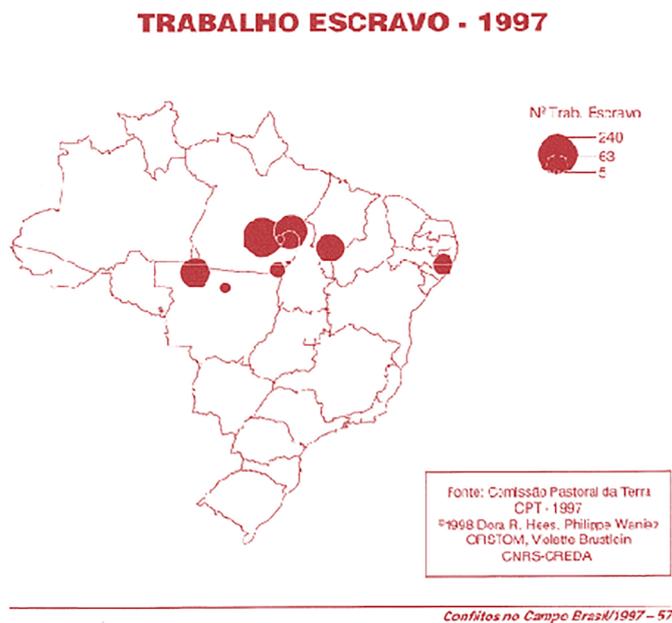
Figura 1 – Mapa das ocupações de terra (1997)



Fonte: *Conflitos no Campo Brasil* 97 (1998, p. 56).

Mesmo quando o dado analisado não tem uma distribuição considerável pelo território, por vezes, o uso do mapa permanece; ou seja, mais do que o lado pragmático da visualização dos dados apresentados, está a noção que eles *estão* no Brasil, ainda que em uma pequena parte dele:

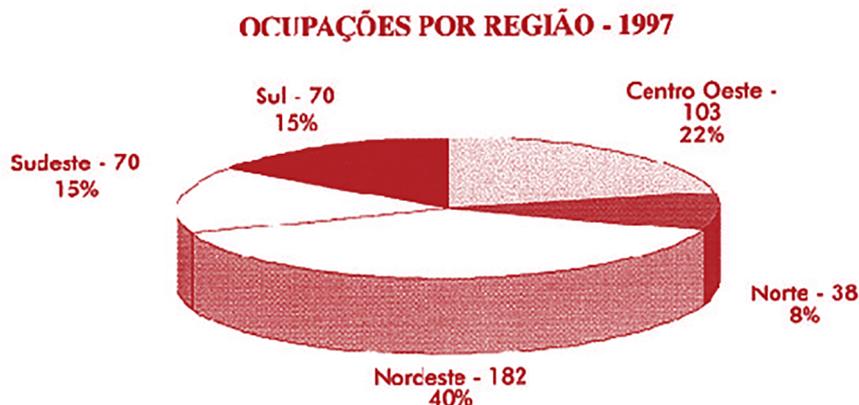
Figura 2 – Dados do trabalho escravo



Fonte: *Conflitos no Campo Brasil 97* (1998, p. 57).

Outra forma é o gráfico em formato de pizza, que pode incluir cidades e estados em regiões e, mesmo observando os diversos graus do elemento em questão, termina justamente pela adoção do corte espacial região, que é muito extenso para abarcar todo o território nacional. O gráfico da Figura 3, a seguir, expõe as diferenças regionais, mas sobretudo aglutina as regiões, imaginando-as como um todo.

Figura 3 – Gráfico com as ocupações por região



Fonte: *Conflitos no Campo Brasil 97* (1998, p. 11).

A construção de identidade do MST como projeto nacional transpassa as diferentes ideologias e é absorvida por elas, com a mesma intensidade, mas em sentidos contrários. Enquanto o próprio movimento trabalha a questão como fator legitimador das lutas sociais, construtores de um Brasil mais igualitário, a grande imprensa e outros setores conservadores, representados neste trabalho pela revista *Veja*, percebem o movimento como destruidor da ordem nacional estabelecida, mostrando-os como “criminosos” que se alimentam do dinheiro oriundo de impostos da população brasileira. Os debates em torno do MST se entrelaçam com os de uma identidade nacional, seja para dar a ela contornos de perigo, seja para mostra-la como uma utopia igualitária.

A SIMBOLOGIA DO MST

O MST tem vários símbolos representativos de suas ações e de seus objetivos. Há o hino, a bandeira, a chamada mística e diversos autores, teóricos e líderes que funcionam, também, de certa forma, como símbolos. Com eles, o movimento tenta criar uma unidade, uma noção de irmandade a partir de seus anseios. O símbolo maior, mais representativo, é a bandeira. Nela, há um casal sobreposto ao mapa do Brasil de cor verde; o homem tem o braço direito erguido segurando um facão em riste. Esse instrumento, além de utensílio de trabalho rural, pode ser visto como uma arma, lembra a luta pela terra e a guerra contra o latifúndio. A mão fechada se associa ao clássico símbolo do punho erguido dos movimentos de esquerda, o que é reforçado pela bandeira vermelha, a cor do socialismo. O homem usa chapéu típico de quem trabalha no campo.

Já o mapa do Brasil verde, cor do campo, das plantações, enfatiza a nacionalidade do movimento e seu caráter rural. Não há espaço para outra cor, pois o MST deve promover igualmente a distribuição de terra por todo o território do Brasil, formando, em sua

utopia, uma unidade igualitária. É o espaço *Brasil* que está em jogo, que deve ser ocupado, que deve desenvolver novas relações sociais que não mais favoreçam uma elite, e, sim, a maioria dos trabalhadores, representados pelos trabalhadores do campo, representados, enfim, pelo MST. É a unidade espacial associada à unidade temporal das lutas indígenas por terra no período colonial, dos negros dos quilombolas e dos miseráveis desempregados na formação dos grandes centros urbanos.

O mapa do Brasil está constantemente presente no MST, seja nas bandeiras, seja nas representações dos dados em suas publicações, como já vimos. O mapa tem uma função política, adquire novos sentidos por diferentes atores sociais e esses sentidos estão sempre em disputa, fazem parte da luta de classes (bem como de outros conflitos de ordem diferente). Assim, o mapa tem uma analogia com a identidade e a classe social, com a formação dessa identidade, e, principalmente, com a afirmação dela como coerente e unitária.

A referência à nação também é bastante presente no *Hino do Movimento dos Sem-Terra*, no qual das quatro estrofes, três contêm a palavra “pátria”. A pátria é, sob os contornos da utopia do movimento, o espaço identificado com a liberdade conquistada pelos trabalhadores após a vitória sobre os opressores. A pátria é o espaço onde a utopia se concretiza em um futuro que se quer próximo. Essa proximidade é construída pela militância, através das ocupações, que é justamente a diferença entre a utopia do MST e a do cristianismo. Uma das formas encontradas pelas alas mais conservadoras da Igreja Católica de se contrapor aos próprios movimentos agrários católicos foi a criação de pastorais da terra de caráter conservador, as chamadas Frentes Agrárias Católicas. Assim, o MST tem uma utopia que precisa e quer ser construída, ser construída com urgência, em um tempo breve identificado como “amanhã”, como sugere o “Hino do Movimento dos Sem-Terra”, escrito por Ademar Bogo e posteriormente musicado por Willy Correia de Oliveira:

Vem, teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!

Braço erguido ditemos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos esta pátria adormecida
O amanhã pertence a nós trabalhadores!

Vem, lutemos
Punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria
Livre e forte
Construída pelo poder popular

Nossa Força regatada pela chama
De esperança no triunfo que virá
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre, operária camponesa
Nossa estrela enfim triunfará!

Na primeira estrofe, a única que não contém a palavra “pátria”, o pronome predominante é o “nós”, sujeito oculto para “plantemos” e “desfraldemos”. Esse pronome remete a um coletivo formado por “irmãos” que plantam “nesta terra”, a seguir, no texto, identificado não apenas como um território físico mas também como a pátria. É o território

nacional que orienta o MST para suas lutas, esperanças e também para suas críticas. Se esse território é o de um futuro melhor, também o é de um presente violento e repleto de latifúndios, como podemos perceber na charge utilizada pelo movimento⁸.

A representação da nação ocorre igualmente com a bandeira nacional, por um lado, símbolo de patriotismo, esperança e, por outro, de um Estado-nação desigual, latifundiário e elitista⁹. A negação desse Brasil é um outro Brasil, identificado com a mesma bandeira e o mesmo território, mas com elementos *humanos* distintos, expostos com ênfase pelo MST. São eles as imagens de trabalhadores no campo com as bandeiras do movimento (com seu símbolo já analisado); o mapa do Brasil contendo alguma família camponesa; minorias identificadas simbólica e historicamente com a formação do povo brasileiro e/ou com a luta por direitos¹⁰.

Assim, percebemos que as ideias, inclusive as de identidades nacionais, não podem ser analisadas fora das relações concretas. Como observaram Karl Marx e Friedrich Engels (1996, p. 36), “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercambio material dos homens, como a linguagem da vida real”.

⁸ Imagem disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/agenda/ato-em-defesa-da-paz-justica-e-seguranca-de-todos-os-trabalhadores-do-campo-e-da-cidade/16815>

⁹ Imagem disponível em: <http://mazelasdojudiciario.blogspot.com/2011/12/enfraquecimento-do-judiciario.html>

¹⁰ Como exemplo, destacamos um cartaz disponível em: <https://viacampesina.org/es/brasil-juventud-sin-tierra-se-organiza-en-la-lucha-para-permanecer-en-el-campo/>

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CHEMELLO, D. J. H. **Apresentação**. 1998. p. 5. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=252&catid=41&m=0>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Leonardo Boff: A luta pela terra é uma luta por vida. **CPT**. 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/15-noticias/artigos/1896-leonardo-boff-a-luta-pela-terra-e-uma-luta-por-vida>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- CONFLITOS no campo Brasil 98. Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 1999. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=252&catid=41&m=0>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **Relatório do I.P.N. do IV Exército**: Histórico de Francisco Julião Arruda de Paula, 1964. p. 47.
- GOVERNO paga ações criminosas do MST. **Veja**, 28 ago. 2009. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/governo-paga-acoes-criminosas-do-mst#google_vignetteVeja. Acesso em: 23 ago. 2023.
- HEGEL, Friedrich. **Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Rideel, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KONDER, Bruno. **A ação política do MST**. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/8f4fyVTD4DftydPngLdLPvP/>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história. **MST**, 7 jul. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/07/nossa-historia/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

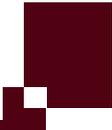
STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ano 31, ed. 1.549, 3 jun. 1998.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ano 33, ed. 1.648, 10 maio 2000.

Poemas de Conceição Evaristo



VOZES-MULHERES

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

MEU ROSÁRIO

Meu rosário é feito de contas negras e mágicas.
Nas contas de meu rosário eu canto Mamãe Oxum e falo
padres-nossos, ave-marias.
Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques
Do meu povo
e encontro na memória mal adormecida
as rezas dos meses de maio de minha infância.
As coroações da Senhora, onde as meninas negras,
apesar do desejo de coroar a Rainha,
tinham de se contentar em ficar ao pé do altar
lançando flores.
As contas do meu rosário fizeram calos
nas minhas mãos,
pois são contas do trabalho na terra, nas fábricas,
nas casas, nas escolas, nas ruas, no mundo.
As contas do meu rosário são contas vivas.
(Alguém disse um dia que a vida é uma oração,
eu diria, porém, que há vidas-blasfemas).
Nas contas de meu rosário eu teço intumescidos
sonhos de esperanças.
Nas contas do meu rosário eu vejo rostos escondidos
por visíveis e invisíveis grades
e embalo a dor da luta perdida nas contas
do meu rosário.
Nas contas de meu rosário eu canto, eu grito, eu calo.
Do meu rosário eu sinto o borbulhar da fome
no estômago, no coração e nas cabeças vazias.
Quando debulho as contas de meu rosário,
eu falo de mim mesma em outro nome.
E sonho nas contas de meu rosário lugares, pessoas,
vidas que pouco a pouco descubro reais.
Vou e volto por entre as contas de meu rosário,
que são pedras marcando-me o corpo-caminho.
E neste andar de contas-pedras,
o meu rosário se transmuda em tinta,
me guia o dedo,
me insinua a poesia.
E depois de macerar conta por conta do meu rosário,
me acho aqui eu mesma
e descubro que ainda me chamo Maria.

EU-MULHER

Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.

Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo

Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.

DA CALMA E DO SILÊNCIO

Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.

Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.

Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.
Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.
Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio
da poesia penetra.

CERTIDÃO DE ÓBITO

Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.
A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.

RECORDAR É PRECISO

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.
O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto.
Sou eternamente naufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam
e nem me imobilizam.
Uma paixão profunda é a boia que me emerge.
Sei que o mistério subsiste além das águas.

PARA A MENINA

*Para todas as meninas e meninos
de cabelos trançados ou sem tranças.*

Desmancho as tranças da menina
e os meus dedos tremem
medos nos caminhos
repartidos de seus cabelos.
Lavo o corpo da menina
e as minhas mãos tropeçam
dores nas marcas-lembranças
de um chicote traiçoeiro.
Visto a menina
e aos meus olhos
a cor de sua veste
insiste e se confunde
com o sangue que escorre
do corpo-solo de um povo.
Sonho os dias da menina
e a vida surge grata
descruzando as tranças
e a veste surge farta
justa e definida
e o sangue se estanca
passeando tranquilo
na veia de novos caminhos,
esperança.

DE MÃE

O cuidado de minha poesia
aprendi foi de mãe,
mulher de pôr reparo nas coisas,
e de assuntar a vida.
A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe,
mulher prenhe de dizeres,
fecundados na boca do mundo.
Foi de mãe todo o meu tesouro
veio dela todo o meu ganho
mulher sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.
Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder
alegria inteira
e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço
cada dedo olha a estrada.
Foi mãe que me descegou
para os cantos milagreiros da vida
apontando-me o fogo disfarçado
em cinzas e a agulha do
tempo movendo no palheiro.
Foi mãe que me fez sentir as flores
amassadas debaixo das pedras;
os corpos vazios rente às calçadas
e me ensinou, insisto, foi ela,
a fazer da palavra artifício
arte e ofício do meu canto
da minha fala.

RESENHAS

O RACISMO ESTRUTURAL NO PENSAMENTO DE SILVIO ALMEIDA

STRUCTURAL RACISM IN SILVIO ALMEIDA'S THOUGHT

Paulo Dourian Pereira de Carvalho (UFRN)¹
<http://orcid.org/0000-0003-1961-8970>



O livro *Racismo Estrutural*, do jornalista, filósofo e professor universitário Silvio Luiz de Almeida (2019), pode ser considerado uma das obras fundamentais que tratam do tema do racismo em nosso país. Não é um exagero fazer tal afirmação, uma vez que o autor realiza uma revisão sócio-histórica aprofundada em que podemos vislumbrar o estado da arte sobre esse assunto que a cada dia ganha mais relevância em nossa sociedade, sobretudo em decorrência dos diversos casos envolvendo a violência racista que tem vindo à tona depois de tantos séculos de silenciamento.

A obra conta com uma primorosa apresentação escrita pela mulher, professora, intelectual, e feminista negra Djamila Ribeiro, que já anuncia a principal tese postulada por Silvio Almeida: a de que o racismo em nosso país é sempre estrutural, isto é, está nas bases da nossa organização econômica, social, política e cultural. O autor concebe o racismo como uma espécie de racionalidade que integra a nossa construção como sujeitos, tal como como um modo de existência que regula as relações sociais e cria significados que dão sentido às nossas ações.

Almeida diz que a obra é sobre “Teoria Social”. Assim, deduzimos que a sociedade brasileira não pode ser pensada sem os conceitos de raça e racismo. A filosofia, a ciência política, a teoria do direito e a teoria econômica mantêm, mesmo que de forma não aparente, um constante diálogo com o conceito de raça. O autor postula que os significados de raça e racismo, assim como suas consequências, para ser compreendidos pelos pesquisadores, exigem que se conheça a teoria social em profundidade (ALMEIDA, 2019). A impressão que temos é a de que o autor quer chamar a atenção dos pesquisadores e leitores para o fato de que o racismo e os significados que orbitam o termo “raça” estão impregnados no pensamento social, mas essa vinculação nem sempre é percebida.

Almeida apresenta um amplo apanhado histórico que permite vislumbrar a “raça” como uma categoria histórica e relacional criada em meados do século XVI para diferenciar

¹ Paulo Dourian Pereira de Carvalho é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN) e doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). Atualmente, tem desenvolvido uma pesquisa enfocando as relações entre racismo e loucura na literatura negra brasileira. E-mail: paulo.dourian@hotmail.com

seres humanos, no bojo de uma racionalidade iluminista ávida por classificações. É nesse contexto que surge a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, civilizado e primitivo. Como consequência, a hierarquização entre indivíduos e culturas distintas serviu como justificativa para o projeto colonial que pretendeu levar a “civilização” para os povos considerados inferiores segundo o ponto de vista europeu. A partir daí, temos um violento processo de destruição e morte-, de espoliação e aviltamento, dos ditos “civilizados” em relação aos demais povos (ALMEIDA, 2019).

É perceptível a crítica à razão pretensamente universal que serviu historicamente como o alicerce de um ciclo tenebroso de genocídios e escravização das populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania. Nesse sentido, o autor aponta para os processos de animalização e inferiorização dos “indígenas” e “negros” que tiveram a sua humanidade sequestrada, fala sobre a proliferação das teorias da degenerescência que vingaram no século XIX sob o esteio do darwinismo social e do que passou a ser chamado de “racismo científico” (ALMEIDA, 2019).

No livro, é estabelecida uma importante diferenciação entre racismo, preconceito e discriminação, uma vez que o racismo é tomado como uma maneira sistemática de discriminação que tem a raça como principal fundamento, sendo manifestado por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens e privilégios para determinados grupos sociais. O racismo é atrelado ao funcionamento das instituições nas quais as relações racistas se manifestam com o estabelecimento de padrões discriminatórios baseados na raça e que funcionam como mecanismos de manutenção de poder (ALMEIDA, 2019).

Almeida traz a concepção de racismo estrutural demonstrando que o racismo transcende o âmbito individual e traz o poder como constitutivo das relações raciais. Tal noção nos permite perceber que as demais formas de racismo nascem dessa estrutura, de modo que as instituições são racistas porque a sociedade é racista. O racismo é apresentado pelo autor como parte da ordem social, sendo reproduzido pelas instituições e nas práticas sociais. A sua superação requer mudanças profundas nas estruturas sociais, no sentido de coibir as suas consequências, que se expressam concretamente na desigualdade política, econômica e jurídica. O racismo estrutural é concebido pelo autor como um fenômeno eminentemente histórico e político, devendo ser combatido por todos e todas as pessoas. Ao negar a existência do racismo reverso, o autor chama a atenção para a ideia de que o racismo é um processo eivado de historicidade, o que revela o seu caráter estrutural, manifestando-se, segundo o autor, na ideologia, na política, no direito e na economia (ALMEIDA, 2019).

Ao criticar a meritocracia e a ideia de “democracia racial”, aponta-se que existe uma associação entre esses discursos de modo a responsabilizar as pessoas negras por não alcançarem determinados lugares. Para o autor, o discurso da meritocracia é racista e promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p. 49-52).

Almeida defende que o Estado é quem dá sustentação ao racismo, de modo que o Estado Moderno pode ser concebido como um “Estado racista”, que surge como uma “relação material de força”, de exercício de poder e mantenedor da ordem que sustenta relações de opressão e de exploração sexuais e raciais que se manifestam no modo de intervenção estatal e na conformação dos aspectos gerais da sociedade. Nota-se a utilização de mecanismos de controle e classificação racial, étnica, religiosa e sexual como uma estratégia do poder do Estado (ALMEIDA, 2019, p. 56-63).

A representatividade, por sua vez, é postulada como um mecanismo de participação das minorias nos espaços de poder, na busca de que as suas reivindicações possam ser repercutidas e de que as narrativas discriminatórias sejam superadas. Nesse processo, o racismo estabelece uma linha divisória entre inferiores e superiores, entre bons e maus, entre grupos que merecem viver e grupos que merecem morrer, ou que estarão expostos ao risco de morte, à rejeição, expulsão etc. Ademais, as discussões sobre necropolítica do pensador Achille Mbembe são resgatadas para demonstrar as aproximações entre a política e o terror gerado pelo racismo, apontando que, no mundo colonial, houve uma síntese entre “massacre e burocracia”, o que deu nascimento a extermínios de diversos povos a partir de processos de extrema violência que encontram eco nos genocídios do povo negro em nosso presente (ALMEIDA, 2019, p. 67-76).

Ao estabelecer uma relação entre racismo e direito, o autor aborda a apropriação do discurso jurídico no sentido de perpetuar práticas de sujeição, uma vez que, perante o direito, escravos eram considerados propriedade privada, “bens semoventes”, isto é, coisas com tração própria, tal como animais. Ao resgatar o filósofo Michel Foucault, Almeida fala do direito como sendo um “mecanismo de sujeição e dominação”, responsável por efetivar o racismo, como acontece nas abordagens policiais, em audiências de custódia e com as vidas nas prisões. O direito também é associado ao poder de grupos políticos racistas responsáveis por promover projetos de discriminação sistemática, segregação racial e até extermínio, como ocorreu nos regimes colonial, nazista e sul-africano (ALMEIDA, 2019, p. 82-84).

Tais estruturas de manutenção do racismo sofreram fraturas ao longo do tempo. O autor explica que, no século XX, os movimentos sociais assumiram um importante papel de protagonismo político, atuando não só nas disputas institucionais mas também na produção intelectual, o que permitiu uma abertura dos horizontes com a proliferação dos estudos decoloniais e pós-coloniais. Nota-se a estreita relação entre racismo e economia, de modo que passou a se tornar lugar comum a percepção da relação direta entre raça e as desigualdades sociais e econômicas. O racismo ajuda a legitimar as discrepâncias que dão sustentação ao sistema capitalista. Assim, a pobreza é incorporada ideologicamente quase como uma condição biológica de negros e indígenas, fato que naturaliza a precarização desses grupos (ALMEIDA, 2019).

O autor aponta a existência de uma associação entre nacionalismos e racismos por meio da articulação de estratégias de poder e dominação. Além disso, nota-se, no Brasil, a proliferação da ideologia da “democracia racial” que postula a miscigenação como uma

das características básicas da identidade nacional, sendo a responsável por promover um discurso legitimador da violência e da desigualdade, conivente com o capitalismo. Cria-se um mundo em que o negro é impossibilitado de reivindicar um tratamento igualitário ou de respeito às diferenças, sobretudo diante das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo (ALMEIDA, 2019, p. 108-111).

O autor estabelece relações entre a divisão de classes de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam a sociabilidade capitalista tendo como mola propulsora o racismo, de modo que não seria possível compreender o capitalismo e as classes sem considerar as questões de raça, de gênero e os processos de exclusão e subalternização a que são empurradas as mulheres negras. Almeida argumenta que nunca será possível existir um mundo de respeito às diferenças enquanto pessoas continuarem morrendo de fome ou assassinadas pela cor de sua pele. O autor defende que não se pode pensar em desenvolvimento sem o ataque frontal às desigualdades estruturais, como as raciais e de gênero (ALMEIDA, 2019, p. 113-119).

Por essa razão, ele diz ser salutar questionar as estruturas sociais que causam a repetição dos comportamentos e relações que produzem crises. Há de ficar evidente que a ideologia imperialista que deu sustentação à nossa sociedade, às instituições e aos saberes teve como base o racismo e a ideia eurocêntrica de progresso. O “outro”, nesse processo, foi construído como aquele que precisava ser “salvo”, a partir de uma ideologia racista amparada em um discurso pseudocientífico do darwinismo social que postula a inferiorização dos não brancos, o que gerou o massacre, a destruição e o genocídio de povos. Nesse processo, a burocracia emergiu como um dispositivo de dominação num contexto em que a força passa a ser lei e a lei se mantém pela força (ALMEIDA, 2019).

O autor conclui que o racismo se apresenta como um modo de integração em nossa sociedade, estando no cerne dos processos de exploração e opressão, sendo um elemento estrutural gerador. A busca por novas alternativas de existência exige a compreensão do racismo como um elo conformador de relações sociais que gera marcadores de exclusão que se manifestam em todas as esferas da vida (ALMEIDA, 2019, p. 127).

O livro de Silvio Almeida é de leitura fluida, apresenta uma profunda discussão teórica sobre o racismo no Brasil, além de revisitar as raízes desse fenômeno multifacetado que está entranhado nas bases formativas da nossa sociedade. Trata-se de uma obra fundamental para a compreensão do povo brasileiro, da política, da economia, do direito, das instituições e de todo o nosso tecido social que não pode ser pensado como estando apartado do racismo. Esse fenômeno está para além da superfície, visto que é uma estrutura constitutiva da nossa realidade.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

SOBRE A INVENÇÃO DA TERRA

ABOUT THE EARTH INVENTION

Tarcísio Bezerra de Lima Jr.¹ (UFRN)
<http://orcid.org/0000-0002-3085-6462>

Ozaias Antônio Batista² (UFERSA)
<http://orcid.org/0000-0003-1351-9728>

Franco Farinelli nasceu em 6 de maio de 1948 em Ortona, Itália. Geógrafo por formação basilar e também doutor em Geografia Humana, busca em seus estudos e produção científica uma interdisciplinaridade entre áreas da história, filosofia, comunicação e geografia. Farinelli compreende a geografia como uma ciência ampla e alinhada à perspectiva da Escola das Mentalidades (Annales), aproximando a sua perspectiva da visão humanista e analítica do ser humano como agente formador e inventor de espaços.

Suscitando debates acerca da evolução do pensamento geográfico, Farinelli nos apresenta em *A invenção da terra* (2012) um engendrado cenário da invenção e construção do espaço, utilizando-se, para isso, de lendas e mitos da humanidade, *a priori*, com determinado foco filosófico, invocando pensadores e teóricos clássicos a partir de uma perspectiva romanesca, daí os capítulos que compõem a obra supracitada estarem imersos em analogias de cunho mitológico e lendário. *A invenção da terra* divide-se em 20 capítulos, os quais recapitulam eventos e fatos históricos entrelaçados com lendas e mitos de vários povos, a fim de suscitar o debate em torno do complexo processo de “invenção” da terra tal qual a concebemos hoje.

No Capítulo 1, “As duas formas da Terra”, indaga-se sobre a possível forma da superfície terrestre, ora redonda, ora plana, e, por vezes, esférica. Embora algumas obras clássicas – como a *Divina Comédia*, de Dante Aligheri – sustentem uma hipótese de uma terra redonda, tal afirmativa esbarrou em obstáculos religiosos (crença) ou físicos (para o conhecimento da época), pois se sabe que o “mundo de Dante” era plano e estático.

No capítulo 2, “O Logo é a tábula”, Farinelli sintetiza o processo de se perceber a importância da dimensão plana detida pela concepção da forma espacial da Terra. Segundo o autor, essa é uma das principais reflexões do pensamento do mundo Ocidental, usando

¹ Doutorando em Ciências Sociais - Linha Complexidade, Cultura e Pensamento Social - PPGCS/CCLHA-/UFRN). Mestre em História (UFRN/2020), Historiador (UFRN/2020).

² Professor de Sociologia no Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Mestre e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN).

como base o mito bíblico do Gênesis, aponta a existência prévia dos lugares para a própria concepção dos mitos.

Em “O manto no céu e a linha do horizonte”, título do capítulo 3, Farinelli disserta sobre o mito de Enuma Elish, o qual explica a criação do mundo para os babilônicos há 2 mil anos a. C., entes como Mummu (névoa), Tiamat (água salgada) e Apsu (água doce) fazem parte dessa narrativa mítica. Mummu deu origem a Tiamat e a Apsu, sintetizando a formação do mundo a partir da mistura de ambos em dado momento, formando a lama. Dessa lama, nascem os deuses primordiais que definiram a divisão do firmamento e a criação do horizonte. Posteriormente, a batalha entre esses deuses e seus descendentes gerará com definição a linha do horizonte.

Os capítulos 4 e 5 trazem o mito de “O sargento Polifemo” e da “invenção do espaço”, respectivamente. Ambas as narrativas míticas estão presentes na história de Ulisses, quando ele discursa sobre seu encontro com o Ciclope e a posterior fuga da caverna desse monstro. A inteligente analogia tratada por Farinelli, ao resgatar a narrativa de Ulisses, faz-nos repensar como se deu a mudança da concepção do espaço, pois o autor demonstra, por meio da percepção do Ciclope ao tatear os argonautas em fuga de sua caverna transvestidos de ovelhas, as noções de perspectiva, distância e espaço.

O capítulo 6 discute sobre o manto da Terra, fato narrado por Ferécides (VI a. C.) que, com Estrabão, foram os primeiros pré-socráticos. Eles também podem, segundo Farinelli, ser considerados como os “primeiros geógrafos”. Ferécides invoca o mito babilônico do manto da Terra não apenas no sentido de “horizontalidade” mas também considerando uma superfície vertical entre os elementos terra, céu e água. A Terra (*Ctón*) casa-se, e, em seu “manto”, bordam-se montanhas, relevos, lagos. Nesse instante, a água, o céu, os rios e o mar surgem conectados em detrimento do horizonte estático.

No 7 capítulo “Salomé” e capítulo 8 “a Terra é uma cabeça”, respectivamente, Farinelli outra vez usa de excepcional arranjos semióticos ao utilizar o episódio de Salomé e a cabeça de João Batista no prato. Nessa perspectiva, Salomé representa o novo, a juventude, a “esfera” na forma de cabeça; e Hérodes simboliza a situação, o *status quo*, o prato em si. Podemos, então, trazer luz ao embate entre a forma “circular e plana do próprio prato” e a forma “esférica da cabeça”, reforçando o argumento que seria João, o “personagem”, capaz de nomear por suas ações. Então, o poder de fato está no ato de “nomear”. Assim, a cabeça suplanta o prato, logo, vemos o embate das formas e o uso do poder (nesse caso, o conhecimento) em favor da forma esférica. Ademais, o plano esférico surge da relação dicotômica e, ao mesmo tempo antagônica, entre o prato e a cabeça.

No capítulo 9, “De quem é o ovo”, e no 10, “Porque o renascimento se chama assim”, o autor revela que – empossados do saber e com a compreensão do poder da informação dos mapas, do conhecimento até então assimilado dos vários pensadores e com respeito ao mundo conhecido – houve uma corrida mercantilista entre as nações ibéricas de Portugal, que era uma potência ultramarina, e Espanha, que dividia com Portugal essa supremacia marítima. A busca pela descoberta e posse de novas terras motivou a circum-navegação. O intuito era totalmente voltado para a prospecção de metais, pedras e/ou especiarias, sendo

esses os vetores das viagens transatlânticas de ambas as nações. Basta lembrarmos que Colombo que, apesar de ter chegado às Américas, não tinha em si a certeza da descoberta de um novo continente, e essa afirmativa foi fruto de várias reflexões desse navegador. Bom lembrar que Colombo era cristão, com grande fé católica e estava a serviço do Reino de Castela (Espanha). Em várias passagens, pensou, inclusive, ter chegado ao Paraíso, quando adentrou o rio Orinoco, na Venezuela. Outro fator relativo a Colombo é que ele era italiano, país sede da Igreja Católica e que reunia vasto conhecimento produzido na Europa e em todo o mundo conhecido. Na Itália, especificamente na Florença do séc. XV, repercutia a visão do globo com asas, dando início à perspectiva linear, à visão espacial do globo. Esse fato incute à visão da perspectiva da Terra fatores importantíssimos como distância, métrica, perspectivas lineares modernas e o ponto de vista espacial.

No capítulo 11, “Terra, espaço e território”, Farinelli faz alusão ao Pórtico do Hospital dos Inocentes como exemplo crucial da arquitetura e da aplicação da perspectiva linear, e, de forma capciosa, tal pórtico insere um significado de renascimento, de nova vida ao conhecimento produzido e a ideia da transformação do finito em infinito (amplitude da ciência). Enquanto Florença voltava-se para a ocupação dos espaços rurais circunvizinhos e áreas urbanas com arquitetura e prédios que exaltassem a perspectiva do momento (territorialista), outra cidade italiana, Gênova, destacava-se como precursora e berço do capitalismo moderno ao buscar padrões estáticos e confiáveis de moedas correntes para o sistema financeiro da época (capitalista). Florença, em sua corpulência, seria modelo para o Estado Territorial centralizado moderno como hoje conhecemos.

Os capítulos 12, “Nascimento de uma nação”; 13, “Hipótese sobre a Utopia”; e 14, “Complicações medievais”, respectivamente, tratam da visão estratégica de acumulação de capitais: seja do capital líquido, seja do investimento em território (Gênova e Florença). A esse respeito, observamos o nascimento da questão do Estado usando o exemplo de Florença. O autor traça um paralelo entre a “perspectiva” e o surgimento dessas duas formas de crescimento das cidades italianas Gênova e Florença, mostrando a ambivalência do cálculo aplicado à perspectiva florentina nessas duas áreas distintas a ser analisadas.

Os capítulos 15, “O retorno de Ptolomeu”; 16, “O fundo do abismo e o lugar do coral”; e o 17, “Sob o signo do peixe que cospe”, tratam, resumidamente, da dimensão espacial da Terra, não mais tratada como “globo terráqueo”, e, sim, como “globo celeste”, ao considerar a dimensão e a perspectiva do Cosmos (infinito), passando-se a configurar os mapas e suas representações a partir das devidas competências e créditos.

Os capítulos finais 18, “O fascínio da serpente com chocalho”; 19, “A paisagem e a economia da natureza”; e o 20, “Ciranda, cirandinha”, encerram a obra de Farinelli. O autor prossegue, ao narrar o fascínio do homem pelo desconhecido, apontando a necessidade de se medir o mar e seu abismo (até então um mistério), e não as montanhas, estas visíveis e estáticas. As pinturas pitorescas entram em cena com esse intuito, de representar, medir e constatar o relevo sob nossos olhos. Passa-se a um novo olhar, dessa vez, permeando a geografia propriamente dita com atenção aos vulcões, abismos e demais formações geológicas, dando visibilidade à imagem científica do mundo como conhecemos, e cria a “paisagem”.

O mundo se subverte à paisagem, mesmo que o mundo seja uma esfera e/ou uma paisagem, e não mais uma carta cartográfica; não existe mais espaço nem tempo. A globalização nos lembra constantemente desse advento: somos seres velozes e sociais. A aldeia é a cidade e a cidade é o mundo. Dessa aldeia à cidade, persiste a necessidade de conectar-se, de comunicar-se. O homem é um agente comunicador por natureza, a sociedade funciona assim.

O espaço ganhou uma nova perspectiva, nesse caso, ampla e infinita: o ciberespaço. Portanto, a humanidade persiste e existe em um globo celeste no infinito espacial. Estará em dias atuais a ideia de esfericidade posta em voga novamente? O movimento negacionista e terraplanista que observamos ressurgir na atualidade precisaria de um novo espaço capitular na obra do autor? Tais questões apontam a necessidade de se aprofundar ainda mais no pensamento e obra de Franco Farinelli.

REFERÊNCIA

FARINELLI, F. **A invenção da terra**. São Paulo: Phoebus, 2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Prof. José Daniel Diniz Melo

Vice-reitor: Prof. Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Prof. Josenildo Soares Bezerra

Vice-diretora: Profa. Cândida Maria Bezerra Dantas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor-gerente: Prof. José Antonio Spinelli

Coeditora: Profa. Lore Fortes

Assistente Editorial: Letícia Carolina Oliveira de França

Auxiliares de Editoria: Tiago Souto Bezerra,
Geovane de Souza Almeida e Marcelha Pereira da Silva.

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “LITERATURA DE AUTORIA FEMININA”

Profa. Dra. Constância Lima Duarte

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Dantas, UFRN, Brasil

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

Gilmar Santana, UFRN, Brasil

José Antonio Spinelli, UFRN, Brasil

Karlla de Araújo Souza, UERN, Brasil

Lore Fortes, UFRN, Brasil

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Amaury Cesar Moraes - USP

Boaventura de Sousa Santos - Universidade Coimbra

Denise Machado Cardoso - UFPA

Edgar de Assis Carvalho - PUC-SP

Evaldo Vieira - USP

Jessé Souza - UFABC

João Emmanuel Evangelista - UFRN

John D. Lemons - New England University - USA

José Manuel Pureza - Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Almeida - UFRN

Mauro Koury - UFPB

Michel Zaidan Filho - UFPE

Teresa Sales - UNICAMP

Vincent de Gaulejac - Université Paris 7 (FRANÇA)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFRN

Secretária: Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Revisora de Língua Portuguesa: Fabíola Barreto

Revisora de ABNT: Edineide Marques

Diagramador: Ian Medeiros

IMAGEM DE CAPA - Mulheres Nadando em Letras e Palavras.

Autor: Gigio Almeida.

A Revista *CRONOS*, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da *CRONOS* é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros países. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética e resenhas.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFRN,
v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000-.

Semestral

Descrição baseada em: v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009)

ISSN Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Epistemologia – Periódico. 3. Ensino
– Periódico. 4. América Latina – Periódicos. 5. Educação – Periódicos.
6. Antropologia – Periódicos.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

CRONOS – Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>
E-mail: cronosppgcs@gmail.com
NATAL, RN – BRASIL

NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions#authorGuidelines>

REVISÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Educação a Distância da
UFRN – SEDIS
Outubro de 2023
